

TRIBUNAL DE C

e-DOC 9C3A5616

Protocolo:

Proc 00600-00004091/2020-36-e

104670/2020

e-Doc: 93A4A4B6

11/08/2020 14:52:12

www.tc.df.gov.br/consultas



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO
FEDERAL, MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA - EMINENTE RELATOR**

Ref.: Processo nº 00600-00004091/2020-36-e

FERTIL COMUNICACAO E MARKETING LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.589.522/0001-24, com sede social na CLS 105, Bloco A, loja 28, Asa Sul, Brasília-DF, CEP 70385-510, por seus procuradores, instrumento de mandato em anexo, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno desse Tribunal, apresentar

MANIFESTAÇÃO

em face da Decisão 3026/2020, proferida por ocasião da Sessão Ordinária n.º 5219, realizada em 29 de julho de 2020, com fundamento nas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

1. DOS FATOS

Cuidam os autos da Representação nº 45/2020 – CF ofertada pelo Ministério Público de Contas versando sobre contratações celebradas pelo IGESDF para soluções de informática, publicidade e telemedicina.

Em apertada síntese, a representante afirma, a partir de denúncia¹ formulada junto à ouvidoria do MPC/DF a respeito do contrato celebrado, Contrato 032/2020, entre o IGES-DF e a SMART 7 DIGITAL LTDA ME, que não há justificativas, pelo menos até o momento, para o preço ajustado, nem, tampouco, para que o Instituto tenha optado por adquirir ferramentas ou soluções mais onerosas que aquelas implementadas em outras localidades, e, ainda, para que tenha eleito a contratada por dispensa de licitação. Consta do sítio do IGES-DF o seguinte extrato do ajuste celebrado:

INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
DISPENSA Nº 027/2020
PROCESSO SEI 04016-00024182/2020-48

¹ Denúncia enviada à Ouvidoria do MPC/DF: “Chamou atenção o valor do contrato celebrado entre o Iges-DF e a SAMRT 7 DIGITAL LTDA ME para criação de serviço no celular que tira dúvidas sobre a Covid-19. O valor contratado é de mais de R\$ 1,5 milhão, com dispensa por 6 meses, o que dá R\$ 250 mil por mês”.

GUIMARÃES, SOUTO E ADVOGADOS ASSOCIADOS
GUILHERME ROCHA DE ALMEIDA ABREU SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADV.

EXTRATO DO CONTRATO 032/2020

Contratante: INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

CNPJ: 28.481.233/0001-72

Contratada: SMART 7 DIGITAL LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 19.416.207/0001-70

Objeto: A contratação emergencial de empresa especializada na prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), na modalidade de SaaS (software como serviço), para atendimento à população do Distrito Federal no combate ao Covid-19, conforme justificativa, especificações, quantidades e demais condições constantes no Elemento Técnico Emergencial nº 2/2020 – GESIN, para atender as necessidades do IGESDF

Fundamento Legal: Lei nº 6.270, de 30 de janeiro de 2019, Decreto nº 39.674, de 19 de fevereiro de 2019, Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF.

Vigência: 180 (cento e oitenta dias)

Valor Total: R\$ 1.530.000,00 (Hum milhão, quinhentos e trinta mil reais)

Valor Mensal do Contrato: R\$ 255.000,00 (Duzentos e cinquenta e cinco mil reais)

Data de Assinatura: 08/05/2020

A Representante questiona, ainda, a celebração, em momento posterior, de outro contrato, nº 051/2020, entre o IGES-DF e a FERTIL COMUNICACAO E MARKETING LTDA – ME. A respeito dessa avença, questionou o motivo da não inclusão dos serviços, ou parte deles, no bojo do Contrato 032/2020, e apontou ajuste celebrado por Organização Social do estado de Goiás, com o mesmo prestador de serviço contratado pelo IGESDF, em valor inferior, para objeto semelhante. Segue extrato do contrato:

INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - IGESDF

EXTRATO DO CONTRATO Nº 051/2020

MERCADO DIGITAL Nº 013/2020

PROCESSO SEI Nº 04016-00008326/2019-85

Contratante: INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL. CNPJ: 28.481.233/0001-72.

Contratada: FERTIL COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA. CNPJ: 10.589.522/0001-2416

Objeto: Contratação de serviços de publicidade e propaganda a serem prestados, sob demanda, por agência de publicidade e propaganda ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF, incluindo: planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a difusão de ideias ou informar o público em geral, dentre outros, para atender as necessidades da Assessoria de Comunicação do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF. Fundamento Legal:

GUIMARÃES, SOUTO E ADVOGADOS ASSOCIADOS
GUILHERME ROCHA DE ALMEIDA ABREU SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADV.

Lei nº 6.270, de 30 de janeiro de 2019, Decreto n.º 39.674, de 19 de fevereiro de 2019, Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF.

Vigência: 12 (doze) meses.

Valor total mensal: Conforme demanda.

Valor total anual: R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

Data de assinatura: 03/06/2020.

Ao fim, requer a representante, que a Corte de Contas:

“1) Ouça o Diretor-Presidente do IGES/DF, para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, apresente:

a) toda a documentação correlata relacionada com o contrato em tela;

b) toda a documentação relacionada, também, com a celebração de contrato de publicidade para o IGESDF;

2) Apresente o Diretor-Presidente do IgesDF, em 05 dias, se quiser, justificativa para a escolha da SMART7; os preços pactuados, inclusive para contratação da empresa Fértil, para publicidade e propaganda, e por qual motivo não se programou para integrar, ao menos parte do objeto do ajuste, abaixo desse contrato, sem novos ônus; e

(...)”

A unidade técnica do Tribunal, por sua vez, ao analisar a representação em questão, produziu a Informação nº 72/2020 – DIASP3, destacando-se os seguintes trechos:

1. Trata-se de Representação formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (MPJTDF) (e-DOC 079ED1BC, peça 11), acerca de supostas irregularidades na celebração de contratos, pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF), para soluções de informática, publicidade de utilidade pública e telemedicina.

2. A Representante noticia dois contratos celebrados entre o IGESDF e particulares. O primeiro é o Contrato 032/2020, celebrado com a Smart 7 Digital Ltda.- ME, com vigência de 180 (cento e oitenta) dias, ao custo total de R\$ 1.530.000,00 (um milhão e quinhentos e trinta mil reais), cujo objeto é a prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), para atendimento à população do Distrito Federal no combate à Covid-19.

3. De acordo com a Representante, foram obtidos, na página eletrônica do IGESDF na rede mundial de computadores (Internet), dados sobre a plataforma contratada. Segundo consta, a ferramenta consiste no uso de duas assistentes virtuais, denominadas Ana e Gabriela. Ao enviar uma mensagem pelo aplicativo de mensagens WhatsApp para o terminal (61) 99819-6599, o cidadão é atendido pela Ana e relata os sintomas antes de se dirigir para uma unidade de saúde ou para a unidade móvel de testagem rápida. Após, se o caso for considerado de atenção, segundo critérios definidos pelo IGESDF, o atendimento é direcionado para um analista, etapa em que o usuário poderá relatar melhor a sua situação e, se for o caso, será direcionado para uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de sua região ou para o Serviço Móvel de Urgência (SAMU).

4. A robô Ana fornece, também, informações gerais sobre a Covid19, esclarecendo dúvidas sobre como a infecção pelo vírus ocorre, como se

GUIMARÃES, SOUTO E ADVOGADOS ASSOCIADOS
GUILHERME ROCHA DE ALMEIDA ABREU SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADV.

prevenir, quais os principais sintomas, se já existe uma cura, entre outras questões.

5. A assistente Gabriela faz o acompanhamento apenas dos pacientes já diagnosticados com a Covid-19 e liberados para isolamento domiciliar. Ela contacta os pacientes, também via WhatsApp, pelo número informado no prontuário e acompanha a evolução do quadro de saúde, mediante perguntas diárias, de modo a permitir que o IGESDF e o sistema de saúde pública possam contribuir e auxiliar o paciente que passa por tratamento em casa.

6. Ainda segundo dados do sítio eletrônico, a plataforma digital permite a captação de dados epidemiológicos que deverão respaldar as tomadas de decisões em cada uma das regionais de saúde, de acordo com dados de cada região administrativa.

7. A Representante chamou a atenção para o fato de que muitas das soluções visadas no Contrato 032/2020 já são objeto de contínuas campanhas divulgadas pela mídia, por entes públicos e privados gratuitamente. Citou o Telecovid, disponível na página eletrônica da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES/DF), o Disque Saúde 136 do Ministério da Saúde, além do próprio sítio eletrônico do IGESDF, onde se vê dicas, informações importantes, notícias, dúvidas frequentes, vídeos, amplamente propalados pela mídia.

8. Ponderou que o objeto do contrato apresenta um misto de publicidade, já atendido pela própria rede de saúde pública, e de telemedicina sem que a contratada demonstre qualquer especialidade nessa área, não sendo permitida a subcontratação no todo ou em parte do objeto, segundo o ajuste.

9. Argumentou que o estado de Pernambuco e o município de Recife adotaram soluções semelhantes, com custo dez vezes menor do que o contratado pelo IGESDF, utilizando-se de um contrato preexistente (fábrica de software), com a adição da plataforma/aplicativo.

10. Pontuou outra iniciativa, também do estado de Pernambuco, denominada de “CheckCorona”, acessível gratuitamente à população pela Internet, com objetivo de evitar que as pessoas saiam de casa para ir a hospitais sem necessidade.

11. O segundo Contrato, 051/2020, celebrado com a sociedade empresária Fértil Comunicação e Marketing Ltda., possui vigência de 12 (doze) meses, com previsão de desembolso de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) no período, para prestação de serviços de publicidade e propaganda sob demanda, envolvendo planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a difusão de ideias ou informar o público em geral, para atender as necessidades da Assessoria de Comunicação do IGESDF.

12. Sobre essa avença, a Representante questionou o motivo da não inclusão dos serviços, ou parte deles, no bojo do Contrato 032/2020, bem como apontou ajuste celebrado por Organização Social do estado de Goiás, com o mesmo prestador de serviço contratado pelo IGESDF, em valor inferior, para objeto semelhante.”

A unidade técnica discorre, na sequência, sobre a competência do TCDF para fiscalização das supostas irregularidades apontadas, relata existirem “*indícios de opção por contratações de ferramentas e soluções mais onerosas, duplicidade de esforços e sobreposição de atividades estatais, com ineficiência do gasto público e consequente maior custo para a sociedade*” e recomenda a oitiva do IGESDF e das empresas beneficiadas com as contratações.

GUIMARÃES, SOUTO E ADVOGADOS ASSOCIADOS
GUILHERME ROCHA DE ALMEIDA ABREU SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADV.

Sugestão que foi acolhida pelo relator e confirmada pelo Tribunal, conforme decisão 3026/2020, já referida.

Pois bem, a despeito do louvável e incansável trabalho dessa Corte de Contas e de seu corpo técnico na honrosa missão de controle da gestão dos recursos públicos do DF, com a devida *vênia*, como será demonstrado, tratam-se de contratos de com objetos distintos e, no que toca ao contrato de nº 051/2020, não há falar em irregularidades, quer seja no processo de contratação, quer na sua efetiva execução.

2. DA TEMPESTIVIDADE

Nos termos da Lei Complementar 01/1994 e do Regimento interno do TCDF, os prazos contam-se da data do efetivo recebimento do ofício pelo responsável, ocorrido, no caso, em 03/08/2020. O ofício indica o prazo de cinco dias para apresentação dos devidos esclarecimentos. Protocolada nesta data, é tempestiva a resposta.

3. DO CONTRATO 051/2020. DO OBJETO E VALOR ESTIMADO. NÃO SOBREPOSIÇÃO DE ATIVIDADE ESTATAL.

3.1 DO ATO CONVOCATÓRIO E DO ELEMENTO TÉCNICO

O Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGES-DF, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de Serviço Social Autônomo (SSA), publicou em fevereiro o corrente ano o Ato Convocatório Nº 013/2020, dando conhecimento aos interessados da realização de Seleção de Fornecedores, na modalidade **Mercado Digital**, cujo **critério de julgamento estabelecido foi o de melhor técnica/preço**, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações. Saliente-se que, nos termos do referido ato, os **lances ofertados por ocasião da seleção foram o de maior desconto por lote**.

De acordo com o item 2 do Ato Convocatório, objeto é a **contratação de serviços de publicidade e propaganda a serem prestados, sob demanda, por 01 (uma) agência de publicidade e propaganda ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF), incluindo: planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a difusão de ideias ou informar o público em geral, dentre outros, conforme especificado no Elemento Técnico**. O referido ato estimou, ainda, o orçamento inicial para a contratação em R\$ 4.000.000,00.

Da mesma forma, o Elemento Técnico nº 01/2020, que acompanha o ato convocatório, definiu o objeto como:

“Contratação de serviços de publicidade e propaganda a serem prestados, sob demanda, por 01 (uma) agência de publicidade e propaganda ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF), incluindo: planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a difusão de ideias ou informar o público em geral, dentre outros, conforme condições e especificações constantes neste Elemento Técnico e seus anexos.”

GUIMARÃES, SOUTO E ADVOGADOS ASSOCIADOS
GUILHERME ROCHA DE ALMEIDA ABREU SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADV.

O elemento técnico esclarece que a agência contratada atuará por ordem e conta do IGESDF, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 4.680/1965, na contratação de fornecedores de bens e serviços especializados, de veículos de comunicação e divulgação para a transmissão de mensagens publicitárias.

Definiu ainda que o orçamento inicial para a contratação é de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), que a contratação foi devidamente autorizada por despacho constante no Processo SEI 04016-00008326/2019-85 - Despacho 34768629 e que a despesa decorrente da presente contratação correrá a conta da rubrica própria do orçamento do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal para o exercício de 2020.

De tudo, verifica-se que o processo de contratação seguiu fielmente as disposições legais vigentes, estabelecidas pelo Regulamento Próprio de Compras e Contratações, em atenção aos mais caros princípios que informam a administração pública, em todas as suas esferas, entre eles, da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

3.2 DO CONTRATO 051/2020

A Fértil Comunicação e Marketing, agência de publicidade e propaganda, que atua com planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, desenvolve serviços especializados de agenciamento de comunicação e serviços publicitários terceirizados.

Empresa devidamente registrada nos órgãos de regulação do setor ("CENP"), bem como no sindicato da classe, SINAPRO, e na federação da Classe, FENAPRO, sagou-se vencedora no certame de seleção de fornecedores, repita-se, na modalidade MERCADO DIGITAL, cujo critério de julgamento estabelecido foi o de melhor técnica/preço.

Seguiu-se daí a celebração do contrato nº 051/2020, cujo objeto é a prestação de serviços de publicidade e propaganda. O contrato obedeceu aos termos do Ato Convocatório nº 013/2020, do ELEMENTO TÉCNICO Nº 1/2020 - IGESDF/DIPRE/GAPRE/ASCOM, da Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, do Parecer SEI-GDF n.º 65/2020 - IGESDF/DIPRE/GAPRE/ASJUR, emitido pela Assessoria Jurídica do IGESDF, da Declaração de Disponibilidade Orçamentária emitida pela Gerência de Custos e Orçamento do IGESDF e demais disposições constantes no Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF.

A cláusula segunda do contrato discrimina as condições e especificações que integram o objeto do contrato, a seguir reproduzidas:

- "a) Estudo do conceito, ideia, marca, produto ou serviço a difundir, incluindo a identificação e análise de suas vantagens e desvantagens perante os seus públicos e, quando for o caso, em relação ao seu mercado.
- b) Identificação e análise dos públicos e/ou do mercado onde o conceito, ideia, marca, produto ou serviço encontre melhor possibilidade de assimilação.
- c) Identificação e análise das ideias, marcas, produtos ou serviços concorrentes.
- d) Elaboração do plano publicitário, incluindo a concepção das mensagens e peças (criação) e o estudo dos meios e veículos que, segundo técnicas adequadas, assegurem a melhor cobertura dos públicos e objetivos (planejamento de mídia).

GUIMARÃES, SOUTO E ADVOGADOS ASSOCIADOS
GUILHERME ROCHA DE ALMEIDA ABREU SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADV.

e) Execução do plano publicitário, incluindo o orçamento e realização das peças publicitárias (produção) e a compra, distribuição e controle da publicidade nos veículos contratados (execução de mídia), e no pagamento das faturas (CENP – CONSELHO EXECUTIVO DAS NORMAS-PADRÃO. Normas-padrão da atividade publicitária. São Paulo, 1998, 8 e 9 pág.).”

O contrato foi assinado em 03/06/2020 e desde então vem sendo executado nos seus estritos termos. Vale destacar que, pela natureza do serviço, o valor estimado da contratação é um teto orçamentário, previamente autorizado, mas os serviços são feitos por demanda, segundo os padrões estabelecidos CENP – Conselho executivo das normas padrão da atividade publicitária e tabelas SINAPRO.

A Fértil Comunicação e Marketing faz juntar aos autos (anexo), privilegiando os princípios da transparência e boa-fé, tabela contendo informações sobre os serviços já prestados e faturados no âmbito do contrato.

3.3 NÃO SOBREPOSIÇÃO DE ATIVIDADE ESTATAL.

Do cotejo entre, de um lado, as disposições do ato convocatório, do elemento técnico, do contrato e da lista dos serviços efetivamente prestados pela empresa Fertil Comunicação e Marketing e, de outro, as disposições do contrato nº 032/2020, celebrado com a empresa SMART 7 DIGITAL Ltda – ME, decorre a inafastável conclusão de tratarem-se de situações distintas, com objetos distintos.

O contrato 032/2020, tem escopo específico e delimitado, contratação emergencial de empresa especializada na **prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), na modalidade de SaaS (software como serviço), para atendimento à população do Distrito Federal no combate ao Covid-19**, conforme justificativa, especificações, quantidades e demais condições constantes no Elemento Técnico Emergencial nº 2/2020 – GESIN, para atender as necessidades do IGESDF.

Portanto, os serviços prestados no âmbito do contrato 051/2020 não se confundem o objeto do contrato 032/2020, caracterizando, s.m.j., não haver sobreposição de atividade estatal.

4. DOS REQUERIMENTOS

Feitas essas considerações, requer-se que esse egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal conheça da presente MANIFESTAÇÃO e, forte nos esclarecimentos trazidos aos autos, restrinja o objeto de fiscalização, se assim entender, ao processo de contratação que culminou com a celebração do contrato nº 032/2020.

Nesses termos, pede deferimento.

Brasília, 10/08/2020.

GUILHERME ROCHA
DE ALMEIDA ABREU

Assinado de forma digital por
GUILHERME ROCHA DE ALMEIDA
ABREU
Dados: 2020.08.11 12:05:43 -03'00'

Guilherme Rocha de Almeida Abreu

Marcelo Antônio Rodrigues Viegas

OAB/DF 61.140

OAB/DF nº 18.503

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA FÉRTIL COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA

BRUNO LEONARDO MARTINS SARAIVA, brasileiro, natural de Brasília-DF, solteiro, nascido em 29 de Maio de 1984, publicitário, CPF nº 725.354.821-34, portador da CNH nº 033.862.19200, expedida pelo Detran-DF, em 22.09.2005, residente e domiciliado na Quadra 49 Casa 129 Setor Leste Gama- Brasília-DF, CEP 72.455-490, e **BRUNA PAULA MARTINS SARAIVA**, brasileira, natural de Brasília-DF, solteira, nascida em 17 de Junho de 1988, empresaria, CPF nº 097.468.306-00, portadora da Carteira Identidade nº 14.858.810, expedida pelo SSP-MG, em 12 de Agosto de 2003, residente e domiciliada na Quadra 49 Casa 129 Setor Leste Gama – Brasília-DF, CEP 72.455-490, constituem uma sociedade limitada, mediante as seguintes cláusulas:

PRIMEIRA: A sociedade girará sob o nome empresarial de **FÉRTIL COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA**, com nome fantasia **FÉRTIL COMUNICAÇÃO E MARKETING**, com sua sede na **QUADRA 09 LOTE 80 – SETOR LESTE GAMA – BRASILIA-DF, CEP 72.450-090**

SEGUNDA: O capital social será de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), divididos em 100.000 (Cem Mil) quotas, de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada quota, integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios:

SÓCIOS:	QUOTAS	R\$
BRUNO LEONARDO MARTINS SARAIVA	99.000	99.000,00
BRUNA PAULA MARTINS SARAIVA	1.000	1.000,00
TOTAL	100.000	100.000,00

TERCEIRA: O objeto será: Agência de publicidade, propaganda, marketing, Ações promocionais, merchandising e serviços de comunicação em geral.

QUARTA: A sociedade iniciará suas atividades em 20 de Janeiro de 2009 e seu prazo de duração é indeterminado.

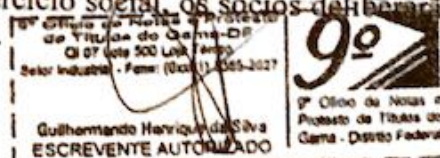
QUINTA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

SEXTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

SÉTIMA: A administração da sociedade caberá ao sócio **BRUNO LEONARDO MARTINS SARAIVA**, com os poderes e atribuições de administrar e gerenciar a empresa autorizado o uso do nome empresarial, o sócio administrador poderá abrir contas bancárias, assinar cheques e outros documentos necessários ao bom funcionamento da mesma. Vedado, assumir obrigações individuais em nome da sociedade, seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros.

OITAVA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

NONA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão, administradores quando for o caso.



DÉCIMA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

DÉCIMA PRIMEIRA: Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

DÉCIMA SEGUNDA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

DÉCIMA TERCEIRA: Os sócios declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DÉCIMA QUARTA: Fica eleito o foro de Brasília para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias.

Brasília-DF, 13 de Janeiro de 2009.

BRUNO LEONARDO MARTINS SARAIVA
CNH ° 03386219200 – DETRAN-DF

Bruna Paula Martins Saraiva
BRUNA PAULA MARTINS SARAIVA
C.I. N° 14.858.810-SSP-MG

Testemunhas:

Francisco de Assis Vieira de Lima
FRANCISCO DE ASSIS VIEIRA DE LIMA
RG 19.999 – CRC-DF

Gustavo de Oliveira Marques
GUSTAVO DE OLIVEIRA MARQUES
RG N° 20.585 – CRC-DF

9a. OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS DO GAMA - DISTRITO FEDERAL Fone: (61) 3385.2027 Fax: (61) 3384.1873	
Reconheço por AUTENTICIDADE a(s) firma(s) de:	
[20X85e02]	BRUNO LEONARDO MARTINS SARAIVA
[20X80e02]	BRUNA PAULA MARTINS SARAIVA
Em testemunho da verdade. Gama-DF, 14/01/2009.	
<i>Guilherme Henrique de Silva</i> GUILHERME HENRIQUE DE SILVA ESCREVENTE AUTORIZADO	
101 09 14 500 1er 2a 3a 4a 5a 6a 7a 8a 9a 10a 11a 12a 13a 14a 15a 16a 17a 18a 19a 20a 21a 22a 23a 24a 25a 26a 27a 28a 29a 30a 31a 32a 33a 34a 35a 36a 37a 38a 39a 40a 41a 42a 43a 44a 45a 46a 47a 48a 49a 50a 51a 52a 53a 54a 55a 56a 57a 58a 59a 60a 61a 62a 63a 64a 65a 66a 67a 68a 69a 70a 71a 72a 73a 74a 75a 76a 77a 78a 79a 80a 81a 82a 83a 84a 85a 86a 87a 88a 89a 90a 91a 92a 93a 94a 95a 96a 97a 98a 99a 100a	
Guilherme Henrique de Silva ESCREVENTE AUTORIZADO	
Ofício de Notas e Protesto de Títulos do Gama - Distrito Federal	

1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL FERTIL COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA ME

BRUNO LEONARDO MARTINS SARAIVA, brasileiro, solteiro, publicitário, nascido em 29/05/1984, natural da cidade de Brasília - DF, filho de Manoel de Oliveira Saraiva e Nair Martins Pereira Saraiva, portador da CNH 033.862.19200, expedida pelo Detran-DF, em 22/09/2005 e CPF 725.354.821-34, residente e domiciliado em Quadra 49 Casa 129 - Setor Leste do Gama - Brasília - DF - CEP 72.455-490,

BRUNA PAULA MARTINS SARAIVA, brasileira, solteira, empresária, nascida em 17/06/1988, natural da cidade de Brasília - DF, filha de Manoel de Oliveira Saraiva e Nair Martins Pereira Saraiva, portadora da Carteira de Identidade Nº 14.858.810, expedida pelo SSP-MG, em 12/08/2003 e CPF 097.468.306-00, residente e domiciliado em Quadra 49 Casa 129 - Setor Leste do Gama - Brasília - DF - CEP 72.455-490, na qualidade de únicos sócios da sociedade empresaria limitada **FERTIL COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA ME** com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Distrito Federal sob o numero 53201528600 em 20/01/2009, registrada no CNPJ sob o número 10.589.522/0001-24 e CFDF 07.515.623/001-38, atualmente estabelecida na **QUADRA 09 LOTE 80 - SETOR LESTE GAMA - BRASILIA - DF - CEP 72.450-090**, resolvem de comum acordo procederem alteração em seu contrato social primitivo, conforme cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade altera o seu endereço para **SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO TRECHO 03 LOTE 625/695 BLOCO B SALA 228 - BRASILIA - DF - CEP 71200-030**, podendo abrir filiais e outros estabelecimentos, no país ou fora dele, por ato de sua gerência ou por deliberação dos sócios.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais clausulas de condições do contrato social primitivo, não mencionadas na presente alteração contratual.

E, por estarem justos e contratados, assina o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Brasília - DF, 1º de abril de 2011.

Fertil Comunicação e Marketing Ltda
Bruno L. M. Saraiva
Sócio Proprietário

BRUNO LEONARDO MARTINS SARAIVA
CNH 033.862.19200 - DETRAN DF
CPF 725.354.821-34

Bruna Paula Martins Saraiva
BRUNA PAULA MARTINS SARAIVA
RG 14.858.810 - SSP/MG
CPF 097.468.306-00

CONFERIDO
Agência-Fertil Comunicação

	JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL CERTIFICO O REGISTRO EM: 05/05/2011 SOB Nº: 20110283481 Protocolo: 11/028348-1, DE 28/04/2011 Empresa: 53 2 0152860 0 FERTIL COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA ME
<i>Antonio Celson G. Mendes</i> ANTONIO CELSON G. MENDES SECRETARIO-GERAL	

Rodrigo Otávio Sales de Sousa
Contador

**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA
FÉRTIL COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA ME**

BRUNA PAULA MARTINS SARAIVA, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliado na Quadra 49 Casa 129 – Setor Leste Gama, Brasília/DF CEP: 72.455.490 natural de Brasília-DF, nascido em 17/06/1988, filha de Manoel de Oliveira Saraiva e Nair Martins Pereira Saraiva, portadora da C.I nº MG- 15.858.810 expedida pelo SSP/MG em 12/08/2003 e CPF nº 097.468.306-00;

BRUNO LEONARDO MARTINS SARAIVA, brasileiro, casado sob regime de separação total de bens, empresário, natural de Brasília-DF, nascido em 29/05/1984, filho de Manoel de Oliveira Saraiva e Nair Martins Pereira Saraiva, residente e domiciliado na SMPW quadra 24 conjunto 4 lote 3 casa F, Brasília/DF, CEP: 71.745-404, portador da C.I nº MG- 11627.289 expedida pelo SSP/MG em 15/01/1998 e CPF No 725.354.821-34; únicos sócios da empresa **FÉRTIL COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA ME**, estabelecida na Sai Trecho 03 Lotes 625/695 Bloco B Sala 228- Brasília/DF, CEP: 71.200-030, inscrita no CNPJ sob o nº 10.589.522/0001-24 e registrada na JCDF sob o nº 53201528600, **RESOLVEM**, de comum acordo e na melhor forma de direito, alterarem e consolidarem o primitivo contrato social e o fazem mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Altera-se o endereço da sociedade para: **CLS 115 Bloco A loja 28 , Subsolo – Sala 02, Asa Sul - Brasília – DF, CEP nº 70.385.510.**



CLÁUSULA SEGUNDA:

Continuam inalteradas as demais cláusulas do Primitivo Contrato Social que implícita ou explicitamente não foram alteradas por este instrumento.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA PRIMEIRA:

A sociedade gira sob o nome empresarial de **FÉRTIL COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA ME**, possui sua sede na **CLS 115 Bloco A loja 28, Subsolo – Sala 02, Asa Sul - Brasília – DF, CEP nº 70.385.510**.e adotará o nome de fantasia de **FÉRTIL COMUNICAÇÃO E MARKETING**.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O capital social da sociedade é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil cotas) de valor unitário de R\$ 1,00 (Um real), totalmente subscrito e integralizado pelos sócios em moeda corrente do país da seguinte forma:

BRUNA PAULA MARTINS SARAIVA	1.000 Quotas	R\$ 1.000,00	1%
BRUNO LEONARDO MARTINS SARAIVA	99.000 Quotas	R\$ 99.000,00	99%
TOTALIZANDO	100.000 Quotas	R\$ 100.000,00	100%

CLÁUSULA TERCEIRA:

A sociedade tem como objetivo social: **Agência de publicidade, propaganda, marketing, ações promocionais e serviços de comunicação em geral.**

CLÁUSULA QUARTA:

A sociedade iniciou suas atividades em **20 de Janeiro de 2009**, e seu prazo de duração é indeterminado.



CLÁUSULA QUINTA:

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preços direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SEXTA:

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA:

A administração da sociedade e o uso de seu nome ficarão a cargo de **BRUNO LEONARDO MARTINS SARAIVA** que passa a ter amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, INDIVIDUALMENTE, podendo praticar todos os atos e operações que forem necessários ou convenientes à realização dos fins da SOCIEDADE, tais como adquirir, alienar, permutar e gravar bens móveis e imóveis, contrair obrigações, celebrar contratos de qualquer espécie e forma, transigir e renunciar a direitos, podendo emitir, receber, endossar cheques, transferir recursos de um banco para outro, assinar e endossar títulos, inclusive Letras de Câmbio e Notas Promissórias, Recibos e, Certificados de Depósitos Bancários, receber quaisquer quantias de que a SOCIEDADE seja credora, assinar guias, conhecimentos, termos de responsabilidade, pagar impostos, taxa de emolumentos, receber e dar quitação, sendo-lhe vedado, no entanto, usar a denominação social em negócios estranhos aos interesses da sociedade, ou assumir responsabilidade estranha ao objetivo social, seja em favor de quotista ou de terceiros.

Parágrafo primeiro - Fica facultado ao sócio administrador, nomear procuradores, para um período determinado que nunca poderá exceder a 90 dias, devendo o instrumento de procuração especificar detalhadamente os atos a serem praticados pelos procuradores assim nomeados.

Parágrafo segundo - O sócio administrador ou quaisquer dos sócios quotistas, isoladamente, poderá movimentar contas bancárias.



CLÁUSULA OITAVA:

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA NONA:

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA:

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMAPRIMEIRA:

Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.



Parágrafo Único:

O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Fica desde já eleito o Foro de Brasília-DF, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato Social, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

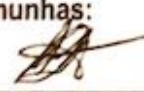
E por estarem justos e Contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.


Brasília-DF, 27 de Junho de 2017.


BRUNA PAULA MARTINS SARAIVA



BRUNO LEONARDO MARTINS SARAIVA

Testemunhas:


Fernanda Lourenço de Souza
CPF: 042.513.171-81
CI: 2.997.416 – SSP/DF


Rayane Ferreira de Carvalho Soares
CPF: 006.087.921-10
CI: 024462/O- CRC/DF



 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa Departamento de Registro Empresarial e Integração			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)	
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio		
53201528600	2062			


1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Nome: **FERTIL COMUNICACAO E MARKETING LTDA ME**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato

Nº FCN/REMP



DFN1979467774

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002		ALTERACAO
	021	1	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
	307	1	REENQUADRAMENTO DE ME COMO EPP
	051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
	2001	1	ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

BRASILIA
Local

2 Dezembro 2019
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

Nome(s) Empresarial(is) igual(is) ou semelhante(s)

☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____ Responsável

☐ DECISÃO COLEGIADA

☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____ Responsável

Processo em Ordem À decisão

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido Publique-se e archive-se

☐ Processo indeferido Publique-se

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

____/____/____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido Publique-se e archive-se

☐ Processo indeferido Publique-se

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

____/____/____ Responsável

____/____/____ Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/192.230-7	DFN1979467774	29/11/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
725.354.821-34	BRUNO LEONARDO MARTINS SARAIVA

Página 1 de 1



TERCEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA
FÉRTIL COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA
NIRE 5320152860-0 CNPJ 10.589.522/0001-24

Pelo presente instrumento particular, os abaixo assinados:

BRUNA PAULA MARTINS SARAIVA, brasileira, solteira, empresaria, natural do Território do Distrito Federal, nascida na cidade de Brasília no dia 17 de junho de 1988, filha de Manoel de Oliveira Saraiva e de Nair Martins Pereira Saraiva, portadora da carteira de identidade n. MG-15.858.810 expedida pela SSP-MG no dia 12.08.2003 e do CPF: n. 097.468.306-00, residente e domiciliada na quadra 49 casa 129, Setor Leste - Gama, na cidade de Brasília-DF, CEP: 72.455-490, e **BRUNO LEONARDO MARTINS SARAIVA**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, natural do Território do Distrito Federal, nascido na cidade de Brasília no dia 29 de maio de 1984, filho de Manoel de Oliveira Saraiva e de Nair Martins Pereira Saraiva, portador da carteira de identidade n. MG-11.627.289 expedida pela SSP-MG no dia 15.01.1998 e do CPF: n. 725.354.821-34, residente e domiciliado no SMPW quadra 24 conjunto 4 lote 3 casa F na cidade de Brasília-DF, CEP: 71.745-404. Únicos sócios da empresa **FERTIL COMUNICACAO E MARKETING LTDA**, com sua sede na CLS 115 bloco A loja 28 Subsolo Sala 02 - Asa Sul, na cidade de Brasília-DF, CEP: 70.385-510, inscrita no CNPJ sob o n. 10.589.522/0001-24, com o contrato social registrado na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal sob o NIRE n. 5320152860-0 no dia 20.01.2009, com a primeira alteração contratual registrada na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal sob o n. 20110283481 no dia 05.05.2011, e com a segunda alteração contratual registrada na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal sob o n. 20170651312 no dia 11.09.2017, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, alterar e consolidar o seu contrato social sob cláusulas e condições seguintes:

I - DO INGRESSO NA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

Nesta data, admite-se na sociedade a senhora **MARIANA SABINO BEZERRA SARAIVA**, brasileira, casada sob o regime de separação total de bens, empresaria, natural do Território do Distrito Federal, nascida na cidade de Brasília no dia 06 de junho de 1981, filha de Carlos Rubens Campelo Bezerra e de Gisele Sabino Campelo Bezerra, portadora da carteira nacional de habilitação registro n. 00772132859 expedida pelo DETRAN/DF no dia 17.09.2019 e do CPF: n. 714.522.571-91, residente e domiciliada no SMPW quadra 24 conjunto 4 lote 3 casa F na cidade de Brasília-DF, CEP: 71.745-404.

II - DA SAÍDA DA SÓCIA E DA TRANSFERÊNCIA DAS COTAS

Retira-se da sociedade a senhora **BRUNA PAULA MARTINS SARAIVA**, acima qualificada, transferindo neste ato, as 1.000 (uma mil) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando um capital social no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) já totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente do país no ato da constituição, para a sócia **MARIANA SABINO BEZERRA SARAIVA**, já qualificada na cláusula



TERCEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA
FÉRTIL COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA
NIRE 5320152860-0 CNPJ 10.589.522/0001-24

primeira do presente instrumento de alteração contratual, da qual recebe neste ato em moeda corrente do país, dando plena e total quitação das mesmas sem nada a reclamar no presente e ou futuramente, quer seja dos sócios, quer seja da sociedade, deixando o ativo e o passivo a cargo dos sócios remanescentes.

III - DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social e de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), divididos em 100.000 (cem mil) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente do país no ato da constituição, fica face a modificação do Quadro Societário assim distribuído entre os sócios:

SOCIOS	QUANTIDADE DE COTAS	CAPITAL SOCIAL	PERCENTUAL
BRUNO LEONARDO MARTINS SARAIVA	99.000	99.000,00	99,00
MARIANA SABINO BEZERRA SARAIVA	1.000	1.000,00	1,00
Totais	100.000	100.000,00	100,00

IV - DA RESPONSABILIDADE RESTRITA AO VALOR DAS QUOTAS E SOLIDÁRIA PELA INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

A responsabilidade de cada sócio e restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

V- DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, trimestral ou anual, a título de distribuição de lucros apurados em balanço, que será feita proporcionalmente as cotas de cada sócio, ou permanecerão em Lucros Acumulados no todo ou em parte, a critério dos sócios, e os Prejuízos, porventura existentes, permanecerão em Balanço para amortizações futuras, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

VI - LIMITE DA RECEITA BRUTA ANUAL

O signatário do presente ato declara que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá o limite fixado no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

VII - DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

A sociedade tem a denominação social de FERTIL COMUNICACAO E MARKETING LTDA, e tem sua sede na CLS 115 BLOCO A LOJA 28 SUBSOLO SALA 02, ASA SUL, BRASILIA-DF, CEP: 70.385-510, tendo início em 20.01.2009, será por tempo indeterminado e sua dissolução só se dará por vontade expressa dos sócios ou decisão judicial.



TERCEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA
FÉRTIL COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA
NIRE 5320152860-0 CNPJ 10.589.522/0001-24

Parágrafo primeiro - A sociedade poderá abrir e manter filiais, escritórios ou agências em quaisquer partes do território nacional a critério dos sócios, observadas as disposições legais aplicáveis, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Parágrafo segundo - A sociedade gira sob o nome de fantasia de **FERTIL COMUNICACAO E MARKETING**.

VIII - DEMAIS CLÁUSULAS NÃO ALTERADAS PELO PRESENTE INSTRUMENTO

As demais cláusulas e condições não alteradas pelo presente instrumento de alteração contratual, permanecem inalteradas e em pleno vigor.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

I - DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

A sociedade tem a denominação social de **FERTIL COMUNICACAO E MARKETING LTDA**, e tem sua sede na **CLS 115 BLOCO A LOJA 28 SUBSOLO SALA 02, ASA SUL, BRASILIA-DF, CEP: 70.385-510**, tendo início em **20.01.2009**, será por tempo indeterminado e sua dissolução só se dará por vontade expressa dos sócios ou decisão judicial.

Parágrafo primeiro - A sociedade poderá abrir e manter filiais, escritórios ou agências em quaisquer partes do território nacional a critério dos sócios, observadas as disposições legais aplicáveis, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Parágrafo segundo - A sociedade gira sob o nome de fantasia de **FERTIL COMUNICACAO E MARKETING**.

II - DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social e de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)**, divididos em **100.000 (cem mil) cotas** no valor nominal de **R\$ 1,00 (um real)** cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente do país no ato da constituição, assim distribuído entre os sócios:

SOCIOS			QUANTIDADE DE COTAS	CAPITAL SOCIAL	PERCENTUAL
BRUNO SARAIVA	LEONARDO	MARTINS	99.000	99.000,00	99,00
MARIANA SARAIVA	SABINO	BEZERRA	1.000	1.000,00	1,00
Totais			100.000	100.000,00	100,00

III - DO OBJETO SOCIAL

A sociedade tem como objeto social as atividades de **agência de publicidade, propaganda, marketing, ações promocionais e serviços de comunicação em geral**.



TERCEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA
FÉRTIL COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA
NIRE 5320152860-0 CNPJ 10.589.522/0001-24

IV - CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E RETIRADAS DE SÓCIOS

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preços, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

V - DA RESPONSABILIDADE RESTRITA AO VALOR DAS QUOTAS E SOLIDÁRIA PELA INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

VI - DA ADMINISTRAÇÃO E USO DA SOCIEDADE

A administração da sociedade e o uso de seu nome ficarão a cargo de **BRUNO LEONARDO MARTINS SARAIVA** que passa a ter amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, **INDIVIDUALMENTE**, podendo praticar todos os atos e operações que forem necessários ou convenientes a realização dos fins da SOCIEDADE, tais como adquirir, alienar, permutar e gravar bens moveis e imóveis, contrair obrigações, celebrar contratos de qualquer espécie e forma, transigir e renunciar a direitos, podendo emitir, receber, endossar cheques, transferir recursos de um banco para outro, assinar e endossar títulos, inclusive Letras de Câmbio e Notas Promissórias, Recibos e Certificados de Depósitos bancários, receber quaisquer quantias de que a SOCIEDADE seja credora, assinar guias, conhecimentos, termos de responsabilidade, pagar impostos, taxas de emolumentos, receber e dar quitação, sendo-lhe vedado, no entanto, usar a denominação social em negócios estranhos aos interesses da sociedade, ou assumir responsabilidades estranhas ao objetivo social, seja em favor de quotista ou de terceiros.

Parágrafo Primeiro - Fica facultado ao sócio administrador, nomear procuradores, para um período determinado que nunca poderá exceder a 90 (noventa) dias, devendo o instrumento de procuração especificar detalhadamente os atos a serem praticados pelos procuradores assim nomeados.

Parágrafo Segundo - O sócio administrador ou quaisquer dos sócios quotistas, isoladamente, poderá movimentar contas bancárias.

VII - DO BALANÇO GERAL

Ao termino de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do



TERCEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA
FÉRTIL COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA
NIRE 5320152860-0 CNPJ 10.589.522/0001-24

balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

VIII - DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

IX - DA RETIRADA DO PRÓ-LABORE

Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

X - DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, trimestral ou anual, a título de distribuição de lucros apurados em balanço, que será feita proporcionalmente às cotas de cada sócio, ou permanecerão em Lucros Acumulados no todo ou em parte, a critério dos sócios, e os Prejuízos, porventura existentes, permanecerão em Balanço para amortizações futuras, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

XI - LIQUIDAÇÃO OU DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

XII - LIMITE DA RECEITA BRUTA ANUAL

O signatário do presente ato declara que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá o limite fixado no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

XIII - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

O(s) Administrador(es) declara(m), sob as penas da Lei, de que não está (ao) impedido(s) de exercer(em) a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as



TERCEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA
FÉRTIL COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA
NIRE 5320152860-0 CNPJ 10.589.522/0001-24

normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

XIV - DO FORO E CASOS OMISSOS

Fica desde já eleito o Foro de Brasília-DF, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato Social, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento particular em **01 (uma)** via de igual teor e forma, levando-a para o devido arquivamento na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal, a fim de que sejam produzidos os efeitos legais.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

BRUNA PAULA MARTINS SARAIVA
CPF: n. 097.468.306-00

BRUNO LEONARDO MARTINS SARAIVA
CPF: n. 725.354.821-34

MARIANA SABINO BEZERRA SARAIVA
CPF: n. 714.522.571-91





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/192.230-7	DFN1979467774	29/11/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
097.468.306-00	BRUNA PAULA MARTINS SARAIVA
725.354.821-34	BRUNO LEONARDO MARTINS SARAIVA
714.522.571-91	MARIANA SABINO BEZERRA SARAIVA

Página 1 de 1



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1339185 em 02/12/2019 da Empresa FERTIL COMUNICACAO E MARKETING LTDA ME, Nire 53201528600 e protocolo DFN1979467774 - 29/11/2019. Autenticação: 4366CE513D3E6464827554382A8BA789E25C16AF. Maxmilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 19/192.230-7 e o código de segurança 011Q. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/12/2019 por Maxmilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral.



pág 9/11



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa FERTIL COMUNICACAO E MARKETING LTDA ME, de NIRE 5320152860-0 e protocolado sob o número 19/192.230-7 em 29/11/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1339185, em 02/12/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Lorraine Almeida Duarte.

Assina o registro, mediante certificado digital, o Secretário-Geral, Maxmilian Patriota Carneiro. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucis.df.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
725.354.821-34	BRUNO LEONARDO MARTINS SARAIVA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
714.522.571-91	MARIANA SABINO BEZERRA SARAIVA
725.354.821-34	BRUNO LEONARDO MARTINS SARAIVA
097.468.306-00	BRUNA PAULA MARTINS SARAIVA

Brasília, Segunda-feira, 02 de Dezembro de 2019



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
DISTRITO FEDERAL
Registro Digital



O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
011.502.321-61	LORRANNE ALMEIDA DUARTE
702.261.211-00	MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO


Brasília, Segunda-feira, 02 de Dezembro de 2019



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1339185 em 02/12/2019 da Empresa FERTIL COMUNICACAO E MARKETING LTDA ME, Nire 53201528800 e protocolo DFN1979467774 - 29/11/2019. Autenticação 4366CE513D3E6464827554382A8BA789E25C16AF Maxmilian Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 19/192.230-7 e o código de segurança 01IQ. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/12/2019 por Maxmilian Patriota Carneiro – Secretário-Geral.



 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa Departamento de Registro Empresarial e Integração		Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Com
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) 53201528600	Código da Natureza Jurídica 2062	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

 Nome: **FERTIL COMUNICACAO E MARKETING LTDA**
 (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



DFP2000043805

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS CÔDIGO DO ATO CÔDIGO DO ATO QTDE DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

1	002			ALTERACAO
		021	1	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2015	1	ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL
		2211	1	ALTERACAO DE ENDERECO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO

BRASILIA

Local

6 Março 2020

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM☐ SIMProcesso em Ordem
À decisão_____
Data☐ NÃO_____
Data

Responsável

☐ NÃO_____
Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
- ☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
- ☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐☐☐☐_____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
- ☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
- ☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐☐☐☐_____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

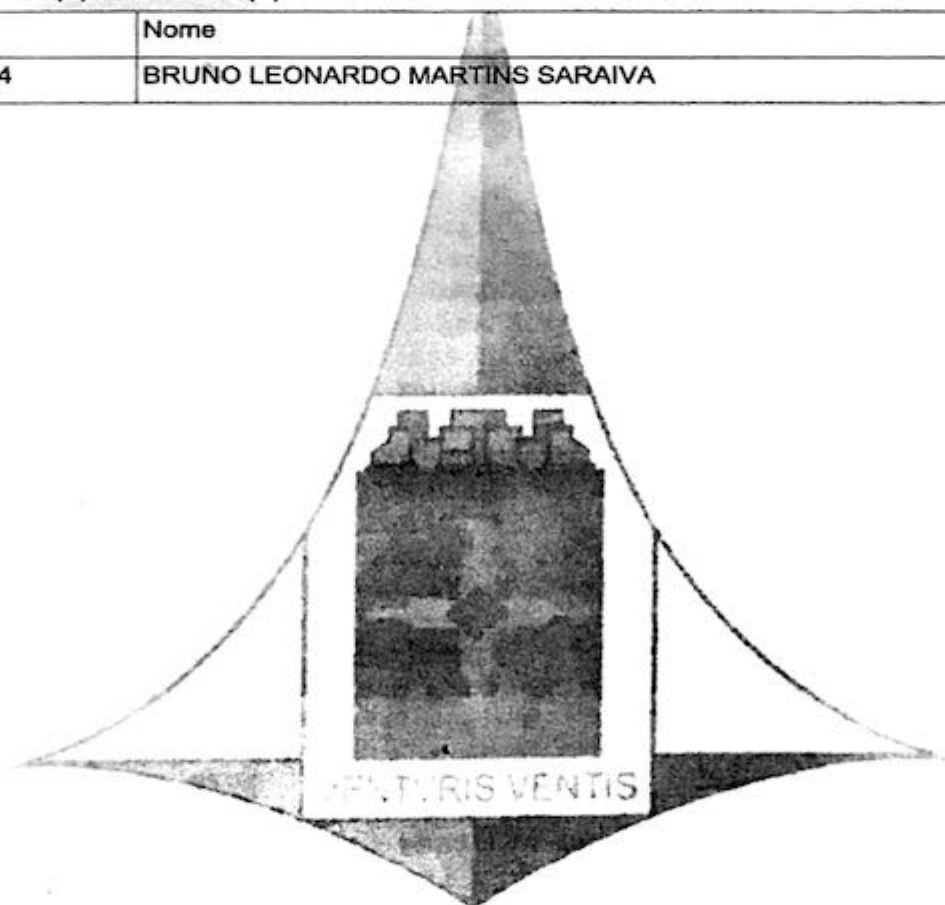
Capa de Processo

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/024.904-5	DFP2000043805	06/03/2020

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
725.354.821-34	BRUNO LEONARDO MARTINS SARAIVA



QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
FÉRTIL COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA
NIRE 5320152860-0 CNPJ 10.589.522/0001-24

Pelo presente instrumento particular, os abaixo assinados:

MARIANA SABINO BEZERRA SARAIVA, brasileira, casada sob o regime de separação total de bens, empresaria, natural do Território do Distrito Federal, nascida na cidade de Brasília no dia 06 de junho de 1981, filha de Carlos Rubens Campelo Bezerra e de Gisele Sabino Campelo Bezerra, portadora da carteira nacional de habilitação registro n. 00772132859 expedida pelo DETRAN/DF no dia 17.09.2019 e do CPF: n. 714.522.571-91, residente e domiciliada no **SMPW quadra 24 conjunto 4 lote 3 casa F na cidade de Brasília-DF, CEP: 71.745-404**, e **BRUNO LEONARDO MARTINS SARAIVA**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, natural do Território do Distrito Federal, nascido na cidade de Brasília no dia 29 de maio de 1984, filho de Manoel de Oliveira Saraiva e de Nair Martins Pereira Saraiva, portador da carteira de identidade n. MG-11.627.289 expedida pela SSP-MG no dia 15.01.1998 e do CPF: n. 725.354.821-34, residente e domiciliado no **SMPW quadra 24 conjunto 4 lote 3 casa F na cidade de Brasília-DF, CEP: 71.745-404**. Únicos sócios da empresa **FÉRTIL COMUNICACAO E MARKETING LTDA**, com sua sede na **CLS 115 BLOCO A LOJA 28 SUBSOLO SALA 02, ASA SUL, BRASILIA-DF, CEP: 70.385-510**, inscrita no CNPJ sob o n. 10.589.522/0001-24, com o contrato social registrado na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal sob o NIRE n. 5320152860-0 no dia 20.01.2009, com a **primeira alteração contratual** registrada na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal sob o n. 20110283481 no dia 05.05.2011, com a **segunda alteração contratual** registrada na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal sob o n. 20170651312 no dia 11.09.2017, e com a **terceira alteração contratual** registrada na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal sob o n. 1339185 no dia 02/12/2019; resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, **alterar e consolidar** o seu contrato social sob cláusulas e condições seguintes:

I - DO ENDEREÇO DA SEDE

A sociedade passa neste ato a ter a sua sede na **CLS 115 BLOCO A LOJA 28 Parte TÉRREO, ASA SUL, BRASÍLIA-DF, CEP: 70.385-510**.

II - DO OBJETO SOCIAL

A sociedade passa neste ato a ter como objeto social as atividades de **AGÊNCIA DE PUBLICIDADE, PROPAGANDA, MARKETING, AÇÕES PROMOCIONAIS, SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO VISUAL, SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO, IMPRESSÃO DE CATÁLOGOS, CARTAZES, FOLHETOS, ENCARTES E OUTROS IMPRESSOS PARA FINS PROMOCIONAIS, LIVROS E PERIÓDICOS E DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS, COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA E PRODUTOS PUBLICITÁRIOS**.



QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
FÉRTIL COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA
NIRE 5320152860-0 CNPJ 10.589.522/0001-24

III - DEMAIS CLÁUSULAS NÃO ALTERADAS PELO PRESENTE INSTRUMENTO

As demais cláusulas e condições não alteradas pelo presente instrumento de alteração contratual, permanecem inalteradas e em pleno vigor.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

I - DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

A sociedade tem a denominação social de **FÉRTIL COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA**, e tem sua sede na **CLS 115 BLOCO A LOJA 28 Parte TÉRREO, ASA SUL, BRASÍLIA-DF, CEP: 70.385-510**, tendo início em **20/01/2009**, será por tempo indeterminado e sua dissolução só se dará por vontade expressa dos sócios ou decisão judicial.

Parágrafo primeiro - A sociedade poderá abrir e manter filiais, escritórios ou agências em quaisquer partes do território nacional a critério dos sócios, observadas as disposições legais aplicáveis, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Parágrafo segundo - A sociedade gira sob o nome de fantasia de **FÉRTIL COMUNICAÇÃO E MARKETING**.

II - DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)**, divididos em **100.000 (cem mil) cotas** no valor nominal de **R\$ 1,00 (um real)** cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente do país no ato da constituição, assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS			QUANTIDADE DE COTAS	CAPITAL SOCIAL	PERCENTUAL
BRUNO SARAIVA	LEONARDO	MARTINS	99.000	99.000,00	99,00
MARIANA SARAIVA	SABINO	BEZERRA	1.000	1.000,00	1,00
Totais			100.000	100.000,00	100,00

III - DO OBJETO SOCIAL

A sociedade tem como objeto social as atividades de **AGÊNCIA DE PUBLICIDADE, PROPAGANDA, MARKETING, AÇÕES PROMOCIONAIS, SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO VISUAL, SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO, IMPRESSÃO DE CATÁLOGOS, CARTAZES, FOLHETOS, ENCARTES E OUTROS IMPRESSOS PARA FINS PROMOCIONAIS, LIVROS E PERIÓDICOS E DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS, COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA E PRODUTOS PUBLICITÁRIOS**.

IV - CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E RETIRADAS DE SÓCIOS

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica

QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
FÉRTIL COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA
NIRE 5320152860-0 CNPJ 10.589.522/0001-24

assegurado, em igualdade de condições e preços, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

V - DA RESPONSABILIDADE RESTRITA AO VALOR DAS QUOTAS E SOLIDÁRIA PELA INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

VI - DA ADMINISTRAÇÃO E USO DA SOCIEDADE

A administração da sociedade e o uso de seu nome ficarão a cargo de **BRUNO LEONARDO MARTINS SARAIVA** que passa a ter amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, **INDIVIDUALMENTE**, podendo praticar todos os atos e operações que forem necessários ou convenientes a realização dos fins da SOCIEDADE, tais como adquirir, alienar, permutar e gravar bens móveis e imóveis, contrair obrigações, celebrar contratos de quaisquer espécie e forma, transigir e renunciar a direitos, podendo emitir, receber, endossar cheques, transferir recursos de um banco para outro, assinar e endossar títulos, inclusive Letras de Câmbio e Notas Promissórias, Recibos e Certificados de Depósitos bancários, receber quaisquer quantias de que a SOCIEDADE seja credora, assinar guias, conhecimentos, termos de responsabilidade, pagar impostos, taxas de emolumentos, receber e dar quitação, sendo-lhe vedado, no entanto, usar a denominação social em negócios estranhos aos interesses da sociedade, ou assumir responsabilidades estranhas ao objetivo social, seja em favor de quotista ou de terceiros.

Parágrafo Primeiro - Fica facultado ao sócio administrador, nomear procuradores, para um período determinado que nunca poderá exceder a 90 (noventa) dias, devendo o instrumento de procuração especificar detalhadamente os atos a serem praticados pelos procuradores assim nomeados.

Parágrafo Segundo - O sócio administrador ou quaisquer dos sócios quotistas, isoladamente, poderá movimentar contas bancárias.

VII - DO BALANÇO GERAL

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.



QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
FÉRTIL COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA

NIRE 5320152860-0

CNPJ 10.589.522/0001-24

VIII - DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

IX - DA RETIRADA DO PRÓ-LABORE

Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

X - DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, trimestral ou anual, a título de distribuição de lucros apurados em balanço, que será feita proporcionalmente as cotas de cada sócio, ou permanecerão em Lucros Acumulados, no todo ou em parte, a critério dos sócios, e os Prejuízos, porventura existentes, permanecerão em Balanço para amortizações futuras, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

XI - LIQUIDAÇÃO OU DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

XII - LIMITE DA RECEITA BRUTA ANUAL

O signatário do presente ato declara que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá o limite fixado no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

XIII - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

O(s) Administrador(es) declara(m), sob as penas da Lei, de que não está (ao) impedido(s) de exercer(em) a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.



QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
FÉRTIL COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA
NIRE 5320152860-0 CNPJ 10.589.522/0001-24

XIV - DO FORO E CASOS OMISSOS

Fica desde já eleito o Foro de Brasília-DF, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato Social, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento particular em 01 (uma) via de igual teor e forma, levando-a para o devido arquivamento na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal, a fim de que sejam produzidos os efeitos legais.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 2020.

BRUNO LEONARDO MARTINS SARAIVA
CPF: n. 725.354.821-34

MARIANA SABINO BEZERRA SARAIVA
CPF: n. 714.522.571-91



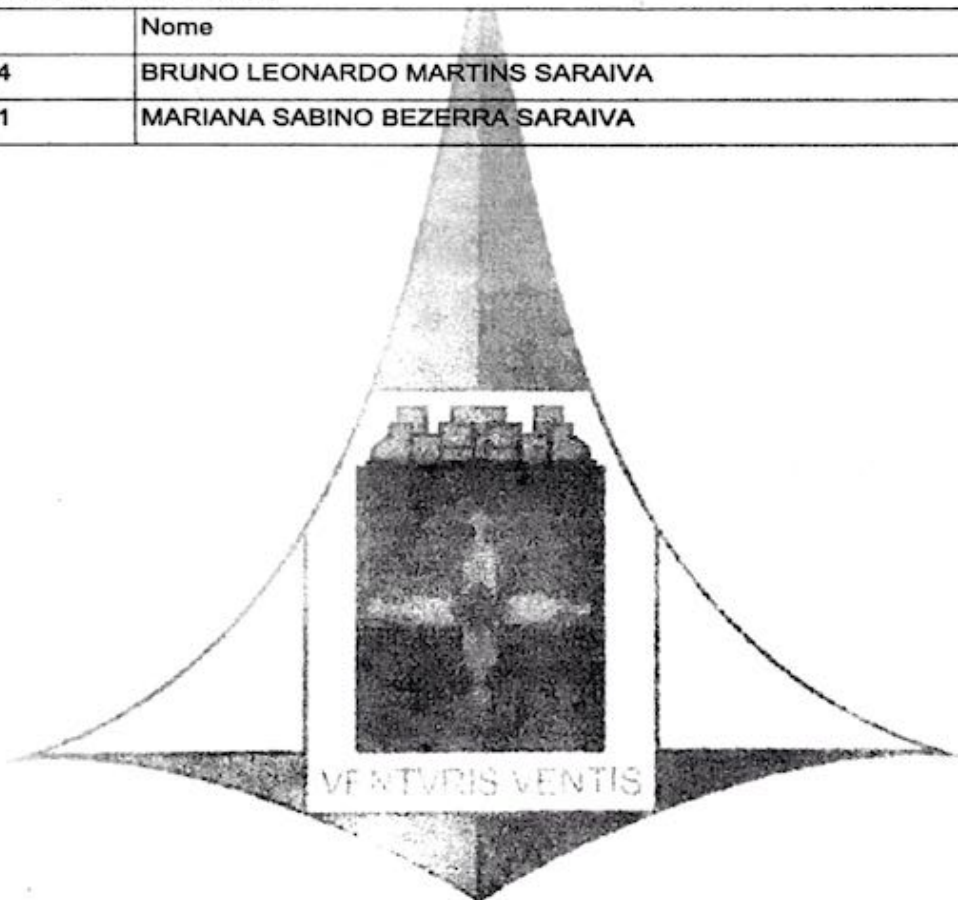
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/024.904-5	DFP2000043805	06/03/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
725.354.821-34	BRUNO LEONARDO MARTINS SARAIVA
714.522.571-91	MARIANA SABINO BEZERRA SARAIVA





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa FERTIL COMUNICACAO E MARKETING LTDA, de NIRE 5320152860-0 e protocolado sob o número 20/024.904-5 em 06/03/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1367010, em 06/03/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Lorrane Almeida Duarte.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Maxmiliam Patriota Carneiro. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucis.df.gov.br/Portal/pages/ImagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número do protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
725.354.821-34	BRUNO LEONARDO MARTINS SARAIVA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
725.354.821-34	BRUNO LEONARDO MARTINS SARAIVA
714.522.571-91	MARIANA SABINO BEZERRA SARAIVA

Brasília, Sexta-feira, 06 de Março de 2020



Documento assinado eletronicamente por Lorrane Almeida Duarte, Servidor(a) Público(a), em 06/03/2020, às 14:13 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jcdf informando o número do protocolo 20/024.904-5.

Página 1 de 1

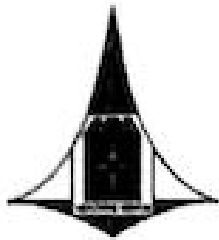


Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1367010 em 06/03/2020 da Empresa FERTIL COMUNICACAO E MARKETING LTDA, Nire 53201528600 e protocolo DFP2000043805 - 06/03/2020. Autenticação: 4EF99CAF45235924C973F1D39D9369D27E0606F, Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 20/024.904-5 e o código de segurança mvFu. Esta cópia é autenticada digitalmente e assinada em 06/03/2020 por Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral.



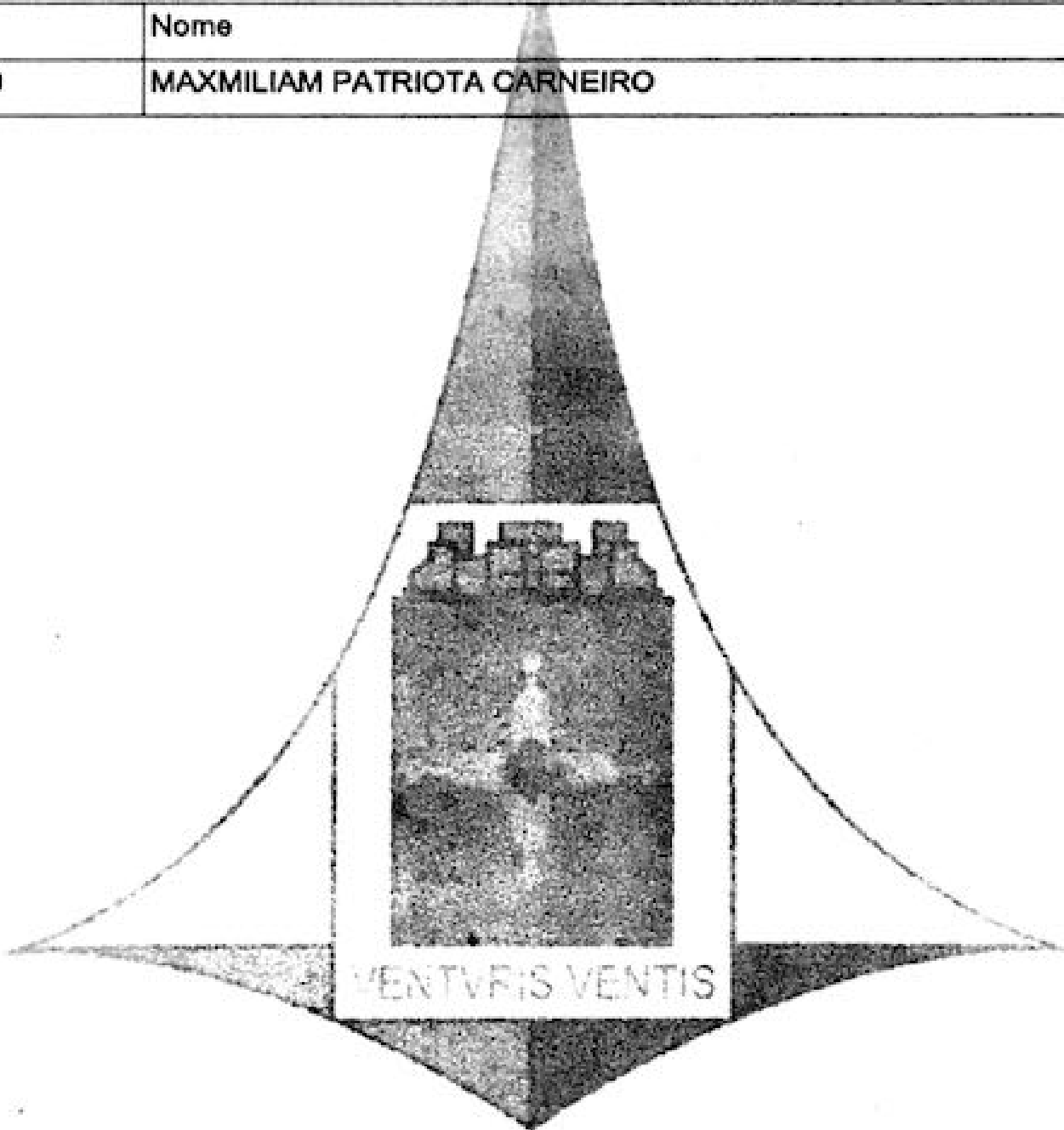
pág 9/



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
DISTRITO FEDERAL
Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

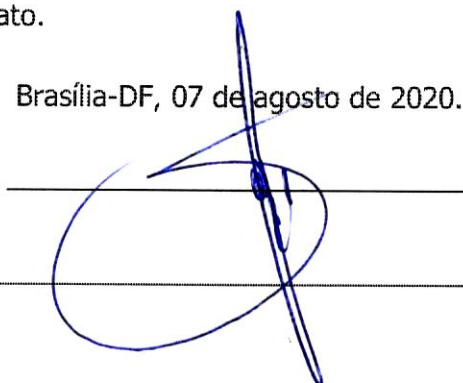
Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
702.261.211-00	MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO



Brasília, Sexta-feira, 06 de Março de 2020

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE		
FÉRTIL COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.		
CNPJ	10589522/0001-24	
ENDEREÇO COMERCIAL		
Cis 115, Bloco A, Loja 28,		
CIDADE	UF	EMAIL
BRASÍLIA	DF	
OUTORGADOS		OAB/DF Nº
MARCELO ANTONIO RODRIGUES VIEGAS		18.503
GUILHERME ROCHA DE ALMEIDA ABREU		61.140
CAMILA DE MELO SOUSA		51.218
ESCRITÓRIO: GUIMARÃES, SOUTO E ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S SHIS QI 11 – CONJUNTO 06 – CASA 09 – LAGO SUL CEP.: 71.625-260 – BRASÍLIA-DF – TEL.: 0xx61 3364-4242 – (FAX) 0xx61 3364-4343		
PODERES: O(A) outorgante concede aos advogados indicados, em conjunto ou separadamente, os poderes da cláusula <i>ad judícia</i> e <i>extra judícia</i> , substabelecer a presente a quem lhes convier, com ou sem reserva de poderes, especialmente para defesa de seus interesses perante o TCDF, nos autos do Processo nº 00600-00004091/2020-36-e, podendo, para tanto, praticar os atos para o fiel cumprimento desse mandato.		
Brasília-DF, 07 de agosto de 2020.		





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO
FEDERAL

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

MERCADO DIGITAL Nº 013/2020 – IGESDF
PROCESSO SEI 04016-00008326/2019-85

CONTRATO Nº 051/2020

CONTRATO
QUE, ENTRE
SI,
CELEBRAM O
INSTITUTO
DE GESTÃO
ESTRATÉGICA
DE SAÚDE
DO DISTRITO
FEDERAL –
IGESDF E A
EMPRESA
FERTIL
COMUNICAÇÃO
E
MARKETING
LTDA., CUJO
OBJETO É A
CONTRATAÇÃO
DE SERVIÇOS
DE
PUBLICIDADE
E
PROPAGANDA.

O INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – IGESDF, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 28.481.233/0001-72, constituída sob a forma de Serviço Social Autônomo (SSA), criado pela Lei nº 5.899, de 03 de julho de 2017, e alterado pela Lei nº 6.270, de 30 de janeiro de 2019, sediado no SMHS, Área Especial, Quadra 101, Bloco A, Brasília-DF, CEP: 70.335-900, neste ato representado por seu Diretor- Vice -Presidente, Sr. **SERGIO LUIZ DA COSTA**, brasileiro, casado, enfermeiro, residente e domiciliado nesta Capital Federal, portador da cédula de identidade nº 27489519-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 206.473.408-28, doravante denominado de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa **FERTIL COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF nº 10.589.522/0001-24 estabelecida no endereço CLS 105, Bloco A, Loja 28 - SUBSL Sala 02, Brasília/ DF, telefone: (61) 3045-2510, e-mail: *brunno.saraiva@agenciafertil.com.br*, neste ato representada por seu Sócio Administrador, o Sr. **BRUNO LEONARDO MARTINS SARAIVA**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no RG nº MG 11.627.289 SSP/MG e no CPF nº 725.354.821-34, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, conforme condições e especificações constantes no ELEMENTO TÉCNICO Nº 1/2020 - IGESDF/DIPRE/GAPRE/ASCOM (34870413) e no **ATO CONVOCATÓRIO Nº 013/2020 - MODALIDADE: MODALIDADE: MERCADO DIGITAL “SEM REGISTRO DE PREÇOS”**, realizada de acordo com art. 2º, 3º, incisos I e IV, art. 6, inciso III, §1, inciso I, art. 21, art. 23 e art. 24, inciso III e demais normas contidas no Regulamento Próprio de Compras e Contratações do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal, publicado no DODF nº 77 de 25 de abril de 2019, e demais ordenamentos legais pertinentes, mediante as cláusulas e as condições adiante, que aceitam e se obrigam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores.

1. DO PROCEDIMENTO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Contrato obedece aos termos do Ato Convocatório nº 013/2020, do ELEMENTO TÉCNICO Nº 1/2020 - IGESDF/DIPRE/GAPRE/ASCOM (DOC SEI 34870413), da Proposta Comercial apresentada pela **CONTRATADA**, do Parecer SEI-GDF nº 65/2020 - IGESDF/DIPRE/GAPRE/ASJUR, emitido pela Assessoria Jurídica do IGESDF (35386394), da Declaração de Disponibilidade Orçamentária emitida pela Gerência de Custos e Orçamento do IGESDF (DOC SEI 34768629) e demais disposições constantes no Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF.

2. DO OBJETO

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente instrumento tem por objeto a **contratação de serviços de publicidade e propaganda a serem prestados, sob demanda, por agência de publicidade e propaganda ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF, incluindo: planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a difusão de ideias ou informar o público em geral, dentre outros**, para atender as necessidades da Assessoria de Comunicação do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF, nos termos do ELEMENTO TÉCNICO Nº 1/2020 - IGESDF/DIPRE/GAPRE/ASCOM e da Proposta Comercial apresentada pela **CONTRATADA**, documentos vinculados a este instrumento, independente de transcrição, conforme condições e especificações abaixo discriminadas:

- a) Estudo do conceito, ideia, marca, produto ou serviço a difundir, incluindo a identificação e análise de suas vantagens e desvantagens perante os seus públicos e, quando for o caso, em relação ao seu mercado.
- b) Identificação e análise dos públicos e/ou do mercado onde o conceito, ideia, marca, produto ou serviço encontre melhor possibilidade de assimilação.
- c) Identificação e análise das ideias, marcas, produtos ou serviços concorrentes.
- d) Elaboração do plano publicitário, incluindo a concepção das mensagens e peças (criação) e o estudo dos meios e veículos que, segundo técnicas adequadas, assegurem a melhor cobertura dos públicos e objetivados (planejamento de mídia).
- e) Execução do plano publicitário, incluindo o orçamento e realização das peças publicitárias (produção) e a compra, distribuição e controle da publicidade nos veículos contratados (execução de mídia), e no pagamento das faturas (CENP – CONSELHO EXECUTIVO DAS NORMAS-PADRÃO. Normas-padrão da atividade publicitária. São Paulo, 1998, 8 e 9 pág.).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Também integram o objeto deste Contrato, como atividades complementares, os seguintes serviços especializados:

- a) Planejamento e à execução de pesquisas e outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o mercado, o público-alvo, os veículos de divulgação ou sobre os resultados das ações realizadas.
- b) Planejamento e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas à expansão dos efeitos das mensagens publicitárias em consonância com as novas tecnologias.
- c) Desenvolvimento do Plano de Comunicação Publicitária, visando o alcance dos objetivos pretendidos e que a instituição obtenha o melhor retorno do seu investimento em publicidade, seja sob a forma de resultados imediatamente quantificáveis, seja pela agregação contínua de valor à sua marca, conceito ou ideia.
- d) Contratação de serviços internos e/ou externos de pesquisas regulares de audiência, auditoria de circulação e controle de mídia, disponíveis no mercado, correndo por conta da agência e necessários à prestação de serviços ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A agência atuará por ordem e conta do IGESDF, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 4.680/1965, na contratação de fornecedores de bens e serviços especializados, de veículos de comunicação e divulgação para a transmissão de mensagens publicitárias.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os serviços previstos no objeto não abrangem as atividades de assessoria de comunicação, imprensa e relações públicas.

PARÁGRAFO QUARTO – Os serviços abrangem as ações de publicidade institucional e de utilidade pública, sobre todos os assuntos e temas de competência ou interesse do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUINTO – A agência de publicidade deverá prestar os seguintes serviços:

1. Do Plano de Comunicação

- i. Elaboração do Plano de Comunicação Publicitária, incluindo a concepção das mensagens, ideias, marcas e peças (criação), análise do perfil do público-alvo e/ou do mercado, análise de concorrência e o estudo dos veículos de comunicação que, seguindo técnicas adequadas, assegurem melhor possibilidade de assimilação e melhor cobertura dos públicos e/ou dos mercados objetivados.
- ii. Execução do Plano de Comunicação Publicitária, incluindo orçamento, acompanhamento, realização, entrega final com instalação e desinstalação das peças publicitárias (produção) e a compra, distribuição e controle da publicidade nos veículos contratados (execução de mídia).
- iii. Elaboração e execução do Plano de Mídia, incluindo estudo do público-alvo, indicação dos veículos, negociação de verba para contratação destes, compra, distribuição, controle e envio de material para os veículos.

2. Da Assessoria

- i. Assessoria e apoio no planejamento e na execução das ações de publicidade, relações públicas, *marketing* e *endomarketing*.

ii. Assessoria na criação de estratégias de *marketing* e de comunicação digital que deem suporte às ações institucionais de estímulo a experiências do consumidor com a marca IGESDF.

iii. Assessoria na contratação e desenvolvimento de pesquisas de opinião e de mercado e outras que se fizerem necessárias à execução ou ao subsídio da estratégia de divulgação aprovada.

3. Da Criação

i. Planejamento e desenvolvimento de campanhas institucionais para divulgação de serviços e projetos do IGESDF, incluindo direção de arte, criação e finalização das peças publicitárias, bem como envio dos arquivos aprovados e autorizados pelo anunciante/cliente aos fornecedores, como empresas gráficas, veículos de comunicação, dentre outras.

ii. Planejamento, concepção, criação e produção de textos de forma inovadora de comunicação publicitária, em consonância com as novas tecnologias, comunicação digital e mídias sociais para desenvolvimento, implementação, animação, disponibilização, produção e veiculação do material aprovado.

iii. Elaboração e desenvolvimento de marcas, identidade visual, expressões de propaganda, logotipos, símbolos, ilustrações, estampas, comunicação visual de eventos (feiras, seminários e afins) e outros elementos de comunicação visual, além de suporte no registro de sua propriedade pelo IGESDF.

iv. Editoração, adequação de conteúdo de linguagem, redação publicitária para as peças relacionadas à campanha e revisão de texto gramatical e ortográfico destas publicações, sejam elas impressas e/ou digitais.

v. Planejamento, concepção e criação de Campanhas de *Endomarketing* e Comunicação Interna.

vi. A agência não poderá subcontratar outra agência de propaganda para a execução de serviços previstos no item 2.

vii. A agência atuará de acordo com solicitação do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF e suas diretrizes, regras e normativas estabelecidas.

viii. O produto final decorrente da execução do objeto desta seleção de fornecedores será propriedade do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF, sendo, portanto, proibida a sua divulgação por qualquer meio ou sua reprodução total ou parcial sem expressa autorização, ficando a **CONTRATADA** sujeita às penalidades aplicáveis.

4. Do Relatório

i. Elaboração de Relatórios de Campanhas e Projetos contendo objetivos, defesa, ações desenvolvidas, mídias utilizadas, peças criadas e produzidas, descrição do investimento da verba e indicadores de resultados a serem entregues mensalmente.

5. Do Monitoramento

i. Monitoramento e controle das inserções publicitárias (mídias contratadas), por meio de relatório mensal com comprovação das veiculações no ato da emissão da nota, sendo que, para as veiculações em mídias de massa (TV aberta, rádio, jornal, revista e *internet*), deverá apresentar relatório de comprovação das veiculações respectivas, produzido por empresa independente e especializada em aferição ou auditoria de veiculação de mídia, quando possível.

6. Demais Atividades

i. Os serviços previstos no objeto incluem a realização de eventos festivos de qualquer natureza, projetos de ambientação e decoração, montagem de estandes em feiras e exposições e serviços correlatos, viabilização de cotas de patrocínio para divulgação de projetos social, cultural e esportivo e merchandising com apoio do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF.

ii. A prestação de serviços será em âmbito distrital, podendo, eventualmente, ter abrangência nacional em ações específicas.

iii. A execução dos serviços listados, inclusive outros inerentes à atuação das agências de publicidade, constituirá mera expectativa em favor da **CONTRATADA**.

iv. Cada uma das partes, por si e por seus funcionários compromete-se a manter como confidenciais, os termos desta Seleção de Fornecedores e de todas as outras informações e conhecimentos não públicos, recebidos em decorrência desse Contrato, objetivando sua execução, não podendo torná-las acessíveis a quaisquer terceiros sem concordância expressa da outra parte.

v. A execução dos serviços será realizada mediante acompanhamento e supervisão da Assessoria de Comunicação do IGESDF.

PARÁGRAFO SEXTO– A CONTRATADA deverá iniciar as atividades imediatamente após a assinatura do Contrato.

3. DA EXECUÇÃO E LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA - Os serviços serão realizados no Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF, em qualquer um dos endereços, na sede da empresa selecionada como prestadora dos serviços, além de endereços de serviços terceirizados que sejam acionados pelo **CONTRATANTE**.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

CLÁUSULA QUARTA – São serviços de publicidade, para fins deste Contrato, aqueles com conteúdo informativo, educativo ou de orientação social, destinados a informar o público, promover divulgação de serviços de publicidade legal, institucional ou promocional de ações, ou serviços prestados pelo IGESDF à população, através dos diversos meios de comunicação, bem como o planejamento, concepção, execução, de acordo com a política de comunicação adotada pelo Instituto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os serviços prestados devem se pautar pelos princípios constitucionais, orientando-se pela divulgação dos atos, programas, serviços e campanhas do IGESDF que estiverem em consonância com o caráter: **educativo, informativo e de orientação social**:

- a) Desenvolvimento de campanhas educativas e ações de interesse público e desenvolvimento de ações institucionais, por meio da utilização de recursos audiovisuais e materiais impressos.
- b) Planejamento, estudo, concepção de campanhas e peças publicitárias.
- c) Criação produção, e execução de jingles, elaboração e registro de marcas, expressões de propaganda, logotipos e de outros elementos de programação visual.
- d) Estudo, pesquisa e desenvolvimento de projeto para veiculação, visando o melhor aproveitamento e aplicabilidade dos recursos disponibilizados para promoção das ações e campanhas desenvolvidas.
- e) Execução, distribuição e veiculação dos materiais publicitários nos meios diversos de comunicação.
- f) Serviços relacionados à veiculação e outras ações de comunicação, necessárias à execução da publicidade das ações do IGESDF.
- g) Assessoramento e apoio na execução de ações de promoção e patrocínios.
- h) Produção e veiculação de peças de comunicação *on-line (web)*.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os serviços de publicidade e propaganda terão caráter educativo, informativo, de promoção do IGESDF ou de orientação social. Sendo que a política de comunicação social do IGESDF tem como princípios: a informação e a transparência dos procedimentos administrativos; a aproximação do IGESDF com seu usuário; a eficiência e a racionalidade na aplicação dos recursos e a avaliação sistemática dos resultados.

5. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CLÁUSULA QUINTA – No prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da assinatura Contrato, a **CONTRATADA** deverá comprovar manter sede, escritório sucursal em Brasília/DF.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, a contar da data da assinatura Contrato, a **CONTRATADA** deverá comprovar que possuem em Brasília/DF estrutura atendimento compatível com os serviços a serem prestados ao **CONTRATANTE**, representada, no mínimo, pelos seguintes profissionais:

- a. 02 (dois) na área de atendimento - sendo 01 (um) exclusivo para atendimento do IGESDF.
- b. 01 (um) na área de criação.
- c. 01 (um) nas áreas de produção impressa e eletrônica.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os serviços deverão ser executados e entregues, conforme venham a ser solicitados pelo IGESDF, no prazo estabelecido Ordem de Execução Serviços, a contar da emissão da mesma.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Todos os serviços a serem prestados pela **CONTRATADA** deverão ser precedidos da apresentação do competente projeto de apropriação de custos, o qual, após aprovação do IGESDF, gerará a expedição de Ordem de Execução de Serviços (AUTORIZAÇÃO DE PRODUÇÃO/VEICULAÇÃO), onde constarão as especificações dos serviços, os preços (planilhas de custos/orçamento) e os prazos de execução, devendo o valor de cada um dos serviços serem orçados em função dos custos respectivos, obedecendo-se, rigorosamente, à sua compatibilidade com os preços de mercado, sob pena de responsabilidade civil.

PARÁGRAFO QUARTO – Todos os serviços realizados serão documentados através da apresentação dos respectivos comprovantes de produção/veiculação, cópias das faturas e duplicatas quitadas, emitidas pelos fornecedores.

PARÁGRAFO QUINTO – Os serviços serão executados pela **CONTRATADA** com o fornecimento de toda mão de obra, materiais, equipamentos e demais despesas necessárias à execução do objeto, sendo permitida a subcontratação parcial dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES necessários cumprimento do objeto deste Contrato, desde que previamente submetida à anuência do IGESDF, ficando a **CONTRATADA** responsável pela integral execução da subcontratação, arcando integralmente com encargos de qualquer natureza dela decorrentes.

PARÁGRAFO SEXTO – O fornecimento de bens ou serviços especializados na conformidade do previsto no subitem anterior exigirá sempre a apresentação pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE** de 3 (três) orçamentos obtidos no mercado do ramo do fornecimento pretendido.

PARÁGRAFO SÉTIMO – No caso do subitem anterior, a **CONTRATADA** procederão à coleta de orçamentos de fornecedores em envelopes fechados, que serão abertos em sessão pública, convocada e realizada sob fiscalização do **CONTRATANTE**, sempre que o fornecimento de bens ou serviços tiver valor superior a 0,5% (meio por cento) do valor global do Contrato.

PARÁGRAFO OITAVO – As informações sobre a execução do Contrato serão divulgadas no Portal da Transparência do IGESDF, garantido o livre acesso às informações por quaisquer interessados.

PARÁGRAFO NONO – As informações sobre valores pagos serão divulgadas pelos totais de cada tipo de serviço de fornecedores e de cada meio de divulgação.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A **CONTRATADA** deverá, durante o período mínimo de 5 (cinco) anos após a extinção do Contrato, manter acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados e das peças publicitárias produzidas.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Os originais dos materiais desenvolvidos para a execução dos serviços (arte, fotolito, VT, filmes, etc.), inclusive fotos compradas para uso em *outdoor* ou peça gráfica, ficarão sob a guarda da **CONTRATADA**, mas disponíveis a qualquer tempo para o IGESDF que poderá a seu critério, requisitar cópias dos originais para comprovação da prestação dos serviços e arquivo próprio vedado à transferência a agentes de qualquer espécie ou uso, além das finalidades solicitadas em plano de campanha específica.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Quanto aos Direitos Autorais, serão observadas as seguintes disposições:

a. A **CONTRATADA** cede ao **CONTRATANTE**, de forma total e definitiva, os direitos patrimoniais de uso de ideias (incluindo estudos, análises e planos), peças (material gráfico, eletrônico e multimídia), *softwares*, CDs, composições, arranjos, execução de trilha sonora e *jingles*, animação, pantomima, publicações editoriais e quaisquer outras modalidades de publicidade existentes ou que venham a ser inventadas de sua propriedade, concebidos, criados e produzidos em decorrência deste Contrato.

b. A cessão de que trata a alínea anterior “a)” será por tempo indeterminado, ficando vedada à **CONTRATADA** a cobrança de qualquer remuneração adicional ou especial, mesmo após a vigência do contrato.

c. O **CONTRATANTE** poderá, a seu critério, utilizar os direitos cedidos, diretamente ou através de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência do contrato, ou após o prazo de vigência, inclusive em caso de rescisão, não cabendo à **CONTRATADA** qualquer espécie de remuneração.

d. A juízo do **CONTRATANTE**, as peças criadas pela **CONTRATADA** poderão ser reutilizadas por outros órgãos ou entidades do IGESDF, sem que caiba a eles ou ao **CONTRATANTE** qualquer ônus perante a **CONTRATADA**.

e. Caberá a esses órgãos ou entidades, diretamente ou por intermédio das agências de propaganda com que mantenham Contrato, quando couber, efetuar o acordo comercial com os eventuais detentores dos direitos de autor e conexos relacionados com a produção externa das peças a serem reutilizadas.

f. Com vistas às contratações para a execução de serviços que envolvam direitos de autor e conexos, a **CONTRATADA** solicitará dos fornecedores orçamentos que prevejam a cessão dos respectivos direitos patrimoniais pelo prazo definido pelo **CONTRATANTE**.

g. A **CONTRATADA** utilizará os trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos de autor e conexos dentro dos limites estipulados no respectivo ato de cessão e condicionará a contratação ao estabelecimento, ato de cessão, orçamento ou contrato, de cláusulas em que o fornecedor garanta a cessão pelo prazo definido pelo **CONTRATANTE** em cada caso e se declare ciente e de acordo com as condições estabelecidas nas alíneas seguintes “h)” e “i)”.

h. Na reutilização de peças por período igual ao inicialmente ajustado, o percentual a ser pago pelo **CONTRATANTE** em relação ao valor original dos direitos patrimoniais de autor e conexos será de no máximo 50% (cinquenta por cento). Para a reutilização por períodos inferiores, o percentual máximo será obtido pela regra de três simples.

i. Na reutilização de peças por período igual ao inicialmente ajustado, o percentual em relação ao valor original da cessão uso de obras consagradas incorporadas a essas peças, a ser pago pelo **CONTRATANTE** aos detentores dos direitos patrimoniais de autor e conexos dessas obras, será de no máximo 50% (cinquenta por cento). Para a reutilização por períodos inferiores, o percentual máximo será obtido pela regra de três simples.

6. DO VALOR

CLÁUSULA SEXTA – O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pela execução do objeto deste instrumento, o **valor MENSAL conforme demanda** e o **valor TOTAL estimado de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais)**, compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto pelo período de 12 (doze) meses, conforme exposto:

ITEM	OBJETO	QTD ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO
1	Desconto sobre os custos internos baseados na tabela de preços da SINAPRO/DF	1	R\$ 0,1800
2	Honorários incidentes sobre os custos comprovados de outros serviços, cuja produção seja incumbida a terceiros sob supervisão da contratada	1	R\$ 84,0000
3	Percentual de desconto em honorários incidentes sobre os custos dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da licitante	1	R\$ 0,3500
4	Percentual de desconto em honorários incidentes sobre os custos dos serviços especializados prestados por fornecedores	1	R\$ 0,2000

PARÁGRAFO ÚNICO – O valor a ser contratado deverá ser diluído no prazo de vigência da contratação, conforme cronograma estabelecido pela área demandante no Elemento Técnico, a fim de que não haja comprometimento na Disponibilidade Financeira (fluxo de caixa).

7. DO PAGAMENTO

CLÁUSULA SÉTIMA – Para efeito de pagamento, a **CONTRATADA** deverá observar as condições previstas no ELEMENTO TÉCNICO Nº 1/2020 - IGESDF/DIPRE/GAPRE/ASCOM, do Mercado Digital nº 013/2020, e apresentar os documentos abaixo relacionados:

I - Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em caso de impossibilidade de emissão da CND;

II - Certidão Positiva de Débitos com efeito de Negativa (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106, de 30.4.2007;

III - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF - Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

IV - Prova de regularidade fiscal junto a Fazenda Pública do Distrito Federal;

V - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011; e

VI - Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais e Dívida Ativa da União (MF/PGFN/SRF).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os valores pagos serão sob demanda, através de depósito bancário, em conta corrente da **CONTRATADA**, para tanto:

a. O pagamento à **CONTRATADA** corresponderá ao valor da parte que lhe cabe diretamente, ou seja: custos internos, referentes à criação e finalização peças publicitárias; honorários, incidentes sobre os custos comprovados de outros serviços, cuja produção seja incumbida a terceiros (subcontratados) e desconto padrão agência, calculado sobre o valor bruto dos serviços veiculação, cujo valor corresponde ao desconto concedido pelos veículos de mídia anunciante/contratante, a título de remunerar as agências de publicidade e propaganda pela criação/produção de conteúdo e intermediação, conforme preceitua as Normas-Padrão Atividade Publicitária, editadas pelo Conselho Executivo das Normas (CENP).

b. Pagamento dos demais serviços após a apresentação de Fatura de Reembolso em nome do IGESDF (a Agência deverá solicitar ao fornecedor que a Nota Fiscal emitida seja em nome do IGESDF e, posteriormente, emitir a Fatura de Reembolso).

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal e Fatura de Reembolso.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caso ocorra erro ou omissão na fatura ou outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, a **CONTRATADA** deverá substituí-la, devendo o prazo para pagamento tanto à **CONTRATADA** como a (s) sua (s) respectiva (s) subcontratada (s), passar a ser contado da data de apresentação, pela **CONTRATADA**, da nova fatura, nos termos do subitem anterior.

PARÁGRAFO QUARTO – A devolução da Fatura não aprovada pelo **CONTRATANTE**, por conter incorreções, não poderá servir de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços.

PARÁGRAFO QUINTO – As Notas Fiscais/Faturas deverão ser enviadas ao IGESDF por *e-mail* para a Assessoria de Comunicação até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da prestação dos serviços faturados, devidamente acompanhadas de cópia de comprovantes de quitação das obrigações patronais referentes ao mês anterior da prestação dos serviços faturados. Após análise técnica feita pelo gestor da contratação sobre os serviços realizados, que, se aprovadas, as referidas faturas serão atestadas e enviadas ao setor financeiro do **CONTRATANTE**, para análise fiscal e posterior pagamento.

PARÁGRAFO SEXTO – Serão descontados, mensalmente, da fatura os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registradas.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O **CONTRATANTE** poderá sustar o pagamento de qualquer Nota Fiscal/Fatura, no todo ou em parte, caso seja constatado que a **CONTRATADA** não cumpriu quaisquer das obrigações contratuais assumidas;

PARÁGRAFO OITAVO – Os períodos de atraso por culpa da **CONTRATADA** e aqueles decorrentes de atrasos nos pagamentos, motivados pela não aprovação dos documentos de cobrança devido a incorreções por parte da **CONTRATADA**, não serão computados para efeito de atualização monetária de preços.

PARÁGRAFO NONO – Pelos serviços prestados, a **CONTRATADA** será remunerada da seguinte forma:

- a. Percentual de desconto sobre os custos internos, baseados na tabela de custos internos da SINAPRO/DF, conforme a proposta apresentada.
- b. Honorários (em percentual) de até 15% (quinze por cento) a serem cobrados do IGESDF incidentes sobre os custos comprovados de outros serviços, cuja produção seja incumbida a terceiros sob supervisão da **CONTRATADA**.
- c. Honorários (em percentual) de até 15% (quinze por cento) incidentes sobre os custos dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da **CONTRATADA**, referentes ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento pertinentes ao objeto do Contrato.
- d. Honorários (em percentual) de até 15% (quinze por cento) incidentes sobre os custos dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da **CONTRATADA**, referentes à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações, em consonância com novas tecnologias.
- e. A **CONTRATADA** emitirá fatura contra o **CONTRATANTE**, referente ao desconto padrão de agência, calculado sobre o valor bruto dos serviços de veiculação, cujo valor corresponde ao desconto concedido veículos de mídia (subcontratada) ao **CONTRATANTE**, a título de remunerar as agências publicidade e propaganda pela criação/produção de conteúdo e intermediação, conforme preceitua as Normas-Padrão Atividade Publicitária, editadas pelo CENP (Conselho Executivo das Normas).

PARÁGRAFO DÉCIMO – A **CONTRATADA** não fará jus a nenhuma remuneração ou desconto de agência, quando da utilização, pelo **CONTRATANTE**, de créditos que a esta tenham sido eventualmente concedidos por veículos de divulgação, em qualquer ação publicitária pertinente ao Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Sobre o valor das faturas de serviços de veiculação que tenham sido contemplados com “desconto de agência” não incidirão os honorários sobre os serviços e suprimentos externos contratados.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – A **CONTRATADA** reverterá ao **CONTRATANTE** parcela do “desconto padrão de agência” a que fizerem jus, no percentual máximo de cada faixa (2%, 3% ou 5%, conforme o caso), constante das Normas-Padrão da Atividade Publicitária, emitida pelo Conselho Executivo das Normas-Padrão, com base no investimento bruto anual em mídia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Na execução do Contrato, o **CONTRATANTE** deverá negociar com a **CONTRATADA**, a obtenção de percentual de reversão superior aos percentuais fixados no subitem anterior, com vistas a obter condições mais vantajosas para o IGESDF, sendo obrigatória a comprovação documental, de que referida negociação foi realizada.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Os honorários sobre os custos comprovados dos serviços autorizados e executados por terceiros não deverão incidir sobre os tributos que forem adicionados aos preços desses serviços.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Na reutilização de peças publicitárias por período igual ao inicialmente pactuado, o percentual sobre o cachê original a ser pago pelo **CONTRATANTE** a atores, modelos e locutores, pelos direitos de uso de imagem e som de voz, será de no máximo 50% (cinquenta por cento).

- a. Na reutilização de peças publicitárias por período igual ao inicialmente pactuado, o percentual sobre o valor dos direitos autorais de obras consagradas incorporadas a peças publicitárias a ser pago pelo **CONTRATANTE** aos detentores desses direitos será de no máximo 50% (cinquenta por cento).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação de Nota Fiscal, conforme discriminado:

1. Nota Fiscal;

2. A empresa deverá emitir uma nota fiscal por mês, na forma abaixo:

NOME: INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – IGESDF

CNPJ: 28.481.233/0001-72

ENDEREÇO: SMHS, ÁREA ESPECIAL, QUADRA 101, BLOCO A, BRASÍLIA/DF.

CEP: 70.330-150

3. Na nota fiscal ou fatura deverá constar obrigatoriamente o nome do Banco, o número da Agência e da Conta Corrente da **CONTRATADA**, para realização do pagamento obrigatoriamente por meio de depósito/transferência bancária, a critério do **CONTRATANTE**.

4. Caso as notas fiscais ou faturas tenham sido emitidas com incorreções ou em desacordo com a legislação vigente, serão devolvidas e o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da reapresentação das mesmas.

5. Caso algum item constante na nota fiscal seja impugnado, o **CONTRATANTE** liberará a parte não sujeita a contestação, restando o restante do pagamento até que seja sanado o problema.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – Em razão de o pagamento ser realizado mediante depósito/transferência bancária, a **CONTRATADA** não deverá fazer a emissão de boleto bancário, sob pena de haver cobrança indevida.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Havendo necessidade de providências complementares a ser realizado por parte da **CONTRATADA**, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas e não será devida atualização financeira.

8. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

CLÁUSULA OITAVA – O presente Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com as partes mediante Termo Aditivo e não poderá ultrapassar o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme preconiza o parágrafo único, do art. 29, do Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer das partes, mediante aviso formal a outra, com 60 (sessenta) dias de antecedência.

9. DA GARANTIA

CLÁUSULA NONA - A **CONTRATADA** prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do Contrato, no valor de **R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)** correspondentes a 10% (dez por cento) do valor total deste instrumento, nos termos do Art. 30 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF, em uma das seguintes modalidades, a ser escolhida a critério da **CONTRATADA**:

1. Caução em dinheiro;
2. Fiança bancária; ou
3. Seguro garantia.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** deverá efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo, em até 15 (quinze) dias, a contar da assinatura do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O período da garantia deverá compreender o prazo de vigência deste instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A garantia somente será liberada após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive o recolhimento de multas e satisfação dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros.

PARÁGRAFO QUARTO - A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer alteração no valor desta avença.

10. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA – São obrigações das partes, aquelas expressamente previstas no ELEMENTO TÉCNICO nº 4/2020 - IGESDF/DIPRE/GAPRE/ASCOM, no Ato Convocatório nº 013/2020, além das obrigações abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATANTE compromete-se a:

- I - Indicar os locais e horários em que os serviços serão prestados.
- II - Efetuar os pagamentos à **CONTRATADA** nas condições estabelecidas neste instrumento contratual.
- III - Fornecer e colocar à disposição da **CONTRATADA** todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços.
- IV - Acompanhar e fiscalizar a execução deste instrumento contratual, bem como atestar na nota fiscal/fatura a sua efetiva execução.
- V - Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
- VI - Dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços por intermédio do gestor do Contrato, que de tudo dará ciência ao **CONTRATANTE**.
- VII - Comunicar à **CONTRATADA** todas e quaisquer ocorrências relacionadas ao objeto do presente Contrato.
- VIII - Aplicar as penalidades quando houver inadimplemento das obrigações assumidas.
- IX - Garantir o contraditório e a ampla defesa.
- X - O **CONTRATANTE** responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- XI - Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo Contrato, com base nas disposições estabelecidas neste Termo de Referência e legislação vigente.
- XII - Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação do serviço.
- XIII - Permitir, durante a vigência do Contrato, o acesso dos representantes ou prepostos da **CONTRATADA** ao local da prestação de serviços, sempre que necessário, desde que devidamente identificados.
- XIV - Acompanhar, controlar e avaliar a prestação de serviço, observando os padrões de qualidade e segurança exigidas, através da Unidade responsável por esta atribuição.
- XV - Prestar à **CONTRATADA**, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à execução do serviço.
- XVI - Atestar as notas fiscais/faturas correspondentes à prestação do serviço, por intermédio do setor competente.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA fica obrigada a:

- I - Cumprir todas as obrigações constantes no presente Contrato, no Elemento Técnico e na Proposta Comercial, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do serviço ora contratado.
- II - Ao emitir a nota fiscal o Fornecedor deverá seguir fielmente a descrição do serviço, conforme descrição no Elemento Técnico, tornando-se este, parte integrante do Contrato.
- III - Acusar o recebimento da Ordem de Serviço encaminhada por meio do endereço eletrônico correspondente ao seu envio.
- IV - Manter atualizados os dados cadastrais, comunicando ao **CONTRATANTE** toda e qualquer alteração.
- V - Manter, durante toda execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Elemento Técnico.
- VI - Indicar o responsável para representá-la durante a execução do fornecimento do serviço.
- VII - Responder, integralmente, pelos danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato da execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do **CONTRATANTE** e dos participantes.
- VIII - Não transferir, sob pretexto algum, a responsabilidade pela execução dos serviços prestados.
- IX - Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.
- X - Proibida a utilização de mão de obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital nº 5.061, de 08 de março de 2013.
- XI - Submeter-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da gestão do **CONTRATANTE**, para acompanhamento da execução do Contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atendendo as reclamações formuladas.
- XII - Não permitir a participação de funcionários não qualificados no exercício da profissão para executar os serviços contratados.
- XIII - Assumir as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço ou em conexão com eles, que tenha relacionamento ao Contrato com o **CONTRATANTE**.

XIV - Manter a confidencialidade quanto aos serviços, informações e documentos de seu conhecimento, bem como a exclusividade na utilização dos dados, durante e após a execução dos serviços contratados. Qualquer divulgação somente poderá ser levada a efeito mediante autorização escrita do **CONTRATANTE**.

XV - Manter sempre a qualidade na prestação do serviço executado.

XVI - Relatar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

XVII - É expressamente vedado à **CONTRATADA**:

a. Utilizar, sob qualquer pretexto, serviços e dependências do IGESDF que não para as finalidades previstas neste Contrato.

b. Transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, sem prévia anuência do IGESDF.

XVIII - Cumprir rigorosamente:

a. As normas de Segurança e Medicina do Trabalho, de acordo com a Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho, bem como quaisquer outras normas aplicáveis.

XIX - Todas as instruções do **CONTRATANTE** no que se refere a esta matéria.

XX - Os serviços deverão ser prestados de forma contínua, devendo a **CONTRATADA** registrar em planilha a execução que deverá ser apresentada juntamente com a Nota Fiscal no exercício de pagamento.

XXI - Executar os serviços conforme especificações do Elemento Técnico e da proposta, com alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas na proposta.

XXII - Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidades ao IGESDF.

XXIII - Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do IGESDF.

XXIV - Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a **CONTRATADA** relatar ao IGESDF toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

XXV - Relatar ao IGESDF toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

XXVI - Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Elemento Técnico e em cumprimento ao Regulamento Próprio de Compras e Contratações do Instituto de Gestão Estratégica de do Distrito Federal - IGESDF.

XXVII - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste instrumento contratual.

XXVIII - Tomar todas as providências necessárias à fiel execução com qualidade dos serviços, objeto deste Elemento Técnico.

XXIX - Promover a execução dos serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e recomendações aceitas como boas práticas.

XXX - Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo **CONTRATANTE**.

11. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O presente Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos nos artigos 33 e seguintes do Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF, publicado no DODF nº 77 de 25 de abril de 2019, por meio de Termo Aditivo, desde que haja interesse do **CONTRATANTE**, com a apresentação das devidas justificativas, e não haja modificação de seu objeto, conforme legislação vigente.

PARÁGRAFO ÚNICO – A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, conforme previsto no art. 34 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF.

12. DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da **CONTRATADA**, sujeitando-a as penalidades previstas nos artigos 41, 42 e 43 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF, publicado no DODF nº 77 de 25 de abril de 2019, além das seguintes sanções:

I. Por atraso injustificado na prestação dos serviços:

a. Advertência;

b. Multas nos seguintes percentuais:

- i. Multa indenizatória de: 0,1% (um décimo por cento) ao dia, sobre o valor da parte inadimplente, até o limite de 30 (trinta) dias de atraso.
- ii. Multa indenizatória de: 10% (dez por cento), cumulativamente, sobre o valor da parte inadimplente, após 30 (trinta) dias de atraso.

II. Por inexecução parcial ou total do presente Contrato:

- a. Suspensão temporária de participar da seleção de fornecedores e impedimento de contratar com o CONTRATANTE por um período de até 2 (dois) anos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A multa eventualmente imposta à **CONTRATADA** será automaticamente descontada da fatura a que fizer *jus*. Caso a **CONTRATADA** não tenha nenhum valor a receber do IGESDF, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados de sua notificação para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, proceder-se-á a cobrança judicial da mesma.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento da multa que trata o item anterior deverá ser depositado em banco indicado e em nome do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal, no prazo estabelecido.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As multas previstas não eximem a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUARTO – As sanções decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

PARÁGRAFO QUINTO – A aplicação de penalidade deverá ser precedida do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis à empresa para defesa, contados da data do recebimento da notificação.

PARÁGRAFO SEXTO – As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exime o fornecedor da plena execução do objeto.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O atraso injustificado para execução dos serviços superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo em razões de interesse público, devidamente explicitados no ato da autoridade competente do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO OITAVO – As multas aplicadas serão consideradas dívida líquida e certa, ficando o **CONTRATANTE** autorizado a descontá-las dos pagamentos devidos à **CONTRATADA** ou cobrá-las judicialmente, servindo, para tanto, o presente instrumento, como título executivo extrajudicial.

PARÁGRAFO NONO – A aplicação das multas previstas nesta cláusula não exime a **CONTRATADA** de responder perante o **CONTRATANTE** por perdas e danos, conforme legislação em vigor.

13. **DAS RESCISÕES**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A inexecução total ou parcial do presente Contrato ensejará a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 35, 38, 41 e 42 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF, publicado no DODF nº 77 de 25 de abril de 2019. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14. **DA FISCALIZAÇÃO**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – A fiscalização da prestação dos serviços será exercida pela **Assessoria de Comunicação do IGESDF**, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na prestação dos serviços.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços definidos neste contrato, o **CONTRATANTE** reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização sobre os serviços, por intermédio de

representante especificamente designado, sem que isso de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA. No exercício desse mister, poderá o **CONTRATANTE**:

- a. Sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se torne necessária;
- b. Exigir a substituição de qualquer empregado ou preposto da **CONTRATADA** que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços;
- c. Determinar nova execução dos serviços realizados com falha, erro ou negligência, lavrando termo de ocorrência do evento.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A fiscalização do IGESDF não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do IGESDF.

15. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Nos contratos firmados com o IGESDF, deverão ser observadas as determinações que se seguem:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O IGESDF exige que as contratadas observem o mais alto padrão de ética durante toda a execução dos contratos, nos termos da legislação vigente.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O IGESDF rejeitará a proposta, rescindir imediatamente o Contrato e aplicará às sanções previstas na legislação vigente se, comprovadamente, verificar que a **CONTRATADA**, direta ou indiretamente, ou por um agente, envolveu-se ou deu causa em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante a vigência do presente instrumento ou subsidiada por ele.

16. DO SIGILO E DA CONFIDENCIALIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – A **CONTRATADA** compromete-se a guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do presente Contrato, observando que os termos e condições contidos neste instrumento, o escopo de execução dos trabalhos e todos os documentos que o instruem, assim como aqueles que vierem a instruí-lo e que venham a ser trocados entre as Partes ou por elas produzidos na vigência deste Contrato, são de caráter estritamente confidencial e não poderão ser revelados, divulgados ou cedidos a terceiros, integral ou parcialmente.

17. DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do resumo deste Contrato no sítio eletrônico do IGESDF na rede mundial de computadores, na forma do art. 39 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF, publicado no DODF nº 77 de 25 de abril de 2019.

18. DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Fica eleito o foro da Circunscrição Judiciária de Brasília/DF, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas.

CONTRATANTE

SERGIO LUIZ DA COSTA Diretor Vice-Presidente
Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF 

CONTRATADA

BRUNO LEONARDO MARTINS SARAIVA Sócio Administrador
Fertil Comunicação e Marketing Ltda.

TESTEMUNHAS:

Nome: Kênia Cibebe do Carmo Matrícula: 4214	Nome: Leilane Liara Durante de Oliveira Matrícula: 1273
--	--



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO LEONARDO MARTINS SARAIVA, Usuário Externo**, em 03/06/2020, às 12:04, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LEILANE LIARA DURANTE DE OLIVEIRA - Matr. 0000127-3, Analista de Comunicação**, em 03/06/2020, às 16:18, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **KENIA CIBELE DO CARMO - Matr. 0000421-4, Assessor(a) de Comunicação**, em 03/06/2020, às 16:18, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO LUIZ DA COSTA - Matr. 0000413-2, Diretor(a) Vice-Presidente**, em 03/06/2020, às 18:08, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=41057679)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=41057679)
verificador= **41057679** código CRC= **ECED24B5**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SMHS - Área Especial - Quadra 101 - Brasília - DF - Bairro Asa Sul - CEP 70335900 - DF

35505900



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Coordenação de Compras

Ato Convocatório n.º 58/2020 - IGESDF/DILOG/GECOC/COPRA

Brasília-DF, 14 de fevereiro de 2020.

ATO CONVOCATÓRIO Nº 013/2020

O Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGES-DF pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de Serviço Social Autônomo (SSA), regulamentado por meio do Decreto 39.674, de 20 de fevereiro de 2019, sediado no SHMS – Área Especial – Quadra 101 – Bloco A, Brasília-DF, CEP: 70.335-900, por meio da Gerência de Compras e Contratos torna público para conhecimento dos interessados a realização de Seleção de Fornecedores, na modalidade **Mercado Digital**, cujo critério de julgamento será o de **melhor técnica/preço**, nos termos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações do Instituto, publicado no DODF nº 77, de 25 de abril de 2019.

1. DA FUNDAMENTAÇÃO DA SELEÇÃO DE FORNECEDORES

1.1 A Seleção de Fornecedores, oriunda do presente Ato Convocatório, será processada exclusivamente por meio eletrônico, pela plataforma PUBLINEXO PÚBLICO, disponibilizada no sítio eletrônico www.bionexo.com e reger-se-á nos termos dos dispositivos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGES-DF, do Contrato de Gestão nº 002/2019 - SES/DF, do Parecer nº 065/2020, emitido pela Assessoria Jurídica do IGES-DF, da Declaração de Disponibilidade Orçamentária, emitida pela Superintendência de Economia e Finanças do IGES-DF e da Autorização do Gestor para a Abertura da Seleção de Fornecedores.

DO ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DA SELEÇÃO DE FORNECEDORES:

a) Período de acolhimento das propostas:

De **19/02/2020 às 08 horas até o dia 09/03/2020 às 08h59min;**

b) Data do Pregão: **09/03/2020**

c) Horário: a partir das **09 horas** (horário de Brasília-DF);

d) Local: **Plataforma Publinexo Público – www.bionexo.com**

e) Os contatos deverão ser estabelecidos com a:

Gerência de Compras e Contratos do IGESDF;

SHMS – Área Especial, Quadra 101 – Bloco A;

CEP 70.335-900 Brasília-DF;

Telefone (61) 3315-1300;

Correio eletrônico: compras.servicos@igesdf.org.br;

f) Horário de expediente da Gerência de Compras do IGES-DF: 08 as 12 horas e de 14 as 18 horas.

g) A obtenção do Ato Convocatório por meio eletrônico poderá ser feita por consulta ao sítio www.bionexo.com e www.igesdf.org.br de acordo com as disposições contidas em suas páginas, ou por solicitação ao endereço eletrônico: compras.servicos@igesdf.org.br.

2. DO OBJETO E VALOR ESTIMADO

2.1 O presente Ato Convocatório tem como objeto a **Contratação de serviços de publicidade e propaganda a serem prestados, sob demanda, por 01 (uma) agência de publicidade e propaganda ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF), incluindo: planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a difusão de ideias ou informar o público em geral, dentre outros**, conforme especificado no Elemento Técnico, Anexo I.

2.2 O orçamento inicialmente definido para a contratação é de **R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais)**.

3. DO FUNDAMENTO LEGAL DA SELEÇÃO DE FORNECEDORES

3.1 A Seleção de Fornecedores, oriunda do presente Ato Convocatório, reger-se-á nos termos dos artigos 2º, 3º, art. 6, III, §1, I, art 21, art. 23 e Art. 24, inciso III, do Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGES-DF.

4. DAS DISPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

4.1 A Seleção de Fornecedores será realizada através da modalidade Mercado Digital, mediante publicação com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no sítio eletrônico do IGESDF na rede mundial de computadores e em jornal diário de grande circulação local, dos avisos contendo os resumos dos instrumentos convocatórios e indicação do local onde os interessados poderão ler e obter os textos integrais.

4.2 Recomenda-se verificar o Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGES-DF, publicado no DODF nº 77 de 25 de abril de 2019 e disponível no sítio eletrônico deste Instituto (<https://www.igesdf.org>), Elemento Técnico e Anexos.

4.3 Conforme previsto no art. 49 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações

do IGES-DF, a Lei 8.666/93 e demais leis ou normativos federais ou distritais de licitações e contratos públicos **NÃO SE APLICAM** nem de forma complementar ou subsidiária, ao processo de contratações do IGES-DF, razão pela qual **não serão admitidos recursos ou questionamentos tendo estes normativos como fundamento.**

5. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

5.1 Os pedidos de esclarecimentos, referentes ao ato convocatório, poderão ser realizados por qualquer pessoa e deverão ser enviados ao IGES-DF, **até o 3º (terceiro) dia útil** antes da abertura da sessão da seleção de fornecedores.

5.2 Os pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos ao IGES-DF, podendo ser enviados por meio de correio eletrônico compras.servicos@igesdf.org.br, identificando **no campo assunto o respectivo número do ato convocatório.**

5.3 Acolhida a petição contra o ato convocatório, a decisão será comunicada aos interessados.

5.4 As respostas dos pedidos de esclarecimentos serão respondidas por meio de correio eletrônico.

5.5 Qualquer modificação no ato convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5.6 Não serão acolhidos os pedidos de esclarecimentos e recursos apresentados fora do prazo estabelecido no item 5.1.

6. DA CONDUÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

6.1 A Seleção de Fornecedores será afeto a uma comissão, observando-se o estabelecido no Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGES-DF.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1 Poderão participar deste Ato Convocatório os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado no objeto, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, **que atenderem a todas as exigências**, inclusive quanto à documentação, constantes deste Ato

Convocatório e seus Anexos.

7.2 O IGES-DF disponibilizará no seu sítio eletrônico na rede mundial de computadores Cadastro de Fornecedores, para pessoas físicas ou jurídicas interessadas em participar de Seleções de Fornecedores ou de Contratações do Instituto.

7.3 É obrigatória a leitura do Elemento Técnico e anexos, nos quais constam as informações detalhadas dos critérios de julgamento, materiais e serviços que devem ser fornecidos, bem como as obrigações do fornecedor.

7.4 Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, os interessados que se enquadrem em quaisquer das situações a seguir:

- a) Dirigente ou empregado do IGESDF;
- b) Servidor público detentor de cargo em comissão ou função comissionada ou gratificada, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde, que possa ter conflito de interesse com a entidade;
- c) Parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas elencadas nas alíneas a e b;
- d) Pessoas jurídicas nas quais as pessoas elencadas nas alíneas a e b tenham participação societária.
- e) Estejam em processo de recuperação judicial sem certificação de regularidade fiscal ou extrajudicial ou de falência (conforme Lei nº. 11.101/2005), dissolução ou liquidação;
- f) Estrangeiras que não tenham sede no País.
- g) Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo IGES-DF;
- h) Tenham sido declarados inidôneos por qualquer esfera de Governo;?
- i) Estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação;
- j) Cujas pessoa física, sócio (s), dirigente (s), gerente (s) ou empregado, seus respectivos cônjuges ou companheiros, pertençam ao quadro de empregados, do Conselho de Administração do IGES-DF e desvinculados a menos de 06 (seis) meses da data da publicação do Ato Convocatório;
- k) Demais hipóteses de vedação previstas pelo Regulamento de Compras do IGES-DF.

Parágrafo único. Entende-se por participação societária a participação individual direta como acionista ou sócio, nos 12 meses anteriores, respectivamente, superior a 0,3% (três décimos por cento) no capital social de sociedade por ações ou outras modalidades que admitam acionista, ou superior a 2% (dois por cento) no capital social de sociedade limitada ou outras modalidades empresariais.

7.5 É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de uma empresa na presente Seleção de Fornecedores, tampouco apresentação de documentação de habilitação com CNPJ distinto do cadastrado na plataforma.

7.6 Cada fornecedor apresentará uma só proposta de acordo com as exigências deste Ato Convocatório e seus Anexos.

7.7 O fornecedor arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta seja física e/ou eletrônica, independentemente do resultado da Seleção de Fornecedores.

7.8 A participação na Seleção de Fornecedores implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus Anexos.

8. CADASTRAMENTO NA PLATAFORMA

8.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar da seleção de fornecedores na modalidade mercado digital deverão ser credenciados previamente perante o provedor do sistema eletrônico **Publinexo** para a geração do *login* e de senha de acesso. A senha é de responsabilidade da pessoa física credenciada que representa a empresa, sendo, pessoal e intransferível, devendo ser mantida, sob sigilo, absoluto.

8.2 A plataforma Publinexo público pode ser acessada através do endereço eletrônico: www.bionexo.com.

8.3 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

8.4 O uso da senha de acesso pelo participante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao IGES-DF responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.5 O cadastramento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da empresa ou seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Mercado Digital do IGES-DF.

9. CADASTRO DAS PROPOSTAS

9.1 O participante deverá cadastrar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcado no item 1.1, alínea a, deste ato convocatório, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

9.1.1 Não será aceito a participação de duas ou mais empresas que contenham os mesmos sócios e/ou representantes legais.

9.2 A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.bionexo.com nos campos específicos para *login* e senha.

9.3 O encaminhamento da proposta implica no integral conhecimento e atendimento às exigências previstas no Ato Convocatório.

9.4 O participante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

9.5 É obrigação de o participante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Seleção de Fornecedores, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.6 Encerrado o prazo para recebimento de propostas, nenhum outro será aceito independentemente de qualquer alegação ou motivo.

9.7 Como requisito para a participação a concorrente deverá manifestar, sob as penas da lei, por meio de declaração expressa, que as informações da sua proposta comercial são verdadeiras.

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

10.1 A Proposta comercial deverá ser elaborada e cadastrada por meio do endereço eletrônico www.bionexo.com e deverá conter obrigatoriamente:

- a) Nome do representante legal da empresa e dados;
- b) CNPJ, telefone, endereço e e-mail;
- c) Detalhamento do objeto;
- d) Nº do item da sequência do Ato Convocatório e descritivo;
- e) Desconto unitário e total expresse;
- f) Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias;
- g) Dados bancários da empresa, tais como número da conta corrente, agência e nome do Banco;

h) Nome do representante legal da empresa e dados para contato;

10.2 A proposta comercial deverá atender na íntegra as exigências contidas no Item 14 do Elemento Técnico, Anexo I deste Ato Convocatório.

11. DA SESSÃO PÚBLICA DO MERCADO DIGITAL

11.1 A abertura da seleção de fornecedores dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local, indicados no item 1.1, alíneas a, b, c e d deste ato convocatório, com a divulgação das propostas de preços recebidas para os itens correspondentes, disputados um a um ou de forma simultânea.

11.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as participantes ocorrerá **exclusivamente mediante troca de mensagens**, em campo próprio do sistema eletrônico (chat).

11.3 É obrigação do participante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Seleção de Fornecedores, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

11.4 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste ato convocatório, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

11.5 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.6 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

12. DOS LANCES

12.1 Os fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da etapa de lances, podendo encaminhar lances exclusivamente por meio da plataforma.

12.2 Os fornecedores poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado.

12.3 Aberta a etapa competitiva será considerada como primeiro lance a proposta

inicial de maior desconto apresentada.

12.4 A cada lance ofertado, o fornecedor será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

12.5 Os lances ofertados serão **de maior desconto para os itens do LOTE**.

12.6 O fornecedor poderá encaminhar lance com desconto inferior ao maior lance registrado, desde que seja superior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o item.

12.7 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro pelo sistema eletrônico.

12.8 Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do maior desconto registrado, vedada a identificação da participante.

12.9 Durante a fase de lances o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível.

12.10 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico as participantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

12.11 O sistema informará a proposta de **maior desconto por lote** imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de maior valor.

12.12 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no sistema eletrônico a nova data e horário para a continuidade da Seleção de Fornecedores.

12.13 **Todos que apresentarem propostas que estejam em conformidade com o disposto no Ato Convocatório e Elemento Técnico, serão classificados.**

12.14 A etapa de lances ocorrerá exclusivamente para fins de classificação das propostas de desconto apresentadas pelos participantes, sendo apenas excepcionalmente eliminatória.

13. DA PONTUAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

13.1 Apresentados os descontos por item através de lances na Plataforma, serão as propostas classificadas com base na atribuição de pontuação conforme disposto no item 14, anexo I – Elemento Técnico.

13.2 Aplicadas as Pontuações Parciais de Preço (PPP), considerando-se o Desconto apresentado por item, será feito o Cálculo o Índice de Preço (IP), para fins de Classificação das propostas comerciais, conforme disposto no item 6.3.1, Anexo I – Elemento Técnico.

13.3 Ao Índice de Preços (IP) será atribuído Peso Técnico 4 (quatro).

14. PROPOSTA TÉCNICA

14.1 Após a fase de classificação da proposta comercial pelo cálculo do Índice de Preços (IP), realizada com base nos descontos por item, ofertados pelos participantes, será solicitado que todos os fornecedores classificados apresentem sua Proposta Técnica em conformidade com o item 15 do Anexo I - Elemento Técnico.

14.2 Em até 20 (vinte) dias úteis estabelecidos pelo pregoeiro, todos os fornecedores deverão enviar sua proposta técnica, com base nos itens 09 e 15 do Anexo I – Elemento Técnico, acondicionadas em envelopes e de acordo com as condições estabelecidas no item 8 do Anexo I, ao Protocolo do Hospital de Base do Distrito Federal - IGESDF, localizado no Bloco de Internação - SMHS - Área Especial - Quadra 101 - Brasília - DF endereçadas à Assessoria de Comunicação.

15. DA PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

15.1 A pontuação das propostas técnicas será feita de acordo com o disposto no anexo I- Elemento Técnico, item 16 e seu anexo I - Tabela de Critérios para avaliação da Proposta Técnica, ambos em anexo.

15.2 Será a pontuação da proposta técnica calculada conforme disposto no item 6.3 do Anexo I - Elemento Técnico.

15.3 Quando da realização de cálculo para Pontuação Final e classificação dos interessados, será atribuído Peso Técnico (PT) 06 (seis) para a proposta técnica.

15.4 A apresentação de proposta implicará em plena aceitação, por parte da empresa proponente, das condições estabelecidas neste Ato Convocatório.

16. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

16.1 As propostas serão classificadas, conforme o art.24, inciso III, do Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF, que prevê com critério de julgamento a aplicabilidade da melhor combinação de técnica e preço;

16.2 Na elaboração da Pontuação Final de cada concorrente, serão observadas as condições definidas no Anexo I, Elemento Técnico, visando manter as características e padrões estabelecidos pelo IGESDF para preservar sua imagem e apresentar seus serviços de forma clara, profissional e qualificada.

16.3 O cálculo da Pontuação Final, a ser atribuída a cada participante do presente processo de Seleção de Fornecedor, será realizada por Comissão Técnica designada com adoção do seguinte procedimento:

- a) Cálculo do índice de preços/desconto (IP) de cada concorrente classificada na fase de apresentação das propostas comerciais.
- b) Cálculo do índice técnico (IT) de cada concorrente classificada no julgamento da proposta técnica;
- c) Cálculo da pontuação final (PF) de cada concorrente;
- d) Classificação das empresas concorrentes de acordo com a Pontuação Final

16.3.1 Quanto ao Índice de Preços/desconto (IP):

O índice de preços será obtido pela aplicação da fórmula $IP = \Sigma PPP$, utilizando-se duas casas decimais, onde:

- a) IP = índice de preços; e
- b) PPP = pontuações parciais de preço, relativas à pontuação de cada quesito constante da proposta de preços, valorado pela concorrente.

As pontuações parciais de preço/desconto (PPP) de cada licitante serão obtidas conforme a natureza do quesito da proposta de preços, da seguinte forma:

- a) $PPP = MPH/PPL$ - quando o menor preço referir-se ao menor percentual de honorários (MPH); ou
- b) $PPP = PPL/MPD$ - quando o menor preço referir-se ao maior percentual de desconto (MPD); sendo
- v) PPL = percentual proposto pela concorrente no quesito.

16.3.2 Quanto ao Índice de Preços/desconto (IP):

O índice técnico será obtido pela aplicação da fórmula $IT = PTL/MPT$, utilizando-se duas casas decimais, onde:

- a) IT = índice técnico;
- b) PTL = pontuação técnica da concorrente; e
- c) MPT = maior pontuação técnica dentre as concorrentes.

16.3.3 Do cálculo da Pontuação Final (PF):

A pontuação final de cada licitante será obtida pela aplicação da fórmula $PF = (IT \times PT) + (IP \times PP)$, utilizando-se duas casas decimais, onde:

- a) PF = pontuação final;
- b) IT = índice técnico;
- c) PT = peso técnico: 6;
- d) IP = índice de preços/desconto; e
- e) PP = peso de preços/desconto: 4.

16.4 Concluída a análise das propostas técnicas e de preços/descontos, com a atribuição de Pontuação Final para cada proposta apresentada, e Classificação final dos participantes, será feita atualização da classificação na Plataforma Bionexo, substituindo-se a classificação parcial feita quando da apresentação da proposta comercial de descontos.

16.4.1 Considerando-se que não há na plataforma a possibilidade de alteração da classificação parcial referente à proposta comercial, que é definida após a disputa de lances, a fim de viabilizar a continuidade do procedimento na Plataforma Publinexo, será feita publicação da Classificação Final dos participantes nos documentos anexos ao prego.

16.4.2 Caso a empresa que conste na plataforma como primeira classificada, quando da apresentação da proposta de preços/desconto seja também classificada em primeiro lugar na Classificação geral, será mantida como primeira colocada na plataforma, lhe sendo solicitado o envio dos documentos de habilitação. Quanto às demais, dever-se-á considerar a lista de Classificação que constará em anexo, a qual será levada em consideração para fins de convocação subsequente, caso a primeira classificada não atenda aos requisitos de habilitação.

17. DA HABILITAÇÃO

17.1 Será solicitada documentação de habilitação após as avaliações das propostas técnicas, respeitando a ordem de classificação, através do recurso disponível na plataforma Publinexo para verificar o atendimento das condições de habilitação. **O fornecedor que não enviar a documentação no prazo máximo de 2 (duas) horas a contar da solicitação do pregoeiro SERÁ INABILITADO.**

A empresa classificada em primeiro lugar será convocada a anexar por meio da opção "ANEXO PROPOSTA" na plataforma Publinexo toda a sua documentação de habilitação:

17.1.1 **CHECK LIST-** Para fins de habilitação ao certame, os concorrentes deverão satisfazer os requisitos relativos à habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade trabalhista e outras exigências complementares contidas neste Ato Convocatório, apresentado junto aos demais documentos, **o Anexo II informando o número da página de cada documento identificando, a fim de facilitar a análise.**

17.1.2 O IGES-DF poderá solicitar documentação complementar caso seja necessário e conveniente à habilitação do fornecedor.

17.2 O fornecedor deverá apresentar os documentos a seguir relacionados, se possível em arquivo único em PDF:

- a) **CEIS** – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria Geral da União;
- b) **CNJ** – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- c) **TCU** – Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União;
- d) Certidão Negativa de **Falência ou Concordata** (art.192, Lei nº 11.101/2005), Recuperação Judicial ou Extrajudicial e Execução patrimonial, expedidas pelo setor de distribuição da Justiça Comum, Justiça Federal e Justiça do Trabalho do domicílio ou domicílios da pessoa física ou jurídica.

17.2.1 **REFERENTES À HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) No caso de empresa individual: registro empresarial na junta comercial;
- b) No caso de sociedades comerciais: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na junta comercial. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- c) Documento comprobatório autenticado de seus administradores reconhecido nacionalmente (CNH, carteira de identidade, registro profissional ou outro);
- d) No caso de sociedades por ações: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em exercício;
- e) No caso de sociedades civis: inscrição do ato constitutivo e alterações subsequentes no Registro civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- f) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país: decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- g) Para todos os efeitos, considera-se como ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, o documento de constituição da empresa, acompanhado da (s) última (s) alteração (ões) referente (s) à natureza da atividade comercial e à administração da empresa, ou a última alteração consolidada.
- h) Apresentar declaração de que não utiliza mão de obra, direta ou indireta, de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utilizam, para qualquer trabalho, mão de obra de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

- i) Declaração do proponente de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo;
- j) A concorrente responderá pela veracidade de todas as informações que prestar, sob pena de crime de falsidade material (arts. 297 e 298 do código penal) ou ideológica (art. 299 do Código Penal), ou ainda, de ser desclassificada, ou ver anulada a adjudicação, ou rescindido seu contrato.

17.2.2 QUANTO À REPRESENTAÇÃO:

- a) Se representante legal apresentar procuração por instrumento particular ou público, com poderes para praticar os atos pertinentes ao certame.
- b) Na hipótese de procuração por instrumento particular, deverá vir acompanhada do documento constitutivo do proponente ou de outro documento em que esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.
- c) O representante legal constante na procuração deverá apresentar documento comprobatório autenticado reconhecido nacionalmente (CNH, carteira de identidade, registro profissional ou outro), assim como do sócio outorgante.
- d) Para todos os efeitos, considera-se como ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, o documento de constituição da empresa, acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) referente(s) à natureza da atividade comercial e à administração da empresa, ou a última alteração consolidada.

17.2.3 QUANTO À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) **CNPJ** – Comprovante de inscrição e de situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- b) **União** – Certidão Negativa de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) **CNDT** – Certidão Negativa de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, ou certidão positiva com efeitos de negativa;
- d) **FGTS** – Certidão Negativa de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mediante Certificado de Regularidade;
- e) Certidão Negativa de **regularidade perante as Fazendas** Municipal, Estadual ou Distrital da sede do fornecedor.
- f) Comprovante de **inscrição Estadual ou Municipal** emitida pelo órgão competente;

17.2.4 **REFERENTES À HABILITAÇÃO TÉCNICA:**

- a) Apresentar 2 (dois) Atestados de Capacidade Técnico-Operacional, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que tenha prestado ou vem prestando a contento os serviços objeto do presente instrumento.
- b) Serão aceitos somente atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto, se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.
- c) Declaração assinada pelo titular da agência ou seu procurador legalmente designado, sobre o tratamento dos direitos autorais dos produtos de comunicação e peças publicitárias que vier a produzir, estabelecendo:
 - I. para os direitos de autoria intelectual (criação, textos, produção, direção, trilha sonora original, arte-finalização e assemelhados), a cessão durante a vigência do contrato, dos direitos patrimoniais de uso ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF)
 - II. para os direitos de imagem (atores e modelos) e de obras artísticas preexistentes (ou de sua reprodução), o licenciamento de uso durante o prazo de duração do contrato, com a definição de um percentual de até 50% do cachê original ou da licença original de uso, conforme o caso;
- d) o compromisso de fazer constar, em destaque, em todos os orçamentos de produção de peças publicitárias, os valores dos cachês e os licenciamentos de uso de obras artísticas preexistentes, inclusos nesses orçamentos.
- e) declaração assinada pelo titular da agência ou seu procurador legalmente designado, se comprometendo a repassar ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF), todas as vantagens (pecuniárias ou não) obtidas nas negociações de preço com os veículos de comunicação e demais fornecedores e prestadores de serviços;
- f) declaração assinada pelo titular da agência ou seu procurador legalmente designado, de que reverterá ao IGESDF, parcela do “desconto padrão de agência” a que fizer jus, no percentual máximo de cada faixa (2%, 3% ou 5%, conforme o caso), constante das Normas-Padrão da Atividade Publicitária, emitida pelo Conselho Executivo das Normas-Padrão, com base no investimento bruto anual em mídia. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas das demais agências. Em caso de divergência entre dados numéricos e valores por extenso, prevalecerá este último;
- g) declaração da candidata comprometendo-se a envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações comerciais junto a fornecedores de serviços especializados e veículos, quando for o caso, transferindo ao IGESDF as vantagens obtidas;
- h) declaração informando estar ciente e de acordo com as disposições alusivas a direitos autorais estabelecidas no subitem 10.1 deste Elemento Técnico;

- i) declaração de que o preço proposto será de exclusiva responsabilidade da agência e não lhe assistirá o direito de pleitear, na vigência dos contratos a serem firmados, nenhuma alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- j) declaração comprometendo-se a repassar ao IGESDF todas as vantagens (pecuniárias ou não) obtidas nas negociações de preço com os veículos de comunicação e demais fornecedores e prestadores de serviços;
- k) declaração afirmando que, nos preços propostos, estão inclusas todas as despesas com materiais, mão-de-obra e respectivos encargos sociais, tributários, seguros, transportes e demais despesas necessárias à execução dos serviços objeto desta seleção de fornecedores, inclusive cessão de direitos autorais. Na ausência dessa declaração, serão consideradas inclusas todas as despesas mencionadas neste subitem;
- l) declaração do compromisso de fazer constar, em destaque, em todos os orçamentos de produção de peças, os valores dos cachês e os licenciamentos de uso de obras artísticas preexistentes, inclusos nesses orçamentos;
- m) A empresa participante deverá disponibilizar, quando demandada, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços.
- n) Será (ão) exigido(s) atestado(s) de capacidade técnica, relação de aparelhamento técnico e relação de pessoal, bem como cópia autenticada do certificado de qualificação técnica de funcionamento, obtido perante o Conselho Executivo de Normas-Padrão (CENP) conforme item 07 do Anexo I - Elemento Técnico.

17.3 A qualquer momento durante o processo ou no prazo de vigência do instrumento contratual, o IGES-DF poderá solicitar, para fins de comprovação, as cópias autenticadas ou os originais da documentação exigida neste ato convocatório.

18. RECURSOS, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1 Havendo manifestação prévia e motivada da intenção de interpor recurso, este somente poderá ser promovido pela participante via Sistema, depois de declarado o Primeiro Classificado em documento a ser anexado no sistema Publinexo. O Sistema aceitará a intenção do fornecedor em interpor recurso nos 30 (trinta) minutos imediatamente posteriores ao ato de declaração do vencedor.

18.2 Os interessados que manifestaram e motivaram a intenção de interpor recurso apresentarão memoriais, dirigidos ao subscritor do Ato Convocatório, podendo fazer através do ambiente do sistema eletrônico site: www.bionexo.com, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados imediatamente ao término do prazo de 30 (trinta) minutos para manifestação motivada da intenção de interpor recurso, ficando as demais participantes desde logo intimadas a apresentar

contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr imediatamente ao término do prazo de recurso, sob pena de indeferimento do recurso, a ser considerado improcedente e, em caso de recurso interposto, a ser considerado improcedente.

18.3 O acolhimento de recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.4 A falta de manifestação do fornecedor de interpor recurso importará na decadência do direito de recurso.

18.5 Não havendo recurso quanto à declaração de vencedor, o pregoeiro adjudicará o objeto ao primeiro classificado por item, encaminhando o processo para homologação para autoridade superior.

19. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19.1 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o art. 29, Parágrafo único, e 33, caput, ambos do Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGES-DF

19.2 Previamente à contratação, o IGES-DF realizará consulta aos portais discriminados no item 15 para identificar eventual proibição da empresa adjudicatária de contratar com o Poder Público.

19.2.1 A adjudicatária terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Ato Convocatório.

19.2.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o IGES-DF para a assinatura do Termo de Contrato ou retirada do instrumento equivalente, o IGES-DF poderá encaminhá-lo para assinatura ou da Adjudicatária, por endereço eletrônico constante na proposta comercial, para que seja assinado/retirado no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

19.3 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor registrada e aceita pelo IGES-DF.

19.4 Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta *online* ao SICAF, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

19.4.1 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGES-DF e no contrato.

20. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

20.1 A fiscalização dos serviços será realizada em total observância ao disposto Anexo I – Elemento técnico, item 21

21. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

21.1 A execução dos serviços será realizada em total observância ao disposto no Anexo I - Elemento Técnico, item 17.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1 As obrigações da Contratante estão previstas no Elemento Técnico, Anexo I deste Ato, em especial quanto ao que prevê o item 20

23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

23. As obrigações da Contratante estão previstas no Elemento Técnico, Anexo I deste Ato, em especial quanto ao que prevê o item 19.

24. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1 As sanções estão previstas no Anexo I – Elemento técnico, item 17.

25. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

25.1 As condições de pagamento estão previstas no Anexo I – Elemento técnico, item 18.

26. GARANTIA CONTRATUAL

26.1 Conforme previsão do Regulamento de Compras do IGESDF, a exigência de garantia contratual seguirá o seguinte parâmetro:

26.2 A CONTRATADA, para execução dos serviços/fornecimentos do objeto deste Chamamento, prestará no ato da assinatura do Instrumento Contratual, em favor do IGESDF, garantia fixada em 10% (dez por cento) do valor do total contratado.

26.3 A CONTRATADA poderá optar por uma das modalidades de garantia previstas, a saber:

- a) Caução em dinheiro;
- b) Fiança bancária; ou
- c) Seguro Garantia.

26.4 A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato;

26.5 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;

26.6 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada nas mesmas condições;

26.7 Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela CONTRATANTE, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da CONTRATADA, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada;

26.8 A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a execução do serviço, da rescisão ou vencimento do instrumento contratual.

27. DA ATA DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

27.1 Homologado o resultado da seleção de fornecedores, terá o adjudicatário o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para fazer o download, assinar, fazer o upload no sistema eletrônico e encaminhar à Gerência de Compras e Contratos do IGESDF, 02 (duas) vias originais da ata, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF.

27.2 Os descontos registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao IGESDF promover as negociações junto ao fornecedor.

27.3 A recusa injustificada de fornecedor em cumprir as obrigações assumidas ensejará a aplicação das penalidades cabíveis.

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1 Poderá o IGES-DF revogar o presente Ato Convocatório, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público devidamente justificado, sem que caiba ao fornecedor direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.

28.2 O IGES-DF poderá valer-se de pareceres técnicos e/ou jurídicos exarados por empregado/comissão devidamente constituídos, para embasar sua decisão quando do julgamento das fases de habilitação e proposta.

28.3 O fornecedor é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do Ato Convocatório, bem como no fornecimento/execução do objeto da presente Seleção de Fornecedores. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da Seleção de Fornecedores que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido vencedora, poderá implicar na rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

28.4 É facultado ao IGES-DF, em qualquer fase da Seleção de Fornecedores, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta.

28.5 O Fornecedor intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pelo IGES-DF, sob pena de desclassificação/inabilitação.

28.6 O não atendimento das exigências formais não essenciais não importará no afastamento do fornecedor, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

28.7 As normas que disciplinam este Ato Convocatório serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os fornecedores, desde que não comprometam os interesses do IGES-DF, a finalidade e a segurança da contratação.

28.8 As decisões referentes a este processo de Seleção de Fornecedores poderão ser comunicadas aos interessados/participantes via Sistema Eletrônico, e-mail ou por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, outros meios estabelecidos no Regulamento de

Compras e Contratações do IGES-DF.

28.9 A tolerância do IGES-DF com qualquer atraso ou inadimplência por parte da Contratada não importará de forma alguma em alteração ou novação.

28.10 A contratação do serviço, objeto do presente Ato Convocatório, será tratado como contratação autônoma e independente para todos os fins de direito.

28.11 Os casos não previstos neste Ato Convocatório serão decididos pela autoridade competente do IGES-DF.

28.12 A participação do fornecedor nesta Seleção de Fornecedores implica em aceitação de todos os termos deste Ato Convocatório e anexos.

28.13 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultante deste Ato Convocatório será o da Circunscrição Judiciária de Brasília-DF.

28.14 O Fornecedor deverá comunicar ao IGES-DF todas as alterações porventura ocorridas nos dados cadastrais para atualização.

28.15 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Fornecedor e/ou do Detentor, sujeitando-o as penalidades previstas no Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGES-DF e no contrato.

28.16 Em caso de divergências entre as especificações constantes neste Ato Convocatório e as registradas na plataforma Publinexo, prevalecerão as informações do Ato Convocatório e anexos.

29. ANEXO

29.1 Fazem parte integrante do presente ato convocatório os anexos a seguir listados:

ANEXO I	ELEMENTO TÉCNICO E SEUS ANEXOS - ID 34870413, 34871634 e 34871694
ANEXO II	CHECK LIST DE DOCUMENTAÇÃO - ID 35026452

30. LOCAL E DATA

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO:

Samir Ricardo dos Santos Lopes

Comprador Especializado

IGES-DF

APROVAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO PELA GERÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS:

Rejane Maria Moreira dos Santos

Gerente de Compras e Contratos

IGES-DF

AUTORIDADE IMEDIATAMENTE SUPERIOR RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO:

Karinne Borges Mesquita

Diretora de Logística e Serviços

IGES-DF

AUTORIZO O PRESENTE ATO CONVOCATÓRIO, EM CONFORMIDADE COM O ARTº 19 DO REGULAMENTO PRÓPRIO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES DO IGES-DF:

Francisco Araújo Filho

Diretor-Presidente



Documento assinado eletronicamente por **SAMIR RICARDO DOS SANTOS LOPES - Matr.0000066-3, Comprador(a) Especializado(a)**, em 14/02/2020, às 15:50, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO ARAUJO FILHO - Matr.0000189-8, Diretor(a)-Presidente**, em 14/02/2020, às 16:10, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16



de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quarta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **REJANE MARIA MOREIRA DOS SANTOS - Matr.0000005-4, Gerente**, em 14/02/2020, às 16:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **KARINNE BORGES MESQUITA - Matr.0000416-3, Diretor(a)**, em 17/02/2020, às 09:50, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **35677582** código CRC= **0EB11BC6**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SMHS - Área Especial - Quadra 101 - Brasília - DF - Bairro Asa Sul - CEP 70335900 - DF

33151664



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO
DISTRITO FEDERAL

Gabinete do(a) Diretor(a) Presidente
Assessoria de Comunicação

ELEMENTO TÉCNICO Nº 1/2020 - IGESDF/DIPRE/GAPRE/ASCOM

Unidade: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
Solicitante: JOSÉ AMÉRICO MOREIRA DA SILVA
Interessado/Responsável: JOSÉ AMÉRICO MOREIRA DA SILVA
E-mail: ASCOM@IGESDF.ORG.BR
Contato: (61) 3550-8810

1. OBJETO

1.1 Contratação de serviços de publicidade e propaganda a serem prestados, sob demanda, por 01 (uma) agência de publicidade e propaganda ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF), incluindo: planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a difusão de ideias ou informar o público em geral, dentre outros, conforme condições e especificações constantes neste Elemento Técnico e seus anexos e a seguir exposto:

- a) Estudo do conceito, ideia, marca, produto ou serviço a difundir, incluindo a identificação e análise de suas vantagens e desvantagens perante os seus públicos e, quando for o caso, em relação ao seu mercado;
- b) Identificação e análise dos públicos e/ou do mercado onde o conceito, ideia, marca, produto ou serviço encontre melhor possibilidade de assimilação;
- c) Identificação e análise das ideias, marcas, produtos ou serviços concorrentes;
- d) Elaboração do plano publicitário, incluindo a concepção das mensagens e peças (criação) e o estudo dos meios e veículos que, segundo técnicas adequadas, assegurem a melhor cobertura dos públicos e objetivados (planejamento de mídia);
- e) Execução do plano publicitário, incluindo o orçamento e realização das peças publicitárias

(produção) e a compra, distribuição e controle da publicidade nos veículos contratados (veículos de mídia), e no pagamento das faturas. (CENP – CONSELHO EXECUTIVO DAS NORMAS-PADRÃO. Normas-padrão da atividade publicitária. São Paulo, 1998, 8 e 9 pág.)

1.2 Também integram o objeto desta seleção de fornecedores, como atividades complementares, os seguintes serviços especializados:

- a) Planejamento e à execução de pesquisas e outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o mercado, o público-alvo, os veículos de divulgação ou sobre os resultados das ações realizadas;
- b) Planejamento e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expansão dos efeitos das mensagens publicitárias em consonância com as novas tecnologias;
- c) Desenvolvimento do Plano de Comunicação Publicitária, visando o alcance dos objetivos pretendidos e que a instituição obtenha o melhor retorno do seu investimento em publicidade, seja sob a forma de resultados imediatamente quantificáveis, seja pela agregação contínua de valor à sua marca, conceito ou ideia;
- d) Contratação de serviços internos e/ou externos de pesquisas regulares de audiência, auditoria de circulação e controle de mídia, disponíveis no mercado, correndo por conta da agência e necessários à prestação de serviços ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF).

1.3 A agência atuará por ordem e conta do IGESDF, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 4.680/1965, na contratação de fornecedores de bens e serviços especializados, de veículos de comunicação e divulgação para a transmissão de mensagens publicitárias.

1.4 Os serviços previstos no objeto não abrangem as atividades de assessoria de comunicação, imprensa e relações públicas.

1.5 Os serviços abrangem as ações de publicidade institucional e de utilidade pública, sobre todos os assuntos e temas de competência ou interesse do IGESDF.

1.6 A agência de publicidade a ser contratada deverá prestar os seguintes serviços:

1.6.1 Do Plano de Comunicação

1.6.1.1 Elaboração do Plano de Comunicação Publicitária, incluindo a concepção das mensagens, ideias, marcas e peças (criação), análise do perfil do público-alvo e/ou do mercado, análise de concorrência e o estudo dos veículos de comunicação que, seguindo técnicas adequadas, assegurem melhor possibilidade de assimilação e melhor cobertura dos públicos e/ou dos mercados objetivados;

1.6.1.2 Execução do Plano de Comunicação Publicitária, incluindo orçamento, acompanhamento,

realização, entrega final com instalação e desinstalação das peças publicitárias (produção) e a compra, distribuição e controle da publicidade nos veículos contratados (execução de mídia);

1.6.1.3 Elaboração e execução do Plano de Mídia, incluindo estudo do público-alvo, indicação dos veículos, negociação de verba para contratação destes, compra, distribuição, controle e envio de material para os veículos;

1.6.2 Da Assessoria

1.6.2.1 Assessoria e apoio no planejamento e na execução das ações de publicidade, relações públicas, marketing e endomarketing;

1.6.2.2 Assessoria na criação de estratégias de marketing e de comunicação digital que dêem sustentação às ações institucionais de estímulo a experiências do consumidor com a marca IGESDF;

1.6.2.3 Assessoria na contratação e desenvolvimento de pesquisas de opinião e de mercado e outras que se fizerem necessárias à execução ou ao subsídio da estratégia de divulgação aprovada;

1.6.3 Da Criação

1.6.3.1 Planejamento e desenvolvimento de campanhas institucionais para divulgação de serviços e projetos do IGESDF, incluindo direção de arte, criação e finalização das peças publicitárias, bem como envio dos arquivos aprovados e autorizados pelo anunciante/cliente aos fornecedores, como empresas gráficas, veículos de comunicação, dentre outras;

1.6.3.2 Planejamento, concepção, criação e produção de textos de forma inovadora de comunicação publicitária, em consonância com as novas tecnologias, comunicação digital e mídias sociais para desenvolvimento, implementação, animação, disponibilização, produção e veiculação do material aprovado;

1.6.3.3 Elaboração e desenvolvimento de marcas, identidade visual, expressões de propaganda, logotipos, símbolos, ilustrações, estampas, comunicação visual de eventos (feiras, seminários e afins) e outros elementos de comunicação visual, além de suporte no registro de sua propriedade pelo IGESDF;

1.6.3.4 Editoração, adequação de conteúdo de linguagem, redação publicitária para as peças relacionadas à campanha e revisão de texto gramatical e ortográfico destas publicações, sejam elas impressas e/ou digitais;

1.6.3.5 Planejamento, concepção e criação de Campanhas de Endomarketing e Comunicação Interna;

1.6.3.6 A agência não poderá subcontratar outra agência de propaganda para a execução dos serviços previstos no item 2.

1.6.3.7 A agência atuará de acordo com solicitação do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF) e suas diretrizes, regras e normativas estabelecidas.

1.6.3.8 O produto final decorrente da execução do objeto desta seleção de fornecedores será propriedade do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF), sendo, portanto, proibida a sua divulgação por qualquer meio ou sua reprodução total ou parcial sem expressa autorização, ficando o contratado sujeito às penalidades aplicáveis.

1.6.4 Do Relatório

1.6.4.1 Elaboração de Relatórios de Campanhas e Projetos contendo objetivos, defesa, ações desenvolvidas, mídias utilizadas, peças criadas e produzidas, descrição do investimento da verba e indicadores de resultados a serem entregues mensalmente.

1.6.5 Do Monitoramento

1.6.5.1 Monitoramento e controle das inserções publicitárias (mídias contratadas), por meio de relatório mensal com comprovação das veiculações no ato da emissão da nota, sendo que, para as veiculações em mídias de massa (TV aberta, rádio, jornal, revista e internet), deverá apresentar relatório de comprovação das veiculações respectivas, produzido por empresa independente e especializada em aferição ou auditoria de veiculação de mídia, quando possível;

1.7 Demais atividades

1.7.1 Os serviços previstos no objeto incluem a realização de eventos festivos de qualquer natureza, projetos de ambientação e decoração, montagem de estandes em feiras e exposições e serviços correlatos, viabilização de cotas de patrocínio para divulgação de projetos social, cultural e esportivo e merchandising com apoio do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF);

1.8 A prestação de serviços será em âmbito distrital, podendo, eventualmente, ter abrangência nacional em ações específicas.

1.9 A execução dos serviços listados, inclusive outros inerentes à atuação das agências de publicidade, constituirá mera expectativa em favor da empresa contratada.

1.10 Cada uma das partes, por si e por seus funcionários compromete-se a manter como confidenciais, os termos desta Seleção de Fornecedores e de todas as outras informações e conhecimentos não públicos, recebidos em decorrência desse Contrato, objetivando sua execução, não podendo torná-las acessíveis a quaisquer terceiros sem concordância expressa da outra parte;

1.11 A execução dos serviços será realizada mediante acompanhamento e supervisão da Assessoria de Comunicação do IGESDF.

2. ORÇAMENTO, AUTORIZAÇÃO E FONTE ORÇAMENTÁRIA

2.1. O orçamento inicialmente definido para a contratação é de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

2.2. A realização desta contratação encontra-se autorizada por despacho constante no Processo SEI 04016-00008326/2019-85 - Despacho 34768629

2.3. A despesa decorrente da presente contratação correrá a conta da rubrica própria do orçamento do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal para o exercício de 2020.

3. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E OBJETIVOS DA COMUNICAÇÃO

3.1 Numa administração de interesse coletivo e de utilidade pública, a Comunicação Social, mais que visibilidade, é estratégia, no sentido de manter abertos todos os canais entre a população e a instituição, tendo por eixo a comunicação como política pública, mais que um dever do município, seja um direito do cidadão. Daí se impor uma Comunicação centrada nas pessoas da cidade, de forma pluralista e horizontal, simples e profissional, que se utilize de todos os instrumentos técnicos e tecnológicos disponíveis, sejam midiáticos ou de relações comunitárias; comerciais e/ou alternativos. Disso decorre a necessidade de uma Comunicação Integrada, cujo pilar seja o marketing permanente, que tenha como linha transversal a transparência na divulgação dos atos e realizações do IGESDF, a austeridade com os recursos públicos, a ausência de privilégios a qualquer veículo de comunicação, a clareza e a objetividade nas informações, austeridade nos gastos e criatividade, simplicidade e beleza, linguagem simples e correta.

3.2 O IGESDF busca não apenas a consolidação dos objetivos até agora alcançados, mas, também, ampliar ainda mais o diâmetro de sua eficiência, voltados exclusivamente à prestação de serviços com a máxima qualidade.

3.3 A comunicação é fator fundamental nas relações humanas. Quando se trata de órgãos e instituições públicas, a comunicação assume um papel ainda maior. Informar ao cidadão as ações do Poder Executivo e dar visibilidade ao trabalho realizado sendo primordial para que a população acompanhe as ações que estão sendo executadas e a forma de execução. Em função disto, é necessária uma campanha institucional que massifique e consolide a divulgação dos atos e campanhas educativas e de saúde pública, ações que envolvem a gestão, e investimentos nos mais variados setores do instituto.

3.4 O objetivo principal da política de comunicação do IGESDF, portanto, é tornar acessível ao cidadão as informações sobre o trabalho desenvolvido no Instituto. Tal comunicação tem a obrigação de ser clara, objetiva e educativa, visando a aproximação entre população e o IGESDF.

4. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

4.1. O Serviço Social Autônomo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública, regulamentado pelo Decreto nº 39.674, de 19 de fevereiro de 2019, nos termos da Lei nº 5.899, de 3 de julho de 2017, alterada pela Lei nº 6.270, de 30 de janeiro de 2019, com a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, com isso, o IGESDF reveste-se da atribuição de administrar as unidade de saúde Hospital de Base do Distrito Federal, Hospital Regional de Santa Maria e as 6 (seis) Unidades de Pronto Atendimento sendo responsável por garantir o pleno funcionamento de suas atividades funcionais e operacionais.

4.2 O objetivo principal da agência de publicidade que ora se pretende contratar é atender as necessidade do IGESDF quanto a todo tipo de serviço de publicidade;

4.3 Considerando que a propaganda institucional deve ser concebida como o conjunto de técnicas e ferramentas capazes de informar e orientar a população em geral sobre os diversos serviços ofertados pelo IGESDF, tendo em conta que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços, e campanhas deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.

4.4 O presente tem como objetivo orientar a elaboração das propostas das agências de Publicidade e Propaganda que manifestem interesse em participar do processo de contratação promovido pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF).

4.5 Além disso, o IGESDF estabelece também alguns objetivos institucionais que incluem:

- a) Contribuir para o conhecimento e a compreensão do funcionamento do IGESDF
- b) Disseminar informações de interesse dos diversos segmentos sociais, serviços e direitos dos cidadãos.
- c) Contribuir para a transparência e compreensão dos atos, funções e responsabilidades do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal.

5. ESPECIFICAÇÕES

5.1 São serviços de publicidade, para fins deste Elemento Técnico, aqueles com conteúdo informativo, educativo ou de orientação social, destinados a informar o público, promover divulgação de serviços de publicidade legal, institucional ou promocional de ações, ou serviços prestados pelo IGESDF à população, através dos diversos meios de comunicação, bem como o planejamento, concepção, execução, de acordo com a política de comunicação adotada pelo instituto.

5.2 Os serviços prestados devem se pautar pelos princípios constitucionais, orientando-se pela divulgação dos atos, programas, serviços e campanhas do IGESDF que estiverem em consonância com

o caráter: EDUCATIVO, INFORMATIVO E DE ORIENTAÇÃO SOCIAL:

5.2.1 Desenvolvimento de campanhas educativas e ações de interesse público e desenvolvimento de ações institucionais, por meio da utilização de recursos audiovisuais e materiais impressos;

5.2.2 Planejamento, estudo, concepção de campanhas e peças publicitárias;

5.2.3 Criação produção, e execução de jingles, elaboração e registro de marcas, expressões de propaganda, logotipos e de outros elementos de programação visual;

5.2.4 Estudo, pesquisa e desenvolvimento de projeto para veiculação, visando o melhor aproveitamento e aplicabilidade dos recursos disponibilizados para promoção das ações e campanhas desenvolvidas;

5.2.5 Execução, distribuição e veiculação dos materiais publicitários nos meios diversos de comunicação;

5.2.6 Serviços relacionados à veiculação e outras ações de comunicação, necessárias à execução da publicidade das ações do IGESDF;

5.2.7 Assessoramento e apoio na execução de ações de promoção e patrocínios;

5.2.8 Produção e veiculação de peças de comunicação on-line (web);

5.2.9 Os serviços de publicidade e propaganda terão caráter educativo, informativo, de promoção do IGESDF ou de orientação social. Sendo que a política de comunicação social do IGESDF tem como princípios: a informação e a transparência dos procedimentos administrativos; a aproximação do IGESDF com seu usuário; a eficiência e a racionalidade na aplicação dos recursos e a avaliação sistemática dos resultados.

6. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. As propostas serão classificadas, conforme o art.24, inciso III, que estabelece o critério de melhor combinação de técnica e preço; e serão observadas as condições definidas no presente instrumento visando manter as características e padrões estabelecidos pelo IGESDF para preservar sua imagem e apresentar seus serviços de forma clara, profissional e qualificada. Sendo que à Comissão Técnica cabe:

a) Analisar as propostas de preços quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste Elemento Técnico; e

b) Identificar as pontuações parciais de preço de cada concorrente, nos termos do item 5.3.2.

6.2 No julgamento final das propostas técnicas e de preços, a comissão técnica deverá adotar os seguintes procedimentos:

- a) identificar o índice técnico (IT) de cada concorrente classificada no julgamento técnico;
- b) identificar o índice de preços (IP) de cada concorrente classificada no julgamento das propostas de preços;
- c) identificar a pontuação final (PF) de cada concorrente; e
- d) declarar vencedora a concorrente que:
 - tenha obtido a maior pontuação final (PF); e
 - tenha sido habilitada, observadas as disposições do Elemento Técnico.

6.3 O índice técnico será obtido pela aplicação da fórmula $IT = PTL/MPT$, utilizando-se duas casas decimais, onde:

- a) IT = índice técnico;
- b) PTL = pontuação técnica da concorrente; e
- c) MPT = maior pontuação técnica dentre as concorrentes.

6.3.1 O índice de preços será obtido pela aplicação da fórmula $IP = \Sigma PPP$, utilizando-se duas casas decimais, onde:

- a) IP = índice de preços; e
- b) PPP = pontuações parciais de preço, relativas à pontuação de cada quesito constante da proposta de preços, valorado pela concorrente.

6.3.2 - As pontuações parciais de preço (PPP) de cada licitante serão obtidas conforme a natureza do quesito da proposta de preços, da seguinte forma:

- a) $PPP = MPH/PPL$ - quando o menor preço referir-se ao menor percentual de honorários (MPH); ou
- b) $PPP = PPL/MPD$ - quando o menor preço referir-se ao maior percentual de desconto (MPD); sendo
- c) PPL = percentual proposto pela concorrente no quesito.

6.3.3 A pontuação final de cada licitante será obtida pela aplicação da fórmula $PF = (IT \times PT) + (IP \times PP)$, utilizando-se duas casas decimais, onde:

- a) PF = pontuação final;
- b) IT = índice técnico;
- c) PT = peso técnico;
- d) IP = índice de preços; e
- e) PP = peso de preços.

7. REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO (Qualificação técnica)

7.1. Para qualificação técnica será (ão) exigido(s) atestado(s) de capacidade técnica, relação de aparelhamento técnico e relação de pessoal, bem como cópia autenticada do certificado de qualificação técnica de funcionamento, obtido perante o Conselho Executivo de Normas-Padrão (CENP).

8. ENTREGA DE AMOSTRAS

8.1 As Propostas Técnicas deverão ser entregues acondicionadas em envelopes, um para cada um dos itens abaixo relacionados, na Assessoria de Comunicação do IGESDF

- a) Plano de Comunicação Publicitária;
- b) Capacidade de Atendimento;
- c) Repertório;
- d) Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação.

9. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DA AMOSTRA

9.1 A agência deverá apresentar sua amostra, como proposta técnica estruturada de acordo com os quesitos e subquesitos a seguir:

I. Plano Publicitária de Comunicação

- a) Raciocínio Básico
- b) Estratégia Publicitária de Comunicação
- c) Ideia Criativa
- d) Estratégia de Mídia e Não Mídia

II. Capacidade de Atendimento;

III. Repertório;

IV. Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação.

9.2 A Proposta Técnica será redigida em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas ou rasuras.

9.2.1 Os textos do Raciocínio Básico, da Estratégia de Comunicação Publicitária e da Ideia Criativa estão limitados, no conjunto, a 10 páginas.

9.2.2 Os textos da Estratégia de Mídia e Não Mídia não têm limitação quanto ao número de páginas.

9.2.3 Para fins desta seleção de fornecedores, consideram-se como Não Mídia os meios que não implicam a compra de espaço e ou tempo em veículos de divulgação para a transmissão de mensagens publicitária.

9.3 O Plano de Comunicação Publicitária, composto dos subquestos Raciocínio Básico, Estratégia de Comunicação Publicitária, Ideia Criativa e Estratégia de Mídia e Não Mídia deverá ser elaborado com base no *Briefing* anexo a este edital, observadas as seguintes disposições:

9.3.1 Raciocínio Básico: composto de um texto, em que a agência demonstrará sua compreensão sobre as ações de comunicação publicitária a cargo do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF) e o contexto de atuação e sua população (dados sócio-demográficos) no DF e região. O texto deverá contemplar:

a) diagnóstico e interpretação dos desafios e problemas de comunicação do *briefing* introduzindo o trabalho da candidata;

b) considerações de público alvo do IGESDF e da campanha em específico tratada no *briefing*;

c) premissas básicas para o desenvolvimento da estratégia de comunicação que será desenvolvida pela agência candidata nos itens que virão a seguir deste, incluindo a prioridade com que estas premissas devem ser atendidas nas estratégias subsequentes.

9.3.2 Estratégia de Comunicação Publicitária: Derivado diretamente das considerações já apresentadas no item anterior, se constitui de apresentação pela agência das linhas gerais da proposta para suprir os desafios e problemas - geral e específicos - de comunicação a serem enfrentados e alcançar os objetivos previstos no Briefing, compreendendo:

a) explicitação e defesa do fato principal e do conceito que, de acordo com seu raciocínio básico, devem fundamentar a proposta de solução publicitária, partindo do tema chave proposto no briefing, descartando soluções eventualmente consideradas inicialmente na estratégia e justificando seu descarte;

b) explicitação e defesa dos principais pontos da Estratégia de Comunicação Publicitária sugerida, no que destacamos:

I. Definições sobre o comportamento dos públicos da campanha, formulando hipóteses e diagnósticos alicerçados em dados reconhecidos;

II. Definições sobre o conteúdo que deve estar inserido na campanha, em particular sobre o

conteúdo e forma de abordar o público definido, norteando os itens que serão contemplados nas peças da relação presente na ideia criativa;

III. Desdobramentos posteriores da campanha, determinando como esta abordagem irá gerar longevidade a campanha;

IV. Definições temporais sobre o período correto de realizar a campanha, diante das diretrizes presentes;

V. Definições relativas ao modo de realizar a estratégia de campanha, em particular diretrizes gerais sobre os suportes midiáticos, instrumentos ou ferramentas que serão utilizados e razões que suportam essas diretrizes.

9.3.3 Ideia Criativa: apresentação pela agência de campanha publicitária, observadas as seguintes disposições:

a) Apresentar relação de todas as peças e ou material que julgar necessários para a execução da sua proposta de estratégia de comunicação publicitária, como previsto no anteriormente, com comentários sobre a construção criativa de cada peça e/ou material, podendo ser em texto corrido ou tópicos, a critério dos candidatos;

b) Da relação prevista na alínea anterior, escolher e apresentar como exemplos as peças e ou material que julgar mais indicados para corporificar objetivamente sua proposta de solução do(s) desafio(s) ou problema(s), geral e ou específico, de comunicação, conforme explicitado na estratégia de comunicação publicitária. As peças exemplificadas devem estar indicadas de forma clara no texto descrito na alínea anterior.

c) Os comentários mencionados na alínea 'a' do subitem 8.3.3 estão circunscritos à especificação de cada peça e ou material e à explicitação das funções táticas que se pode esperar de cada peça e ou material e a sua detalhada especificação no caso das peças não corporificadas que eventualmente irão compor a campanha, bem como de suas técnicas construtivas quando pertinente;

d) Os exemplos de peças e ou material de que trata a alínea 'b' do subitem 8.3.3 estão limitados a 5 (cinco), independentemente do meio de divulgação, do tipo ou característica da peça e ou material, podendo ser apresentados sob qualquer forma impressa – desde roteiro, *layout* e ou *storyboard* impressos, para qualquer meio; descritivos e gráficos impressos para protótipo; detalhamento impresso de roteiros para realização de peças destinadas a rádio e internet;

I. Todos os exemplos devem ser apresentados exclusivamente em substrato papel, conforme demais normativas do certame.

II. Se a campanha proposta pela agência prever número de peças e ou material superior ao que pode ser apresentado na forma 'exemplificada', a relação prevista na alínea 'a' do subitem 8.3.3 deverá ser elaborada em dois blocos (de texto ou de tópicos, conforme escolha da agência): um para as peças e ou material apresentados como exemplos (peças tangibilizadas) e outro para o restante que não será exemplificado (peças não tangibilizadas).

III. As peças gráficas poderão ser impressas em tamanho real ou reduzido, desde que não prejudique sua leitura, sem limitação de cores, sem suporte e/ou passe-partout. Peças que não se ajustem às dimensões do envelope podem ser dobradas.

IV. Cada peça e ou material impresso deverá trazer indicação sucinta (exemplos: cartaz, roteiro de filme TV, roteiro de spot para rádio, anúncio em revista, frames de banner para internet, etc.) destinada a facilitar seu cotejo, pela equipe da Assessoria de Comunicação, com a relação comentada prevista na alínea 'a' do subitem 9.3.3.

9.3.4 Estratégia de Mídia e Não Mídia - constituída de:

a) Texto de apresentação em que a agência explicitará e justificará a estratégia e as táticas recomendadas, em consonância com a estratégia de comunicação publicitária por ela sugerida e em função da verba referencial indicada no *Briefing* anexo a este elemento técnico, sob a forma de textos, métricas, tabelas, gráficos e planilhas;

b) Texto com considerações detalhadas sobre as táticas de mídia propostas e números relativos ao alcance do plano proposto, permitindo a inclusão de tabelas e informações sobre as estratégias de flight propostas;

c) Simulação de plano de distribuição em que a agência identificará todas as peças e ou material destinados a veiculação, exposição ou distribuição, sob a forma de textos, métricas, tabelas, gráficos e planilhas que embasem as normativas técnicas utilizadas pelas candidatas para esta distribuição.

I. Todas as peças e material que integrarem a relação comentada prevista na alínea 'a' do subitem 9.3.3 deverão constar dessa simulação, com seus respectivos períodos de distribuição das peças e ou material e quantidades de inserção destes materiais;

d) Resumo geral com informações sobre, ao menos:

I. Os valores (absolutos e percentuais) dos investimentos alocados em veículos de divulgação, separadamente por meios;

II. Os valores (absolutos e percentuais) alocados na produção e ou na execução técnica de cada peça destinada a veículos de divulgação;

III. Os valores (absolutos e percentuais) alocados na produção de cada peça e ou material de não mídia com as respectivas quantidades a serem produzidas;

IV. Mais valores (absolutos e percentuais) que incluam o orçamento do exercício, inclusive custos de

pesquisa e eventuais reservas técnicas designadas.

e) Quanto aos valores desta simulação, devem ser observados:

- I. Os preços das inserções em veículos de comunicação devem ser considerados os de tabela cheia, vigentes na data de publicação do Elemento Técnico;
- II. Deve ser desconsiderado o repasse de parte do desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965;
- III. Não será necessário especificar os custos internos e honorários sobre serviços de fornecedores.

9.3.5 Capacidade de Atendimento: A agência deverá apresentar os documentos e informações que constituem a Capacidade de Atendimento em caderno específico, com ou sem o uso de cores, em papel A4, em fonte 'arial', tamanho '12 pontos', em folhas numeradas sequencialmente, a partir da primeira página interna, rubricadas e assinadas na última por quem detenha poderes de representação da agência, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

a) Não há limitação de número de páginas para apresentação do conteúdo do caderno da Capacidade de Atendimento.

b) A Capacidade de Atendimento será constituída de textos, tabelas, gráficos, diagramas, fotos e outros recursos, por meios dos quais a agência apresentará:

I. relação nominal dos seus principais clientes à época da seleção de fornecedores, com a especificação do início de atendimento de cada um deles;

II. a quantificação e a qualificação, sob a forma de currículo resumido (no mínimo, nome, formação e experiência), dos profissionais que poderão ser colocados à disposição da execução do contrato, discriminando-se todas as áreas fundamentais: estudo; planejamento; criação; produção de rádio, produção em RTV e internet; produção gráfica; mídia e atendimento e tipo de disponibilidade destes funcionários;

III. as instalações, a infraestrutura física, infraestrutura de Tecnologia da Informação (hardware e software), segurança de fluxo de dados, de processos e os recursos materiais que estarão à disposição para a execução do contrato;

IV. a sistemática de atendimento e discriminação dos prazos a serem praticados em forma clara, em condições normais de trabalho, na criação de peça avulsa ou de campanha, na elaboração de plano de mídia e fluxo de trabalho;

V. a discriminação detalhada das informações de marketing e comunicação, das pesquisas de

audiência, dos periódicos assinados e da(s) auditoria(s) de circulação e controle de tiragem (com suas respectivas abrangências) que colocará regularmente à disposição da CONTRATANTE, sem ônus adicionais, na vigência do contrato.

9.3.6 Repertório: a agência deverá apresentar os documentos, informações, peças e material que constituem o Repertório em caderno específico, com ou sem o uso de cores, em papel A4, em fonte 'arial', tamanho '12 pontos', em folhas numeradas sequencialmente, a partir da primeira página interna, rubricadas e assinadas na última por quem detenha poderes de representação da agência, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

a) Não há limitação de número de páginas para o conteúdo do caderno de apresentação do Repertório.

b) O Repertório é composto por um conjunto de trabalhos produzidos e veiculados pela agência, na seguinte forma:

1. um DVD contendo até 03 (três) comerciais para televisão;
2. um CD contendo até 03 (três) spots e/ou jingles para rádio;
3. um conjunto de até 03 (três) peças destinados à mídia impressa;
4. um conjunto de até 03 (três) peças para mídia digital.

c) Para cada peça e ou material, deverá ser apresentada ficha técnica e texto resumo com a indicação sucinta do problema que se propôs a resolver e parâmetros de construção da peça, além da identificação da agência e de seu cliente, título, data de produção, período de veiculação, exposição e ou distribuição e, no caso de veiculação, menção de pelo menos um veículo que divulgou cada peça e outras questões pertinentes a alocação de verba, quando recomendável.

d) Serão vedados os trabalhos que tiverem qualquer referência direta ou indireta ao IGESDF, mesmo que em regime de parceria com outros anunciantes.

e) As peças e ou material devem ter sido veiculados, expostos ou distribuídos a partir de 1º de janeiro de 2019.

f) As peças eletrônicas deverão ser fornecidas em DVD ou CD, executável em qualquer computador com sistema operacional windows.

g) Qualquer problema técnico referente à mídia apresentada pelas candidatas poderá ter reflexo

direto na nota da concorrente e é de sua total e exclusiva responsabilidade.

h) As peças gráficas poderão integrar o caderno específico em papel A4 ou A3 dobrado, ou ser apresentadas separadamente. Em todos os casos, deverá ser preservada a capacidade de leitura das peças e deverão ser indicadas suas dimensões originais.

I. Se apresentadas soltas, as peças poderão ter qualquer formato, dobradas ou não, desde que caibam no envelope adequado.

II. Se a agência apresentar peças em quantidade inferior à estabelecida no subitem 8.3.6, b), sua pontuação máxima, neste quesito, será proporcional ao número de peças apresentadas. A proporcionalidade será obtida mediante a aplicação da regra de três simples em relação à pontuação máxima prevista para o item.

9.3.7 Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação: a agência deverá apresentar os documentos e informações que constituem os Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação em caderno específico, com ou sem o uso de cores, em papel A4, em fonte 'arial', tamanho '12 pontos', em folhas numeradas sequencialmente, a partir da primeira página interna, rubricadas e assinadas na última por quem detenha poderes de representação da agência, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

a) A agência deverá apresentar 2 (dois) Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, cada um com o máximo de 3 (três) páginas, em que serão descritas soluções bem-sucedidas de problemas de comunicação planejadas e propostas por ela e implementadas por seus clientes.

b) As propostas de que trata o subitem 8.3.7 devem ter sido implementadas a partir de 2018.

c) Se a agência apresentar relatos em quantidade inferior à estabelecida, sua pontuação máxima, neste quesito, será proporcional ao número de relatos apresentados. A proporcionalidade será obtida mediante a aplicação da regra de três simples em relação à pontuação máxima prevista para o subitem.

d) Os relatos deverão estar formalmente referendados pelos respectivos clientes e não podem referir-se a ações de comunicação solicitadas e ou aprovadas pelo IGESDF.

e) A formalização do referendo deverá ser feita no próprio relato elaborado pela agência, na última página, devendo constar a indicação do nome empresarial do cliente, o nome e o cargo ou função do signatário.

f) Todas as páginas do relato devem estar assinadas pelo autor do referendo e a assinatura deve ser autenticada na última folha do relato.

g) É facultada a inclusão de até três peças e ou material, independentemente do meio de divulgação, do tipo ou característica da peça, para cada Relato. Se incluídas:

I. as peças eletrônicas deverão ser fornecidas em DVD ou CD executável em qualquer computador com sistema operacional windows;

II. as peças gráficas poderão integrar caderno específico, em papel A4 ou A3 dobrado, ou ser apresentadas separadamente. Em todos os casos, deverão ser indicadas suas dimensões originais;

III. se apresentadas soltas, as peças gráficas poderão ter qualquer formato, dobradas ou não;

IV. as peças incluídas não terão suas páginas computadas nos limites do relato definidos no item 8.3.7;

V. para cada peça e ou material, deverá ser apresentada ficha técnica com a identificação da peças e detalhes de concepção criativa, quando pertinente.

10. LOCAL DE EXECUÇÃO

10.1 Os serviços serão realizados no Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF, em qualquer um dos endereços, na sede da empresa selecionada como prestadora dos serviços, além de endereços de serviços terceirizados que sejam acionados pela contratada;

10.2. A Contratada deverá iniciar as atividades imediatamente após a assinatura do Contrato.

11. HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1 A empresa deverá demonstrar que tem experiência prévia no fornecimento do objeto solicitado. Para tanto, a qualificação técnico-operacional será comprovada pelo seguinte atendimento:

a) Apresentar 2 (dois) Atestados de Capacidade Técnico-Operacional, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que tenha prestado ou vem prestando a contento os serviços objeto do presente instrumento.

b) Serão aceitos somente atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto, se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

c) Declaração assinada pelo titular da agência ou seu procurador legalmente designado, sobre o tratamento dos direitos autorais dos produtos de comunicação e peças publicitárias que vier a produzir, estabelecendo:

I. para os direitos de autoria intelectual (criação, textos, produção, direção, trilha sonora original, arte-finalização e assemelhados), a cessão durante a vigência do contrato, dos direitos patrimoniais de uso ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF)

II. para os direitos de imagem (atores e modelos) e de obras artísticas preexistentes (ou de sua reprodução), o licenciamento de uso durante o prazo de duração do contrato, com a definição de um percentual de até 50% do cachê original ou da licença original de uso, conforme o caso;

d) o compromisso de fazer constar, em destaque, em todos os orçamentos de produção de peças publicitárias, os valores dos cachês e os licenciamentos de uso de obras artísticas preexistentes, inclusos nesses orçamentos.

e) declaração assinada pelo titular da agência ou seu procurador legalmente designado, se comprometendo a repassar ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF), todas as vantagens (pecuniárias ou não) obtidas nas negociações de preço com os veículos de comunicação e demais fornecedores e prestadores de serviços;

f) declaração assinada pelo titular da agência ou seu procurador legalmente designado, de que reverterá ao IGESDF, parcela do “desconto padrão de agência” a que fizer jus, no percentual máximo de cada faixa (2%, 3% ou 5%, conforme o caso), constante das Normas-Padrão da Atividade Publicitária, emitida pelo Conselho Executivo das Normas-Padrão, com base no investimento bruto anual em mídia. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas das demais agências. Em caso de divergência entre dados numéricos e valores por extenso, prevalecerá este último;

g) declaração da candidata comprometendo-se a envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações comerciais junto a fornecedores de serviços especializados e veículos, quando for o caso, transferindo ao IGESDF as vantagens obtidas;

h) declaração informando estar ciente e de acordo com as disposições alusivas a direitos autorais estabelecidas no subitem 10.1 deste Elemento Técnico;

i) declaração de que o preço proposto será de exclusiva responsabilidade da agência e não lhe assistirá o direito de pleitear, na vigência dos contratos a serem firmados, nenhuma alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

j) declaração comprometendo-se a repassar ao IGESDF todas as vantagens (pecuniárias ou não) obtidas nas negociações de preço com os veículos de comunicação e demais fornecedores e prestadores de serviços;

k) declaração afirmando que, nos preços propostos, estão inclusas todas as despesas com materiais, mão-de-obra e respectivos encargos sociais, tributários, seguros, transportes e demais despesas necessárias à execução dos serviços objeto desta seleção de fornecedores, inclusive cessão de

direitos autorais. Na ausência dessa declaração, serão consideradas incluídas todas as despesas mencionadas neste subitem;

l) declaração do compromisso de fazer constar, em destaque, em todos os orçamentos de produção de peças, os valores dos cachês e os licenciamentos de uso de obras artísticas preexistentes, incluídos nesses orçamentos;

m) A empresa participante deverá disponibilizar, quando demandada, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços.

12. HABILITAÇÃO JURÍDICA E REGULARIDADE FISCAL

12.1. Para comprovação de Habilitação Jurídica:

a) Contrato social e a última alteração em vigor, ou ato constitutivo e estatuto devidamente registrado em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhamento de documentos de eleição de seus administradores;

b) Declaração do proponente de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo;

c) Declaração do proponente de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal;

12.2 Para comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, abrangendo inclusive as contribuições sociais (CND-INSS) expedido pela Secretaria da Receita Federal, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;

b) Contrato Social e, se for o caso, suas alterações, registrados na Junta Comercial ou Estatuto e Ata de Alterações, e respectivas publicações, nos casos de Sociedade Anônima;

c) Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

d) Certificado de Regularidade de Situação junto ao FGTS;

e) Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

f) Nada Consta do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), também gerenciada pelo Ministério da Transparência, fiscalização e Controle (<http://www.cju.gov.br/asuntos/responsabilizacao-de-empresas/sistema-integrado-de-registro-do-seis-cnep>);

g) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

h) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

12.3 A concorrente responderá pela veracidade de todas as informações que prestar, sob pena de crime de falsidade material (arts. 297 e 298 do código penal) ou ideológica (art. 299 do Código Penal), ou ainda, de ser desclassificada, ou ver anulada a adjudicação, ou rescindido seu contrato.

12.4. Se a concorrente classificada em primeiro lugar não atender às exigências de habilitação, o IGESDF examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda, sendo a respectiva concorrente declarada vencedora.

13. VIGÊNCIA CONTRATUAL

13.1. O prazo de vigência do Contrato a ser celebrado é de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado em atendimento às necessidades e conveniência das partes envolvidas, observadas as justificativas técnicas invocadas e resguardadas as demais condições contratuais originais, desde que a prorrogação seja assegurada pelos instrumentos jurídicos, com suas alterações e eventuais aditamentos, que fundamentam essa contratação;

13.2. Nos casos de prorrogação do ajuste, cabe reajuste dos valores, observados os preços praticados no mercado.

14. PROPOSTA COMERCIAL

14.1. A Proposta comercial deverá conter obrigatoriamente:

a) Desconto (em percentual) a ser concedido ao IGESDF, sobre os custos internos baseados na tabela de preços da SINAPRO/DF

NOTA

Desconto inferior a 40,0% $N = 0,0$

Desconto igual ou superior a 40,0% $N = 0,10 \times \text{Desconto}$

b) Honorários (em percentual) a serem cobrados do IGESDF incidentes sobre os custos comprovados de outros serviços, cuja produção seja incumbida a terceiros sob supervisão contratada

NOTA

Honorários superiores a 15% $N = 0,0$

Honorários iguais ou inferiores a 15% $N = 0,5 \times (15,0 - \text{Honorários})$

c) Percentual de desconto em honorários incidentes sobre os custos dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da licitante, referentes ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento pertinentes ao objeto do contrato

NOTA

Honorários superiores a 15% $N = 0,0$

Honorários iguais ou inferiores a 15% $N = 0,5 \times (15,0 - \text{Honorários})$

d) Percentual de desconto em honorários incidentes sobre os custos dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da contratante, referentes à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações, em consonância com novas tecnologias

NOTA

Honorários superiores a 15% $N = 0,0$

Honorários iguais ou inferiores a 15% $N = 0,5 \times (15,0 - \text{Honorários})$

14.2 Será desclassificada a Proposta de Preços que apresentar preços baseados em outra Proposta ou que contiver quaisquer itens condicionantes para a entrega dos serviços.

14.3 As propostas de preço que apresentarem descontos sobre os custos internos baseados na tabela de preços da SINAPRO/DF, inferiores a 40% (quarenta por cento), serão DESCLASSIFICADAS.

14.4 As propostas de preço que apresentarem honorários superiores a 7%, incidentes sobre os custos comprovados de outros serviços, cuja produção seja incumbida a terceiros sob a supervisão da contratada, serão DESCLASSIFICADAS.

14.5 Não admitirá proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios, ou valor zero, ou incompatíveis com os preços mercado.

14.6 Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias e preço fixo.

14.7 Os produtos/serviços deverão ser orçados com valores fixos e irrealizáveis para o período de vigência da contratação inicial, apresentando preços correntes de mercado, sem quaisquer acréscimos de custos financeiros e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

14.8 O valor proposto deverá ser elaborado com todas as despesas relativas ao objeto contratado, bem como com os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, fretes, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta competição.

15. AVALIAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

15.1 Para efeito de avaliação do Plano de Comunicação Publicitária, a agência deverá apresentar uma campanha simulada, sobre o tema hipotético “IGESDF – novo modelo de gestão no país”, com verba de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) e duração de 90 (noventa) dias, conforme Briefing – Anexo I deste Elemento Técnico.

15.2 As propostas técnicas serão julgadas, avaliadas e classificadas de acordo com os critérios pertinentes e adequados ao objeto definidos neste Elemento Técnico pela Comissão Técnica (estabelecida no anexo II deste processo) do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal, conforme normativas da legislação em vigor, aferindo-se a nota a partir do somatório dos pontos obtidos nos quesitos técnicos constantes da proposta da agência.

15.3 Serão levados em conta pela Comissão, como critério julgamento técnico, os atributos da Proposta Técnica conforme itens a seguir, tendo cada quesito ou subquesito objetos específicos para análise. Conforme:

a) Raciocínio Básico – serão analisados a acuidade de compreensão sobre:

I. a natureza e a extensão do objeto da seleção de fornecedores e presença de dados que referenciem esta acuidade;

II. desafio(s) ou do(s) problema(s), geral e ou específico, de comunicação a ser(em) enfrentado(s) pelo IGESDF, conforme discorre o *Briefing* anexo a este edital;

III. das necessidades de comunicação institucional do IGESDF para enfrentar esse(s) desafio(s) ou problema(s), conforme *Briefing* anexo a este edital.

b) Estratégia Comunicação Publicitária – serão observadas nas propostas das concorrentes:

I. a adequação do fato principal e do conceito propostos à natureza e à qualificação do IGESDF e a seu(s) desafio(s) ou problema(s), geral e ou específico, de comunicação, conforme o Briefing anexo a este edital;

II. a consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em defesa do fato principal e do conceito proposto;

III. a riqueza de desdobramentos positivos do conceito proposto para a comunicação do IGESDF com seus públicos a partir da eventual implantação da campanha;

IV. a adequação e a exequibilidade da estratégia de comunicação publicitária proposta para a solução do(s) desafio(s) ou do(s) problema(s), geral e ou específico, de comunicação do IGESDF conforme o Briefing em anexo;

V. a consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em defesa da estratégia de comunicação publicitária proposta e táticas derivadas;

VI. a capacidade de articular os conhecimentos sobre a comunicação institucional do IGESDF, seu(s) desafio(s) ou problema(s), geral e ou específico, de comunicação, seus públicos, os objetivos, geral e específicos, de comunicação previstos no Briefing e a verba disponível conforme o *Briefing* em anexo;

VII. a composição de pontos contato com os diversos públicos constantes em briefings e sua tangibilização e estratégia pertinentes ao desafio proposto;

VIII. as referências estratégicas capazes de alimentar os pontos fundamentais do plano de comunicação com destaque para as questões de público (quantitativas e comportamentais), forma, temporalidade e meios utilizados.

c) Ideia Criativa – serão observadas nas propostas das concorrentes:

I. sua adequação ao(s) desafio(s) ou problema(s), geral e ou específico, de comunicação do IGESDF conforme o Briefing em anexo;

II. sua adequação à estratégia de comunicação publicitária sugerida pela agência;

III. sua adequação ao universo cultural dos segmentos de público-alvo;

IV. multiplicidade de interpretações favoráveis que comporta;

V. a originalidade da combinação dos elementos que a constituem;

VI. a unidade entre as peças que compõem a campanha;

VII. a simplicidade da forma sob a qual se apresenta, bem como sua capacidade de síntese;

VIII. sua pertinência às atividades da comunicação de utilidade pública do IGESDF e à sua inserção nos contextos social, político e econômico;

IX. os desdobramentos comunicativos que enseja, conforme demonstrado nos exemplos de peças e/ou material apresentados;

X. a exequibilidade das peças e ou do material e sua composição imagética e de conteúdo;

XI. a compatibilidade da linguagem utilizada nas peças e ou no material aos substratos midiáticos e aos públicos propostos.

XII. o manejo e adequação da linguagem e composição imagética, demonstrada em sua unidade criativa e qualidade técnica e exemplos apresentados

d) Estratégia de Mídia e Não Mídia – serão observadas nas propostas das concorrentes:

I. o conhecimento dos hábitos de consumo de comunicação dos segmentos de público prioritário constantes no *briefing* e seus desdobramentos de *target*;

II. a capacidade analítica evidenciada no exame desses hábitos, tanto demográficos quanto psicográficos, bem como uso de fontes fiáveis;

III. a consistência do plano simulado de distribuição das peças e ou do material em relação às duas alíneas anteriores, evidenciada pelo suporte de dados que norteiam essa simulação;

IV. a pertinência, a oportunidade e a economicidade demonstradas no uso dos recursos de comunicação próprios do IGESDF;

V. a proporcionalidade distribuição dos recursos entre suas alíneas;

VI. a economicidade e consciência aplicação verba de mídia disponível, evidenciada plano simulado de distribuição das peças e ou do material e suas justificativas táticas e disponibilidade de métricas que as embasem;

VII. a otimização da mídia segmentada, digital, alternativa e de massa;

VIII. a existência de descritivos claros, em valores percentuais e absolutos, capazes de resumir a proposta apresentada e sua proporcionalidade.

e) Capacidade de Atendimento – serão observadas nas propostas das concorrentes:

I. A consonância da atual carteira com os problemas e desafios IGESDF;

II. a experiência e formação dos profissionais da agência em atividades publicitárias e de comunicação integrada;

III. a adequação das qualificações e da quantificação desses profissionais à estratégia de comunicação publicitária institucional do IGESDF;

IV. a adequação das instalações, da infraestrutura (física e de tecnologia da informação) e dos recursos materiais e de segurança que estarão à disposição da execução do contrato;

V. a operacionalidade do relacionamento entre o IGESDF e a agência, esquematizado na proposta, incluindo sistematização de reuniões e prazos de realização e alteração de peças, fluxos de trabalho, além das demais questões que explicitam o funcionamento deste relacionamento, tais como o trato das informações e segurança;

VI. a relevância e a utilidade das informações de marketing e comunicação, das pesquisas de audiência e da auditoria de circulação e controle de mídia que a agência colocará regularmente à disposição do IGESDF, sem ônus adicional, durante a vigência do contrato, bem como dos periódicos assinados disponíveis para a equipe da concorrente;

VII. a existência de equipe dedicada discriminada de forma específica para o trato da conta de comunicação institucional do IGESDF, bem como a definição técnica dos profissionais à disposição nesta condição.

f) Repertório – serão observadas nas propostas das concorrentes:

I. a ideia criativa e sua adequação e pertinência problema que a agência se propôs a resolver e ao segmento de atuação do IGESDF;

II. a qualidade execução e acabamento da peça e ou material, evidenciada pelas dimensões técnicas de produção e construção criativa em cada um dos meios onde estas peças foram inseridas;

III. a clareza da exposição das informações prestadas, tanto nas peças, quanto nos resumos que tratam do caso em que elas estão inseridas;

IV. a exequibilidade das soluções diante das verbas claramente propostas, pela facilidade implantação e sua relação particular com o impacto desejável junto aos públicos para quais foram desenvolvidas;

V. a diversidade de casos e sua aderência aos desafios presentes no manejo das questões de comunicação do IGESDF;

g) Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação – serão observadas nas propostas das concorrentes:

I. a evidência de planejamento publicitário detectada na transformação dos cenários apresentados em novos dados e conclusões estratégicas a partir do *briefing* proposto pelo cliente;

II. a consistência das relações de causa e efeito entre problema e solução;

III. a relevância dos resultados apresentados a partir da solução de comunicação apresentada pela agência e dela derivados;

IV. a concatenação lógica da exposição, incluindo a ordenação narrativa do caso.

16. DA PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

16.1 A nota da Proposta Técnica será apurada atribuindo aos quesitos ou subquesitos, no máximo, os seguintes pontos, no total de 6 (seis), distribuídos conforme descritos nos itens a seguir.

a) Raciocínio Básico: **máximo de 6 (seis) pontos**, da seguinte forma:

I	Clareza e embasamento no conhecimento das características gerais da comunicação institucional e de utilidade pública do IGESDF	0,5 (meio) ponto
II	Conhecimento genérico dos serviços prestados pelo IGESDF em todas as áreas contempladas pelo edital	0,5 (meio) ponto
	Adequada compreensão da linha de atuação específica do IGESDF, tanto em sua missão na construção de publicidades educativas, quanto no âmbito da linha de atuação em questão	2,0

III	atuação em questão	(seis) pontos
IV	Acuidade de compreensão demonstrada em relação às necessidades de comunicação dessa específica linha de atuação	3,0 (três) pontos

b) Estratégia de Comunicação: **máximo de 6 (seis) pontos**, da seguinte forma:

I	Adequação do fato principal e do conceito propostos à natureza e à qualificação das campanhas institucionais do IGESDF e a seu (s) desafio(s) ou problema(s), geral e ou específico, de comunicação	0,5 (meio) ponto
II	A consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em defesa do fato principal e do conceito propostos pela candidata e sua riqueza de desdobramentos positivos para a comunicação institucional do IGESDF com seus públicos	1,5 (um e meio) ponto
III	Desenvolvimento, adequação/pertinência e exequibilidade da estratégia de comunicação publicitária proposta para a solução do(s) desafio(s) ou do(s) problema(s), geral e/ou específico, de comunicação, incluindo as determinações do Planejamento capazes de guiar as diretrizes criativas e de mídia da proposta	3,0 (três) pontos
IV	A consistência lógica da argumentação apresentada em defesa da estratégia de comunicação publicitária proposta e sua capacidade de articulação com os desafios de comunicação, públicos e verba	1,0 (um) ponto

c) Ideia Criativa: **máximo de 6 (seis) pontos**, da seguinte forma:

I	Estratégia de comunicação que atenda a todos os pontos da campanha propostos em briefing	2,0 (dois) pontos
II	Capacidade de síntese da estratégia de comunicação e manejo/adequação da linguagem, demonstrados em sua unidade criativa e qualidade técnica dos exemplos apresentados.	0,5 (meio) ponto
		0,5

III	Cobertura de público envolvido pela linha de atuação contemplada pela estratégia sugerida	(meio) ponto
IV	Originalidade na combinação de seus elementos constitutivos revelada nos roteiros e textos de peças publicitárias que se apresentarem e exequibilidade das soluções diante das verbas propostas.	3,0 (três) pontos

d) Estratégia Mídia e Não Mídia: **máximo de 6 (seis) pontos**, seguinte forma:

I	Conhecimento de hábitos de comunicação do público envolvido com a linha de atuação (psicográficos e sócio-demográficos)	1,0 (um) ponto
II	Capacidade analítica revelada no estudo desses hábitos e nas conclusões oferecidas à formulação da mídia, bem como da busca de fontes para embasar estes dados;	1,0 (um) ponto
III	Estudo de distribuição da verba da linha de atuação, em vista de suas diferentes necessidades entre as diversas áreas de serviços da agência, em particular a otimização da mídia segmentada, digital, alternativa e de massa.	2,0 (dois) pontos
IV	Consciência e economicidade do plano geral de utilização da verba publicitária da linha de atuação simulado na proposta, incluídas métricas e rentabilidades mensuráveis	2,0 (dois) pontos

e) Capacidade de Atendimento: **máximo de 6 (seis) pontos**, da seguinte forma:

I	Capacidade geral de atendimento revelada pela agência, considerando a adequação das instalações, da infraestrutura (física e em TI), dos recursos materiais, da quantidade e qualificação dos profissionais nos diferentes setores da agência colocados à disposição do IGESDF	1,0 (um) ponto
	Sistemática de atendimento, revelada no julgamento dos quesitos: operacionalidade	

II	(fluxo e normas), segurança, presteza no atendimento às solicitações e liberdade conferido ao IGESDF na escolha de soluções alternativas.	3,0 (três) pontos
III	A existência de equipe dedicada/exclusiva para o trato da conta do IGESDF, bem como a qualidade da definição técnica especificamente destes profissionais à disposição.	2,0 (dois) pontos

f) Repertório: **máximo de 6 (seis) pontos**, da seguinte forma:

I	Capacidade técnica e artística revelada pela agência no atendimento a outros clientes, de acordo com as amostras de peças incluídas na proposta e aferidas pelos quesitos de concepção e pertinência criativa;	2,5 (dois e meio) pontos
II	A clareza da exposição das informações prestadas, tanto nas peças, quanto nos resumos que tratam do caso em que elas estão inseridas;	1,0 (um) ponto
III	Qualidade de execução e exequibilidade das soluções diante das verbas propostas e a diversidade de casos e sua aderência aos desafios presentes no manejo das questões de comunicação educativa e do setor público.	2,5 (dois e meio) pontos

g) Relato de Soluções de Problemas Comunicação: **máximo de seis (seis) pontos**, da seguinte forma:


I	A evidência de planejamento publicitário;	1,0 (um) ponto
II	A consistência das relações de causa e efeito entre problema encontrado e a solução proposta;	1,0 (um) ponto
III	A relevância dos resultados apresentados diante dos desafios;	2,0 (dois) pontos

IV	Na concatenação lógica da exposição, incluindo a ordenação narrativa do caso.	2,0 (cinco) pontos
----	---	--------------------

16.2 Escala de Avaliação - os números de pontos indicados em cada quesito relacionado nos subitens anteriores serão considerados, como notas máximas, para efeito de atribuição das notas.

16.3 A nota será atribuída partindo de uma escala de 0,0 (zero) ponto até a quantidade máxima de pontos indicada em cada quesito, efetuando-se os cálculos com, no máximo, duas casas decimais.

16.4 Para efeito de aferição da nota cada quesito subquesito, os membros da Subcomissão Técnica utilizarão como pontuação 05 (cinco) NÍVEIS DE NOTAS, de acordo com escala aqui proposta referente à nota máxima quesito ou subquesito:

	NÍVEL	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO DO ITEM	
	1	Não abordado ou Erroneamente abordado	0% da nota máxima	
	2	Insuficientemente abordado	30% da nota máxima	
	3	Parcialmente abordado	50% da nota máxima	
	4	Satisfatoriamente abordado	70% da nota máxima	
	5	Totalmente abordado	100% da nota máxima	
				

16.5 Para efeito de avaliação do item do conteúdo de quesito ou subquesito, a Assessoria de Comunicação utilizará como referência os seguintes conceitos para cada um dos níveis de avaliação:

CLASSIFICAÇÃO	REFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO
Não abordado ou Erroneamente abordado	Quando a proposta não contempla e/ou contempla de forma errônea ou inadequada os aspectos que constituem o quesito ou subquesito em julgamento conforme briefing e critérios estabelecidos no edital para o aspecto para ser avaliado, contendo grandes desvios e/ou erros grosseiros, e pouco compatíveis com o critério.
Insuficientemente abordado	Quando a proposta contempla de forma insuficiente (claramente incompleta) os aspectos que constituem o quesito ou subquesito em julgamento conforme briefing e critérios estabelecidos no edital para o aspecto a ser avaliado, com pequenos e não relevantes desvios do solicitado.
	Quando a proposta contempla alguns aspectos relevantes do quesito ou

Parcialmente abordado	subquesto em julgamento conforme briefing e critérios estabelecidos no edital, atendendo a normativa técnica com omissões relevantes, mas sem desvios do solicitado.
Satisfatoriamente abordado	Quando a proposta contempla os principais aspectos que constituem o quesito ou subquesto em julgamento conforme briefing e critérios estabelecidos no edital, atendendo a normativa técnica.
Totalmente abordado	Quando a proposta contempla integral e exatamente os aspectos que constituem o quesito ou subquesto em julgamento conforme briefing e critérios estabelecidos no edital, sem desvios e, apresentando, quando possível, soluções com elementos de destaque e diferenciado entendimento do critério.

16.6 Será desclassificada a proposta que:

1. Não atender às exigências do edital, do Elemento Técnico e de seus anexos;
2. Não alcançar, somadas todas as etapas, a nota mínima de 3,00 (três) pontos;
3. Obter pontuação 0,00 (zero) em quaisquer dos quesitos.

16.7 As propostas técnicas serão classificadas pela ordem decrescente de pontuação, considerando o somatório de pontos atribuídos aos quesitos, respeitado o mínimo de 3,00 (três) pontos para classificação.

17. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

17.1 No prazo máximo de (trinta) dias corridos, a contar da data da assinatura contrato, contratadas deverão comprovar manter sede, escritório sucursal em Brasília/DF.

17.2 No prazo máximo de (sete) dias corridos, a contar da data da assinatura contrato, contratada deverá comprovar que possuem em Brasília/DF estrutura atendimento compatível com os serviços a serem prestados à CONTRATANTE, representada, no mínimo, pelos seguintes profissionais:

1. 02 (dois) na área de atendimento - sendo 01 (um) exclusivo para atendimento do IGESDF;
2. 01 (um) na área de criação;
3. 01 (um) nas áreas de produção impressa e eletrônica;

17.3 Os serviços deverão ser executados e entregues, conforme venham a ser solicitados pelo IGESDF,

no prazo estabelecido Ordem de Execução Serviços, a contar da emissão mesma.

17.4 Todos os serviços a serem prestados pela Contratada deverão ser precedidos da apresentação do competente projeto de apropriação de custos, o qual, após aprovação do IGESDF, gerará a expedição de Ordem de Execução de Serviços (AUTORIZAÇÃO DE PRODUÇÃO/VEICULAÇÃO), onde constarão as especificações dos serviços, os preços (planilhas de custos/orçamento) e os prazos de execução, devendo o valor de cada um dos serviços serem orçados em função dos custos respectivos, obedecendo-se, rigorosamente, à sua compatibilidade com os preços de mercado, sob pena de responsabilidade civil.

17.5 Todos os serviços realizados serão documentados através da apresentação dos respectivos comprovantes de produção/veiculação, cópias das faturas e duplicatas quitadas, emitidas pelos fornecedores.

17.6 Os serviços serão executados pela Contratada com o fornecimento de toda mão-de-obra, materiais, equipamentos e demais despesas necessárias à execução do objeto, sendo permitida a subcontratação parcial dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES necessários cumprimento do objeto deste Elemento Técnico, desde que previamente submetida à anuência do IGESDF, ficando a Contratada responsável pela integral execução da subcontratação, arcando integralmente com encargos de qualquer natureza dela decorrentes.

17.7 O fornecimento de bens ou serviços especializados na conformidade do previsto no subitem anterior exigirá sempre a apresentação pelas contratadas ao CONTRATANTE de 3 (três) orçamentos obtidos no mercado do ramo do fornecimento pretendido.

17.8 No caso do subitem anterior, as contratadas procederão à coleta de orçamentos de fornecedores em envelopes fechados, que serão abertos em sessão pública, convocada e realizada sob fiscalização do CONTRATANTE, sempre que o fornecimento de bens ou serviços tiver valor superior a 0,5% (meio por cento) do valor global do contrato.

17.9 As informações sobre a execução do contrato serão divulgadas no Portal da Transparência do IGESDF, garantido o livre acesso às informações por quaisquer interessados.

17.10 As informações sobre valores pagos serão divulgadas pelos totais de cada tipo de serviço de fornecedores e de cada meio de divulgação.

17.11 A agência contratada deverá, durante o período mínimo de 5 (cinco) anos após a extinção do contrato, manter acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados e das peças publicitárias produzidas.

17.12 Os originais dos materiais desenvolvidos para a execução dos serviços (arte, fotolito, VT, filmes, etc.), inclusive fotos compradas para uso em outdoor ou peça gráfica, ficarão sob a guarda da(s) Contratada(s), mas disponíveis a qualquer tempo para o IGESDF que poderá a seu critério, requisitar cópias dos originais para comprovação da prestação dos serviços e arquivo próprio vedado à

transferência a agentes de qualquer espécie ou uso, além das finalidades solicitadas em plano de campanha específica.

17.13 Quanto aos DIREITOS AUTORAIS, serão observadas as seguintes disposições:

a) AS CONTRATADAS cedem à CONTRATANTE, de forma total e definitiva, os direitos patrimoniais de uso de ideias (incluídos estudos, análises e planos), peças (material gráfico, eletrônico e multimídia), softwares, CDs, composições, arranjos, execução de trilha sonora e jingles, animação, pantomima, publicações editoriais e quaisquer outras modalidades de publicidade existentes ou que venham a ser inventadas de sua propriedade, concebidos, criados e produzidos em decorrência deste contrato.

b) A cessão de que trata a alínea anterior “a)” será por tempo indeterminado, ficando vedada à CONTRATADA a cobrança de qualquer remuneração adicional ou especial, mesmo após a vigência do contrato.

c) A CONTRATANTE poderá, a seu critério, utilizar os direitos cedidos, diretamente ou através de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência do contrato, ou após o prazo de vigência, inclusive em caso de rescisão, não cabendo à CONTRATADA qualquer espécie de remuneração;

d) A juízo da CONTRATANTE, as peças criadas pela CONTRATADA poderão ser reutilizadas por outros órgãos ou entidades do IGESDF, sem que caiba a eles ou à CONTRATANTE qualquer ônus perante a CONTRATADA;

e) Caberá a esses órgãos ou entidades, diretamente ou por intermédio das agências de propaganda com que mantenham contrato, quando couber, efetuar o acordo comercial com os eventuais detentores dos direitos de autor e conexos relacionados com a produção externa das peças a serem reutilizadas;

f) Com vistas às contratações para a execução de serviços que envolvam direitos de autor e conexos, a CONTRATADA solicitará dos fornecedores orçamentos que prevejam a cessão dos respectivos direitos patrimoniais pelo prazo definido pela CONTRATANTE;

g) A CONTRATADA utilizará os trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos de autor e conexos dentro dos limites estipulados no respectivo ato de cessão e condicionará a contratação ao estabelecimento, ato de cessão, orçamento ou contrato, de cláusulas em que o fornecedor garanta a cessão pelo prazo definido pela CONTRATANTE em cada caso e se declare ciente e de acordo com as condições estabelecidas nas alíneas seguintes “h)” e “i)”;

h) Na reutilização de peças por período igual ao inicialmente ajustado, o percentual a ser pago pela CONTRATANTE em relação ao valor original dos direitos patrimoniais de autor e conexos será de no máximo 50% (cinquenta por cento). Para a reutilização por períodos inferiores, o percentual máximo será obtido pela regra de três simples;

i) Na reutilização de peças por período igual ao inicialmente ajustado, o percentual de reutilização do valor original da cessão uso de obras consagradas incorporadas a essas peças, a ser pago pela CONTRATANTE aos detentores dos direitos patrimoniais de autor e conexos dessas obras, será de no máximo 50% (cinquenta por cento). Para a reutilização por períodos inferiores, o percentual máximo será obtido pela regra de três simples.

18. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DO OBJETO

18.1. Os valores pagos serão sob demanda, através de depósito bancário, em conta corrente da contratada, para tanto:

a) O pagamento à CONTRATADA corresponderá ao valor da parte que lhe cabe diretamente, ou seja: custos internos, referentes à criação e finalização peças publicitárias; honorários, incidentes sobre os custos comprovados de outros serviços, cuja produção seja incumbida a terceiros (subcontratados) e desconto padrão agência, calculado sobre o valor bruto dos serviços veiculação, cujo valor corresponde ao desconto concedido pelos veículos de mídia anunciante/contratante, a título de remunerar as agências de publicidade e propaganda pela criação/produção de conteúdo e intermediação, conforme preceitua as Normas-Padrão Atividade Publicitária, editadas pelo Conselho Executivo das Normas (CENP).

b) Pagamento dos demais serviços após a apresentação de Fatura de Reembolso em nome do IGESDF (a Agência deverá solicitar ao fornecedor que a Nota Fiscal emitida seja em nome do IGESDF e, posteriormente, emitir a Fatura de Reembolso).

18.2 O pagamento será realizado 30 (trinta) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal e Fatura de Reembolso;

18.3 Caso ocorra erro ou omissão na fatura ou outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, a CONTRATADA deverá substituí-la, devendo o prazo para pagamento tanto à CONTRATADA como a (s) sua (s) respectiva (s) subcontratada (s), passar a ser contado da data de apresentação, pela CONTRATADA, da nova fatura, nos termos do subitem anterior;

a) A devolução da Fatura não aprovada pela CONTRATANTE, por conter incorreções, não poderá servir de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços;

b) As Notas Fiscais/Faturas deverão ser enviadas ao IGESDF por e-mail para a Assessoria de Comunicação até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da prestação dos serviços faturados, devidamente acompanhadas de cópia de comprovantes de quitação das obrigações patronais referentes ao mês anterior da prestação dos serviços faturados. Após análise técnica feita pelo gestor da contratação sobre os serviços realizados, que, se aprovadas, as referidas faturas serão atestadas e enviadas ao setor financeiro da CONTRATANTE, para análise fiscal e posterior pagamento;

c) Serão descontados, mensalmente, da fatura os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registradas;

d) A CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer Nota Fiscal/Fatura, no todo ou em parte, caso seja constatado que a CONTRATADA não cumpriu quaisquer das obrigações contratuais assumidas;

18.4 Os períodos de atraso por culpa da CONTRATADA e aqueles decorrentes de atrasos nos pagamentos, motivados pela não aprovação dos documentos de cobrança devido a incorreções por parte da CONTRATADA, não serão computados para efeito de atualização monetária de preços;

18.5. Pelos serviços prestados, a CONTRATADA será remunerada da seguinte forma:

a) Percentual de desconto sobre os custos internos, baseados na tabela de custos internos da SINAPRO/DF, conforme a proposta apresentada;

b) Honorários (em percentual) de até 15% (quinze por cento) a serem cobrados do IGESDF incidentes sobre os custos comprovados de outros serviços, cuja produção seja incumbida a terceiros sob supervisão contratada;

c) Honorários (em percentual) de até 15% (quinze por cento) incidentes sobre os custos dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da contratada, referentes ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento pertinentes ao objeto do contrato;

d) Honorários (em percentual) de até 15% (quinze por cento) incidentes sobre os custos dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da contratada, referentes à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações, em consonância com novas tecnologias;

e) A CONTRATADA emitirá fatura contra a CONTRATANTE, referente ao desconto padrão de agência, calculado sobre o valor bruto dos serviços de veiculação, cujo valor corresponde ao desconto concedido veículos de mídia (subcontratada) ao CONTRATANTE, a título de remunerar as agências publicidade e propaganda pela criação/produção de conteúdo e intermediação, conforme preceitua as Normas-Padrão Atividade Publicitária, editadas pelo CENP (Conselho Executivo das Normas);

18.6 A CONTRATADA não fará jus a nenhuma remuneração ou desconto de agência, quando da utilização, pela CONTRATANTE, de créditos que a esta tenham sido eventualmente concedidos por veículos de divulgação, em qualquer ação publicitária pertinente ao contrato;

18.7 Sobre o valor das faturas de serviços de veiculação que tenham sido contemplados com “desconto de agência” não incidirão os honorários sobre os serviços e suprimentos externos contratados;

18.8 A CONTRATADA reverterá à CONTRATANTE parcela do “desconto padrão de agência” a que fizerem jus, no percentual máximo de cada faixa (2%, 3% ou 5%, conforme o caso), constante das Normas-Padrão da Atividade Publicitária, emitida pelo Conselho Executivo das Normas-Padrão, com base no investimento bruto anual em mídia;

18.9 Na execução do contrato, a CONTRATANTE deverá negociar com a CONTRATADA, a obtenção de percentual de reversão superior aos percentuais fixados no subitem anterior, com vistas a obter condições mais vantajosas para o IGESDF, sendo obrigatória a comprovação documental, de que referida negociação foi realizada;

18.10 Os honorários sobre os custos comprovados dos serviços autorizados e executados por terceiros não deverão incidir sobre os tributos que forem adicionados aos preços desses serviços;

18.11 Na reutilização de peças publicitárias por período igual ao inicialmente pactuado, o percentual sobre o cachê original a ser pago pela CONTRATANTE a atores, modelos e locutores, pelos direitos de uso de imagem e som de voz, será de no máximo 50% (cinquenta por cento);

a) Na reutilização de peças publicitárias por período igual ao inicialmente pactuado, o percentual sobre o valor dos direitos autorais de obras consagradas incorporadas a peças publicitárias a ser pago pela CONTRATANTE aos detentores desses direitos será de no máximo 50% (cinquenta por cento).

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1 Os serviços deverão ser prestados de forma contínua, devendo a Contratada registrar em planilha a execução que deverá ser apresentada juntamente com a Nota Fiscal no exercício de pagamento;

19.2 Executar os serviços conforme especificações do Elemento Técnico e da proposta, com alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas na proposta;

19.3 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidades ao IGESDF;

19.4 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do IGESDF;

19.5 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar ao IGESDF toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

19.6 Relatar ao IGESDF toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos

serviços;

19.7 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Elemento Técnico e em cumprimento ao Regulamento Próprio de Compras e Contratações do Instituto de Gestão Estratégica de do Distrito Federal (IGESDF);

19.8 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste instrumento contratual;

19.9 Tomar todas as providências necessárias à fiel execução com qualidade dos serviços, objeto deste Elemento Técnico;

19.10. Promover a execução dos serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e recomendações aceitas como boas práticas;

19.11 Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE;

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1 Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo Contrato, com base nas disposições estabelecidas neste Termo de Referência e legislação vigente;

20.2 Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação do serviço;

20.3 Permitir, durante a vigência do contrato, o acesso dos representantes ou prepostos da Contratada ao local da prestação de serviços, sempre que necessário, desde que devidamente identificados;

20.4 Acompanhar, controlar e avaliar a prestação de serviço, observando os padrões de qualidade e segurança exigidas, através da Unidade responsável por esta atribuição;

20.5 Prestar à Contratada, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à execução do serviço;

20.6 Atestar as notas fiscais/faturas correspondentes à prestação do serviço, por intermédio do setor competente.

21. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

21.1 A fiscalização da prestação dos serviços será exercida pela área responsável: Assessoria de

Comunicação;

21.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução da contratação consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços;

21.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Elemento Técnico;

21.4 O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações;

21.5 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação das penalidades, previstas neste Elemento Técnico; e

21.6 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

22. PENALIDADES

22.1 A prestação inadequada do(s) serviço(s), objeto do presente Elemento Técnico, sujeitará o fornecedor, sem prejuízo das sanções previstas nos artigos 41, 42 e 43 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF, às seguintes multas:

- a) 0,1% (um décimo por cento) ao dia, sobre o valor total da aquisição, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b) 10% (dez por cento), cumulativamente, sobre o valor total do serviço, após 30 (trinta) dias, podendo ainda o HB, a seu critério, impedir o fornecedor de participar de novas cotações com este Instituto.

23. GARANTIA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

23.1. Conforme estabelece o art. 30 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF, a prestação de garantia, consistirá em 10% do valor do contrato sendo assegurado por:

- I - caução em dinheiro;
- II - fiança bancária; ou
- III - seguro garantia.

24. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

24.1. Nos termos do art. 34 do Regulamento Próprio de Compras e Contratações do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF), à contratação poderá, mediante justificativa, nas mesmas condições contratuais, ser aditados com acréscimos ou supressões.

25. DOS ANEXOS

25.1 Constituem anexos deste Elemento Técnico, dele fazendo parte integrante, o Briefing, Manual do Uso da Marca do IGESDF, a Tabela da SINAPRO/DF e tabelas com critérios para avaliação de técnica e preço das concorrentes.

26. DO LOCAL E DATA

Brasília/DF, 31/01/2020

Identificação do Responsável pela elaboração do Elemento Técnico nº 04/2019:

JOSÉ AMÉRICO MOREIRA DA SILVA

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO

Matrícula: 1927

Identificação do Responsável da área técnica:

JOSÉ AMÉRICO MOREIRA DA SILVA

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO

Matrícula: 1927

APROVO o presente Elemento Técnico, nos termos do art. 2º, do Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF, e **AUTORIZO** o procedimento de Seleção de Fornecedores.

FRANCISCO ARAÚJO FILHO

DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DO DF

Matrícula: 1898



Documento assinado eletronicamente por **JOSE AMERICO MOREIRA DA SILVA - Matr.0000192-7, Assessor(a) de Comunicação**, em 31/01/2020, às 12:27, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO ARAUJO FILHO - Matr.0000189-8**,



Diretor(a)-Presidente, em 31/01/2020, às 17:37, conforme art. 6º do Decreto nº 7.057, de 6 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015. [Proc 00600-00004091/2020-36-e](#)



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **34870413** código CRC= **6D7F945E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SMHS - Área Especial - Quadra 101 - Bairro Asa Sul - CEP 70335900 - DF
3550-8900 / 8810

04016-00008326/2019-85

Doc. SEI/GDF 34870413

**ANEXO I**

Critérios para avaliação das propostas técnicas para a contratação da Agência de Publicidade para o Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF).

PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA RELATIVA AO Plano de Comunicação Publicitária					
SUBITEM 1: RACIOCÍNIO BÁSICO		PONTUAÇÃO MÁXIMA DE CADA QUESITO	Agência A	Agência B	Agência C
QUESITOS AVALIADOS	a) Clareza e embasamento no conhecimento das características gerais da comunicação institucional e de utilidade pública do IGESDF	0,5			
	b) Adequada compreensão da linha de atuação específica do IGESDF, tanto em sua missão na construção de publicidades educativas, quanto no âmbito da linha de atuação em questão	0,5			
	c) Conhecimento genérico dos serviços prestados pelo IGESDF em todas as áreas contempladas pelo edital	2,0			
	d) Acuidade de compreensão demonstrada em relação às necessidades de comunicação dessa específica linha de atuação	3,0			
Pontuação obtida no subitem 1 RACIOCÍNIO BÁSICO		6			





PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA RELATIVA AO Plano de Comunicação Publicitária					
SUBITEM 2: ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO		PONTUAÇÃO MÁXIMA DE CADA QUESITO	Agência A	Agência B	Agência C
QUESITOS AVALIADOS	a) Adequação do fato principal e do conceito propostos à natureza e à qualificação das campanhas institucionais do IGESDF e a seu (s) desafio(s) ou problema(s), geral e ou específico, de comunicação	0,5			
	b) A consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em defesa do fato principal e do conceito propostos pela candidata e sua riqueza de desdobramentos positivos para a comunicação institucional do IGESDF com seus públicos	1,5			
	c) Desenvolvimento, adequação/pertinência e exequibilidade da estratégia de comunicação publicitária proposta para a solução do(s) desafio(s) ou do(s) problema(s), geral e/ou específico, de comunicação, incluindo as determinações do Planejamento capazes de guiar as diretrizes criativas e de mídia da proposta	3,0			
	d) A consistência lógica da argumentação apresentada em defesa da estratégia de comunicação publicitária proposta e sua capacidade de articulação com os desafios de comunicação, públicos e verba	1,0			
	Pontuação obtida no subitem 2 ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	6			





PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA RELATIVA AO Plano de Comunicação Publicitária					
SUBITEM 3: IDEIA CRIATIVA		PONTUAÇÃO MÁXIMA DE CADA QUESITO	Agência A	Agência B	Agência C
QUESITOS AVALIADOS	a)Estratégia de comunicação que atenda a todos os pontos da campanha propostos em briefing	2,0			
	b)Capacidade de síntese da estratégia de comunicação e manejo/adequação da linguagem, demonstrados em sua unidade criativa e qualidade técnica dos exemplos apresentados.	0,5			
	c)Cobertura de público envolvido pela linha de atuação contemplada pela estratégia sugerida	0,5			
	d) Originalidade na combinação de seus elementos constitutivos revelada nos roteiros e textos de peças publicitárias que se apresentarem e exequibilidade das soluções diante das verbas propostas.	3,0			
Pontuação obtida no subitem 3 IDEIA CRIATIVA		6			





PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA RELATIVA AO Plano de Comunicação Publicitária					
SUBITEM 4: ESTRATÉGIA DE MÍDIA E NÃO MÍDIA		PONTUAÇÃO MÁXIMA DE CADA QUESITO	Agência A	Agência B	Agência C
QUESITOS AVALIADOS	a)Conhecimento de hábitos de comunicação do público envolvido com a linha de atuação (psicográficos e sócio-demográficos)	1,0			
	b)Capacidade analítica revelada no estudo desses hábitos e nas conclusões oferecidas à formulação da mídia, bem como da busca de fontes para embasar estes dados;	1,0			
	c)Estudo de distribuição da verba da linha de atuação, em vista de suas diferentes necessidades entre as diversas áreas de serviços da agência, em particular a otimização da mídia segmentada, digital, alternativa e de massa.	2,0			
	d) Consciência e economicidade do plano geral de utilização da verba publicitária da linha de atuação simulado na proposta, incluídas métricas e rentabilidades mensuráveis	2,0			
Pontuação obtida no subitem 4 ESTRATÉGIA DE MÍDIA E NÃO MÍDIA		6			





PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA RELATIVA AO Plano de Comunicação Publicitária					
SUBITEM 5: CAPACIDADE DE ATENDIMENTO		PONTUAÇÃO MÁXIMA DE CADA QUESITO	Agência A	Agência B	Agência C
QUESITOS AVALIADOS	a) Capacidade geral de atendimento revelada pelo agência, considerando a adequação das instalações, da infraestrutura (física e em TI), dos recursos materiais, da quantidade e qualificação dos profissionais nos diferentes setores da agência colocados à disposição do IGESDF	1,0			
	b) Sistemática de atendimento, revelada no julgamento dos quesitos: operacionalidade (fluxo e normas), segurança, presteza no atendimento às solicitações e grau de liberdade conferido ao IGESDF na escolha de soluções alternativas.	3,0			
	c) A existência de equipe dedicada/exclusiva para o trato da conta do IGESDF, bem como a qualidade da definição técnica especificamente destes profissionais à disposição.	2,0			
	Pontuação obtida no subitem 5 CAPACIDADE DE ATENDIMENTO	6			





PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA RELATIVA AO Plano de Comunicação Publicitária					
SUBITEM 6: REPERTÓRIO		PONTUAÇÃO MÁXIMA DE CADA QUESITO	Agência A	Agência B	Agência C
QUESITOS AVALIADOS	a) Capacidade técnica e artística revelada pela agência no atendimento a outros clientes, de acordo com as amostras de peças incluídas na proposta e aferidas pelos quesitos de concepção e pertinência criativa	2,5			
	b) A clareza da exposição das informações prestadas, tanto nas peças, quanto nos resumos que tratam do caso em que elas estão inseridas;	1,0			
	c) Qualidade de execução e exequibilidade das soluções diante das verbas propostas e a diversidade de casos e sua aderência aos desafios presentes no manejo das questões de comunicação educativa e do setor público.	2,5			
Pontuação obtida no subitem 6 CAPACIDADE DE ATENDIMENTO		6			





PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA RELATIVA AO Plano de Comunicação Publicitária					
SUBITEM 7: RELATO DE SOLUÇÕES DE PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO		PONTUAÇÃO MÁXIMA DE CADA QUESITO	Agência A	Agência B	Agência C
QUESITOS AVALIADOS	a)A evidência de planejamento publicitário	1,0			
	b)A consistência das relações de causa e efeito entre problema encontrado e a solução proposta;	1,0			
	c)A relevância dos resultados apresentados diante dos desafios;	2,0			
	d) Na concatenação lógica da exposição, incluindo a ordenação narrativa do caso.	2,0			
Pontuação obtida no subitem 7 RELATO DE SOLUÇÕES DE PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO		6			



**ANEXO II**

Critérios para avaliação das propostas de preços para a contratação da Agência de Publicidade para o Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF)

DESCONTO / HONORÁRIOS / REPASSE		NOTAS	PONTUAÇÃO MÁXIMA DE CADA QUESITO	Agência A	Agência B	Agência C
QUESITOS AVALIADOS	a) Desconto (em percentual) a ser concedido ao IGESDF, sobre os custos internos baseados na tabela de preços da SINAPRO/DF	Desconto inferior a 40,0% N = 0,0 Desconto igual ou superior a 40,0% N = 0,10 x Desconto	1,0			
	b) Honorários (em percentual) a serem cobrados do IGESDF incidentes sobre os custos comprovados de outros serviços, cuja produção seja incumbida a terceiros sob supervisão contratada	Honorários superiores a 15% N = 0,0 Honorários iguais ou inferiores a 15% N = 0,5 x (15,0 – Honorários)	1,0			
	c) Honorários incidentes sobre os custos dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da contratada, referentes ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento pertinentes ao objeto do contrato	Honorários superiores a 15% N = 0,0 Honorários iguais ou inferiores a 15% N = 0,5 x (15,0 – Honorários)	1,0			





	d) Honorários incidentes sobre os custos dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da contratada, referentes à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações, em consonância com novas tecnologias	Honorários superiores a 15% N = 0,0 Honorários iguais ou inferiores a 15% N = 0,5 $x (15,0 - \text{Honorários})$	1,0			
		PONTUAÇÃO TOTAL	4,0			



Zimbra

protocolo@tc.df.gov.br

Re: processo 00600-00004091_2020_36

De : Graa <guiraabreu@gmail.com>

ter, 11 de ago de 2020 12:11

Assunto : Re: processo 00600-00004091_2020_36 7 anexos**Para :** protocolo <protocolo@tc.df.gov.br>

Em atenção ao email supra, reencaminho todos o arquivos em formato pdf.

Em resposta ao ofício 6271/2020-GP, Fértil Comunicação e Marketing Ltda - ME, cnpj 10589522/0001-24, por seu procurador, vem apresentar ESCLARECIMENTOS, nos autos do processo 00600-00004091_2020_36, em atenção à decisão nº 3026/2020.

Em ter., 11 de ago. de 2020 às 11:34, protocolo <protocolo@tc.df.gov.br> escreveu:

ATENÇÃO: DOCUMENTO NÃO RECEBIDO.

Informamos que somente podemos receber e/ou processar documentos **em formato PDF**. Solicitamos, portanto, que todos os anexos enviados sejam convertidos para este formato e, posteriormente, reenviados para protocolo.

Att.

Janluis Duarte
Téc. Adm. Pública A
COORDENADORIA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA
MEMÓRIA INSTITUCIONAL - COGEDOC
Protocolo
Tribunal de Contas do Distrito Federal
protocolo@tc.df.gov.br

De: "Graa" <guiraabreu@gmail.com>**Para:** "protocolo" <protocolo@tc.df.gov.br>**Enviadas:** Segunda-feira, 10 de agosto de 2020 18:25:06**Assunto:** processo 00600-00004091_2020_36

Ao serviço de protocolo do TCDF,
Em resposta ao ofício 6271/2020-GP, Fértil Comunicação e Marketing Ltda - ME, cnpj 10589522/0001-24, por seu procurador, vem apresentar ESCLARECIMENTOS, nos autos do processo 00600-00004091_2020_36, em atenção à decisão nº 3026/2020.








--

Respeitosamente,

Guilherme R. A. Abreu

--

Respeitosamente,**Guilherme R. A. Abreu**

-
-  **DEFESA Fértil Comunicação TCDF.docx.pdf**
321 KB
 -  **Doc 3 - Contrato Igesdf.pdf**
230 KB
 -  **Doc 2 - procuração.pdf**
293 KB
 -  **Doc 4 - TABELA INTERNA DE COBRANÇA - FÉRTIL PARA O IGES-DF.xlsx**
18 KB
 -  **Doc 5 - ATO CONVOCATORIO.pdf**
148 KB
 -  **Doc 1 - Contrato Social e Alterações.pdf**
4 MB
 -  **Doc 6 ELEMENTO TECNICO.pdf**
1 MB
-

De : protocolo <protocolo@tc.df.gov.br>

ter, 11 de ago de 2020 11:34

Assunto : Re: processo 00600-00004091_2020_36**Para :** Graa <guiraabreu@gmail.com>**ATENÇÃO: DOCUMENTO NÃO RECEBIDO.**

Informamos que somente podemos receber e/ou processar documentos **em formato PDF**. Solicitamos, portanto, que todos os anexos enviados sejam convertidos para este formato e, posteriormente, reenviados para protocolo.

Att.

Janluis Duarte

Téc. Adm. Pública A

COORDENADORIA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA
INSTITUCIONAL - COGEDOC

Protocolo

Tribunal de Contas do Distrito Federal

protocolo@tc.df.gov.br

De: "Graa" <guiraabreu@gmail.com>**Para:** "protocolo" <protocolo@tc.df.gov.br>

Enviadas: Segunda-feira, 10 de agosto de 2020 18:25:06

Assunto: processo 00600-00004091_2020_36

Ao serviço de protocolo do TCDF,
Em resposta ao ofício 6271/2020-GP, Fértil Comunicação e Marketing Ltda - ME, cnpj 10589522/0001-24, por seu procurador, vem apresentar ESCLARECIMENTOS, nos autos do processo 00600-00004091_2020_36, em atenção à decisão nº 3026/2020.

--

Respeitosamente,


Guilherme R. A. Abreu

De : Graa <guiraabreu@gmail.com>

seg, 10 de ago de 2020 18:25

Assunto : processo 00600-00004091_2020_36

Para : protocolo@tc.df.gov.br

 13 anexos

Ao serviço de protocolo do TCDF,

Em resposta ao ofício 6271/2020-GP, Fértil Comunicação e Marketing Ltda - ME, cnpj 10589522/0001-24, por seu procurador, vem apresentar ESCLARECIMENTOS, nos autos do processo 00600-00004091_2020_36, em atenção à decisão nº 3026/2020.

--

Respeitosamente,

Guilherme R. A. Abreu



Manifestação Fertil pag 2 CCI10082020_0001.jpg
753 KB



Manifestação Fertil pag 1 CCI10082020.jpg
699 KB



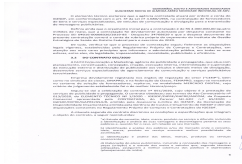
Manifestação Fertil pag 5 CCI10082020_0004.jpg
865 KB



Manifestação Fertil pag 4 CCI10082020_0003.jpg
894 KB



Manifestação Fertil pag 3 CCI10082020_0002.jpg
777 KB



Manifestação Fertil pag 6 CCI10082020_0005.jpg
879 KB



Manifestação Fertil pag 7 CCI10082020_0006.jpg
778 KB



Doc 4 - TABELA INTERNA DE COBRANÇA - FÉRTIL PARA O IGES-DF.xlsx
18 KB



Doc 3 - Contrato Igesdf.pdf
230 KB



Doc 2 - procuração.pdf
293 KB



Doc 1 - Contrato Social e Alterações.pdf
4 MB



Doc 5 - ATO CONVOCATORIO.pdf
148 KB



Doc 6 ELEMENTO TECNICO.pdf
1 MB
